

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de agosto 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 19h20, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com objetivo de apreciar as seguintes matérias.

Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Ordem do Dia.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): E a ata?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, eu vou ler os projetos. Calma.

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.^a atropelou os tempos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem tempo. Na extraordinária não existe Pequeno Expediente e nem Grande Expediente.

O Sr. Sandro Régis: Tem, sim! Tem, sim!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

O Sr. Sandro Régis: Tem, sim, senhor!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tem o Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Sandro Régis: Então, bote para a gente falar no Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, V. Ex.^{as} têm tempo suficiente para a discussão.

O Sr. Sandro Régis: Não, nós temos o direito...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não existe, não existe...

O Sr. Sandro Régis: Vai cercear a palavra da Oposição?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não existe...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma, não existe Pequeno Expediente e nem Grande Expediente em sessão extraordinária.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Não posso concordar com V. Ex.^a neste momento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pesquise a Casa, deputado líder.

O Sr. Alan Sanches: Como?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pesquise no último... para ficar mais bonito, na metade do século.

O Sr. Alan Sanches: Art. 90...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É tradição da Casa, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Art. 90, parágrafo único: Nas sessões extraordinárias... Eu vou ler aqui bem devagar...

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Claro que tem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Depois da Covid, eu estou com problema de audição.

O Sr. Alan Sanches: Então, V. Ex.^a vai ter que ser substituído pelo vice-presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, deputado Alan...

O Sr. Alan Sanches: Parágrafo único...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, deputado Alan... Calma,...

O Sr. Alan Sanches: Parágrafo único...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) Calma, calma, só está começando. Vou deixar V. Ex.^a ler.

Deputado Sandro, deputado Sandro...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero minha questão de ordem, que V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou falar, depois eu concedo...

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a me deu a palavra...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou conceder, calma.

Deputado Sandro, V. Ex.^{as} têm, aqui, amanhã e depois, só para discutir, 20 vezes 20, o que já dá 400 minutos. V. Ex.^{as} não vão ter nem o que falar. Então, para que isso?

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): É nosso direito, presidente. É nosso direito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos lá, deputado.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a nunca faltou com o respeito com esta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nem faltarei.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Dessa forma, eu acho que a presidência tem diversas prerrogativas, diversas! Mas uma delas não é dizer em que tempo eu vou falar. Se eu tenho um Regimento e eu posso me inscrever, eu quero apenas que V. Ex.^a permita que a gente use o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro.

O Sr. Alan Sanches: E não é porque eu vou ter 400 minutos, 500, que V. Ex.^a vai dizer: "Não, nesse você não fala, naquele que você fala."

Então, eu queria ler, aqui, para V. Ex.^a o art. 90, parágrafo único, que diz o seguinte: "*Nas sessões extraordinárias, o Pequeno Expediente...*" – que é este – "*...é reservado exclusivamente à leitura, discussão e votação da ata*". Leitura, discussão e votação da ata!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tudo bem. Então, se não falar a respeito da ata, eu cancelo a palavra. Está O.k.?

O Sr. Alan Sanches: Não, não é V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Se fizer outro discurso fora da ata, eu corto a palavra.

O Sr. Alan Sanches: Então, V. Ex.^a, por favor, coloque a ata em discussão. Faça a leitura da ata e coloque a ata em discussão que toda a Oposição que está aqui vai querer discutir a ata.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem ata. Nunca se discutiu, deputado Alan...

O Sr. Alan Sanches: Então, não pode ter sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro que vai ter sessão.

O Sr. Alan Sanches: Então, me dê meus...

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou passar para o líder.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem! Alan precisa dar presença...

O Sr. Alan Sanches: Eu tenho 5 minutos para formular...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele dá a presença depois, sem problema.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou presente. Eu estou presente.

Sr. Presidente, veja bem, o Pequeno Expediente...

O Sr. Rosemberg Pinto: Alan, tem que dar presença.

O Sr. Alan Sanches: (...) dura 45 minutos.

Eu estou no meu tempo, deputado Rosemberg. V. Ex.^a tem o tempo da noite toda.

O tempo do Pequeno Expediente é de 45 minutos...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente...

O Sr. Alan Sanches: Se nós temos... Aí não tem condição. O deputado Rosemberg vai permitir que eu use a palavra?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Então, se o Pequeno Expediente, hoje, está reservado para leitura, discussão e votação da ata, que isso pode levar 45 minutos, que é o tempo do Pequeno Expediente, por que então, já que V. Ex.^a está dizendo que não tem ata, que é um absurdo a gente não ler a ata da sessão passada, porque tem que ser discutida, lida e votada, já que não tem...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Alan Sanches: ...eu quero utilizar o tempo o tempo dos 45 minutos no Pequeno Expediente, já que V. Ex.^a não trouxe a ata.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concluiu?

O Sr. Alan Sanches: Concluído.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder do governo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Olha, eu pediria aos professores, eu gostaria de, antes de começar esta sessão, dizer a vocês que a minha mãe é professora,...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) a minha sogra é professora, a minha tia é professora, eu sei da importância, agora eu peço, ouça, eu pediria só que vocês, aqui é a Casa do Povo, que vocês observassem, olha o nome de cada deputado, agora respeitasse o direito de cada um falar e vocês vão acompanhando, o.k.? Está bom? Eu como presidente, senhoras, senhoras, eu como presidente, nem votar eu voto. Eu dirijo a sessão e eu não posso renunciar o que me foi concedido, o.k.?

Com a palavra deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, presidente, a minha questão de ordem vai no sentido seguinte, primeiro pedir ao deputado Alan para dar a presença...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele já está fazendo.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) para que a gente possa fazer o debate. Segundo, regimentalmente, regimentalmente, o deputado Alan, tem razão que existe Pequeno Expediente em sessão extraordinária para um ponto específico, que não é o caso do Pequeno Expediente que a gente trata normalmente nas demais sessões.

Então, eu queria ponderar da seguinte maneira: todos os deputados e deputadas estão aqui vieram com objetivo de debater e de votar de uma forma mais tranquila possível. E, aí, eu queria, presidente, se o deputado Alan, acha que tem a necessidade para informar sobre o tema, eu queria pedir à V. Ex.^a que atentasse apenas para o que diz o Regimento sobre a temática que deve ser abordada no Pequeno Expediente e para gente não ficar aqui, tem, não tem.

Agora, isso passa a ser também uma regra geral, porque não dá para gente... já fizemos um acordo aqui que no Pequeno Expediente não se pede verificação de quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., claro.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) nós fizemos isso aqui e está prevalecendo, está prevalecendo. Então, ou seja, nós vamos ter que fazer um acordo para sessões extraordinária, porque se não vai virar aqui... nós temos uma regra nesta Casa, que não existe fala no Pequeno Expediente e no Grande Expediente da sessão extraordinária, mas, se o deputado Alan, quer utilizar o Regimento, não há problema...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos direto ao assunto, deputado. Eu não vou ficar perdendo tempo. Srs. Deputados, 45 minutos a mais, 1 hora a mais,...

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) 2 horas, não é problema!

Pequeno Expediente com o assunto, deputado Alan.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pronto.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Inerente ao assunto.

O Sr. Alan Sanches: Que assunto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu não vou aceitar que os deputados usem o Pequeno Expediente para falar de assunto que não é o de hoje.

O Sr. Alan Sanches: O assunto a que V. Ex.^a se refere é a ata.

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Não tem ata!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim.

O Sr. Alan Sanches: Pronto! É a ata.

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Não tem ata, rapaz!

O Sr. Alan Sanches: Espere aí, espere aí. Então, deixe-me entender...

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Não tem ata!

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a está tendo um ataque de pelanca? V. Ex.^a está tendo um ataque de pelanca?

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Não tem ata! Não tem ata!

O Sr. Alan Sanches: Quer usar? Está nervoso? V. Ex.^a está nervoso? Espera aí! Nós fomos convocados pelo presidente da Casa para uma sessão extraordinária há 2 dias, há 3 dias. Ou o presidente, o que eu não acredito – eu não acredito que ele está com essa má vontade –, não preparou a ata por algum motivo ou não existe ata! É só isso. Porque tinha muito tempo para preparar a ata! Eu preciso da ata para discutir, deputado, o assunto inerente que V. Ex.^a quer.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Alan Sanches: Outra coisa: ninguém, nesta Casa, ninguém, deputado Rosemberg, vai jamais – jamais! – questionar um acordo que eu tenha feito! O acordo que nós fizemos para não solicitar verificação de quórum, deputado Rosemberg, foi para sessão ordinária, não numa sessão extraordinária convocada para um dia em que não há sessão, às 19h30min. Nunca fiz acordo para isso! Nunca!

Hoje me sinto desrespeitado com o deputado presidente convocando uma sessão extraordinária para atender a uma orientação do governo! Sinto-me desrespeitado nesta Casa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Alan Sanches: Então, todo o tempo que eu tiver, todo o tempo a que eu tiver direito eu utilizarei!

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. V. Ex.^a quer falar pelos 45 minutos?

O Sr. Alan Sanches: Quero.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Fique à vontade. Acabou a questão de ordem, já vou entrar no tempo do Pequeno Expediente. Comecem a marcar o tempo, por favor.

(Participantes das galerias: Respeito! Respeito!)

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, primeiro, V. Ex.^a vai ter que orientar a Mesa, como presidente, porque se V. Ex.^a me deu 45 minutos, que nunca existiu esse tempo, mas se V. Ex.^a me der 2 horas...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O tempo inteiro no Pequeno Expediente. V. Ex.^a vai falar pela Oposição inteira? Sem problema.

O Sr. ALAN SANCHES: Não, os 45 minutos serão divididos por nove pessoas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem problema, quando V. Ex.^a cansar, a gente convoca o outro.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu não vou cansar, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, 45 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a, infelizmente, não terá essa boa vontade comigo porque isso eu não vou, infelizmente, eu não vou poder lhe atender hoje. V. Ex.^a não será atendido nisso.

Sr. Presidente, V. Ex.^a quer que eu fale de algum tema ou eu possa utilizar meu Pequeno Expediente aqui?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já está contando o seu tempo.

O Sr. ALAN SANCHES: Não tem problema, tenho 45 minutos dados por V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquem 5 minutos para o deputado Alan. Por favor, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, primeiro, V. Ex.^a sabe do carinho que tenho por V. Ex.^a, do respeito que tenho por V. Ex.^a, mas não falei isso nos dias em que V. Ex.^a não estava aqui porque eu queria, com todo o respeito a V. Ex.^a que tenho, colega já de três mandatos nesta Casa, eu queria a atenção de V. Ex.^a, eu queria atenção de V. Ex.^a porque esse tema fala especificamente a V. Exa.

Nesta Casa, deputados, deputado Rosemberg, durante anos, todos esses anos aqui, são 17 anos do Partido dos Trabalhadores, nós questionávamos e éramos questionados: por que não votar num presidente do PT, porque esta Casa não poderia legitimar um presidente da Assembleia que fosse do Partido dos Trabalhadores, o partido do governador? Ah! Vocês vão votar em Rosemberg? Vocês vão votar para presidente em Rosemberg? Em Robinson Almeida? Vai ser apenas uma secretaria do governo.

Hoje, deputado Adolfo Menezes, o que eu queria dizer é que isso acabou, caiu por terra, porque, hoje, V. Ex.^a, que poderia ser... hoje, é do PSD, mas poderia ser do PDT, do MDB, de qualquer partido, mas essa convocação que V. Ex.^a fez só quem podia fazer era V. Ex.^a. V. Ex.^a tirou a individualidade da Casa para atender a um capricho do governo do estado.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a sabe que depois que nós votamos a urgência V. Ex.^a só poderia, só, só, depois de 72 horas. Não significa V. Ex.^a convocar uma sessão extraordinária para um dia em que não há sessão, às 19h30min, para votar um projeto do governo.

Então, não adiantou, amigos e amigas, ter um presidente que não seja do PT, porque da mesma forma como será com um presidente do Partido dos Trabalhadores está sendo com o PSD, vai ser com o MDB, vai ser com o PP, vai ser com qualquer um, porque o que nós queríamos, deputado, como somos minoria... Nós somos minoria, nós precisamos que nos dê a voz, que respeite o nosso espaço. Mas neste momento eu sinto, realmente, deputado Adolfo Menezes, que esse discurso de não votar em um presidente da Casa que seja do Partido dos Trabalhadores acabou, deputada Fátima, acabou porque dos 43... qualquer deputado ou deputada que se sentar na Presidência,

hoje, mostra que será sempre subserviente ao governo, vai atender aos caprichos do governo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Adolfo, eu falo isso com todo o respeito e admiração que eu tenho à Presidência desta Casa, mas eu sempre, sempre, durante toda a minha vida, eu sempre quis, realmente, que nós fôssemos harmônicos, mas fôssemos independentes. Eu cansei de dizer na sessão passada que nós deveríamos votar na segunda-feira, na terça-feira, porque, amigos e amigas, se nós chegamos aqui e já houve algum benefício para vocês foi porque a Oposição está esticando a corda e levando a sessão até hoje.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: A sensibilidade do governador... Vocês vejam como, como a coisa é, soa estranho, o governador Jerônimo é uma pessoa de bem, é um homem bom, é um professor, é um professor... Eu vou traduzir para a minha parte aqui. Eu sou médico, eu sou médico, deputado Adolfo, e digo o seguinte, quando eu tivesse a oportunidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: Por que eu pergunto o seguinte, o que é que amigo pede? Amigo só pede o que está na lei, amigo não pede nada contra a lei.

Então, como eu sou médico, eu vou proteger a minha categoria! Independente disso, os professores, tenho certeza de que, indistintamente, achavam que um professor na cadeira ia ter essa sensibilidade, porque esse discurso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do deputado Rosemberg, de que não pode porque o Supremo disse, é mentira!

Não foi isso que o Supremo disse!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Tanto não disse isso, que não se fala em abono, se fala nos 60%. Não se fala em abono! Mas no projeto botou o abono, que era de 20%, agora, já subiu para 30%, mas não se fala, o Supremo não fala em abono. E por que não paga os juros e a correção monetária?

(As galerias se manifestam.)

Por que, deputado?

Então, sendo assim, eu queria que V. Ex.^a tivesse tolerância. V. Ex.^a, inicialmente, me deu 45 minutos, mas, no Pequeno Expediente, eu não preciso disso. O que eu queria era que o deputado Eduardo Alencar me ajudasse, nesta noite de hoje, a proteger os professores de Simões Filho, Eduardo Alencar; eu queria que a deputada Cláudia Oliveira me ajudasse a ajudar os professores de Porto Seguro; que a deputada Maria del Carmen me ajudasse a proteger os professores de Aratuípe; eu gostaria que o deputado Eures me ajudasse também com Bom Jesus da Lapa, votando contra esse projeto. Esse projeto precisa colocar a emenda do pagamento de juros e correção monetária.

(As galerias se manifestam.)

Sr. Presidente, se houver qualquer coisa diferente do pagamento dos juros e da correção monetária, a Oposição vai fazer tudo que estiver ao nosso alcance para fazer essa obstrução.

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zé Raimundo. Deputado Zé Raimundo!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Alan Sanches: Ele não quer falar!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A próxima oradora é a deputada Fátima Nunes. Não vai falar.

Deputado Rosemberg Pinto.

Está todo mundo nervoso aqui hoje. O que é que está acontecendo?

(As galerias se manifestam.)

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Boa noite a todos, boa noite a todas. Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, quero sempre lhe saudar pela condução desta Casa, pela condução dos trabalhos, e é claro que, hoje... sempre na democracia é assim: alguns têm uma posição; outros têm outra posição; isso é normal e necessário.

Nós, que vencemos o tempo do caos, bem recentemente, quando passamos por uma gestão desastrosa neste país, quando professores e outras profissões foram intimidados por aquele que estava no Palácio do Planalto, não vai ser agora, neste tempo novo de democracia e de oportunidades, que nós vamos nos intimidar de estar aqui neste Plenário, debatendo esse projeto e levando adiante aquilo que é possível, no momento, para o nosso governador Jerônimo Rodrigues.

Nós estamos aqui com a consciência tranquila. Eu mesma também sou professora, e tenho certeza absoluta de que o que é possível ser feito para melhorar a vida, o trabalho, a profissão e a educação no nosso estado está sendo feito.

Eu me alegro muito e quero registrar minha satisfação porque, na semana passada, estivemos na cidade de Antônio Gonçalves, e vimos a alegria de alunos, de professores, de mestres e da sociedade como um todo, ao receber uma escola onde os nossos jovens vão estar num ambiente tranquilo, num ambiente saudável, onde a sala de aula, os laboratórios, a quadra de esporte, o restaurante, a biblioteca, tudo isso está disponível para melhorar a qualidade do ensino dos nossos jovens.

(As galerias se manifestam.)

Então, nós estamos aqui, nesta noite, com posições diferentes, mas com a certeza de que o nosso governador pensa em melhorar cada vez mais a educação. E, por isso mesmo...

(As galerias se manifestam com vaias.)

(...) por isso mesmo, o projeto que está na Casa... Eu tenho recebido mensagens e mais mensagens no meu WhatsApp, e tenho dito sempre: eu vou votar no projeto que está na Casa...

(As galerias se manifestam com vaias.)

Participantes das galerias: Vergonha! Vergonha! Vergonha!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fátima... Senhoras...

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Vergonha é você!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, aqui. Deputado Hilton, chegue aqui.

(O Sr. Hilton Coelho se aproxima do presidente na Mesa.)

Srs. Deputados, eu peço...

Ou vocês respeitam a opinião de cada deputado ou eu vou ter de tomar uma posição drástica que eu não gostaria, O.k.? Eu falei com o deputado Hilton, vocês têm todo o direito, podem ficar aqui hoje, amanhã, enquanto durar a assembleia, sem problema. Agora, não respeitar o direito do deputado de se manifestar, na Casa dele, anote...

(As galerias se manifestam.)

Eu só estou avisando, o.k.? Se não respeitar, eu vou tomar uma medida que eu não gostaria de tomar. Se quiserem...

(As galerias se manifestam.)

(...) se quiserem pagar para ver, continuem. Se quiserem pagar para ver, continuem. Eu estou pedindo, eu estou sendo tolerante. Ou respeitam...

(As galerias se manifestam.)

(...) ou respeitam... ou respeitam a Casa, ou respeitam a manifestação do deputado ou eu tomarei uma decisão drástica que eu não gostaria.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Se quiserem pagar para ver, vamos continuar. Continue, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Então, meu caro presidente, as posições são diferentes, mas medo de grito ninguém tem. Então vamos seguir nosso trabalho!

Aqui, quem quiser gritar mais e gritar aqui no Plenário se inscreva no período da eleição, concorra, ganhe o mandato, sente-se aqui na cadeira e venha para a tribuna colocar as suas posições. Isso é o normal, o necessário e é justo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque o Brasil é um país democrático. Então, por isso mesmo, a ninguém dos que estão aqui presentes, deputados e deputadas, é negado o direito de expor a sua posição aqui na tribuna. E aqui eu estou fazendo somente isso.

O projeto que está na Casa, no momento, é o projeto do Executivo. Não há outro projeto! E é nesse projeto que nós que compomos a Bancada do Governo Jerônimo Rodrigues vamos votar. É esse o trabalho que nós fazemos, discutimos exaustivamente, buscamos as melhores posições. Não foi nada do campo da Oposição que se manifestou

ou que colocou seu pensamento, nós também tivemos todas as reuniões que eram necessárias com os que pertencem ao movimento dos professores e chegamos à conclusão de que estamos aqui, nesta noite, para votar esse projeto que, na verdade, é um direito que cada um vai poder receber.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Para concluir, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: E eu quero, neste momento, também registrar, presidente, a alegria de recebermos aqui a Caravana Federativa com 34 ministérios, aqui na área verde da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Estão prefeitos e vereadores recebendo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: (...) informações e instruções para continuar o seu bom trabalho no município.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim. O deputado Vitor está por aí?

Deputado Sandro Regis com a palavra. Vai falar, Vitor?

Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa noite, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, volto a esta tribuna, nesta semana, para tratar aqui, mais uma vez, desse tema bastante sensível que tem tomado conta do noticiário e movimentado bastante a política baiana, que é a votação que iremos realizar na noite de hoje. Sei do anseio de todos, mas o governador buscou, desde o primeiro dia, agir dentro da lei, seguindo a orientação da *Procuradoria Geral do Estado*, buscando atender a tudo aquilo que a lei preconiza.

A gente sabe do esforço que tem sido feito para a gente melhorar a educação no estado da Bahia e os investimentos em infraestrutura. O estado da Bahia é um estado que ainda não possui a educação em tempo integral e o ex-governador Rui Costa, no final da sua gestão, implementou esse novo modelo de educação, que funciona, deputado Euclides, em diversos estados da Federação e em outros países do mundo, onde a gente vê as transformações sociais acontecendo, a melhoria de vida chegando. É com investimento maciço em educação, educação em tempo integral, que é também, na minha opinião, a melhor forma de se combater a violência. Isso porque, quando você proporciona que os estudantes possam ficar mais tempo na escola, sobretudo nos grandes centros urbanos, você possibilita que eles fiquem em um ambiente seguro, longe, deputado José de Arimateia, das ameaças e das cobiças que existem sobre os nossos adolescentes, no mundo de hoje.

Então, a educação em tempo integral vai ajudar também nesse outro aspecto, que é no combate à violência, nesses números alarmantes que têm crescido no Brasil. E é preciso que o investimento na educação aconteça nesse mesmo ritmo que vem sendo feito de 2021, 2022 em diante, aqui no estado da Bahia.

Vamos ter, até o ano de 2026, mais de 600 escolas da rede estadual requalificadas ou reformadas. Nós temos, aproximadamente, 1,2 mil prédios, onde funcionam as escolas estaduais, e essa requalificação vai permitir que haja a junção de escolas menores e que nós cheguemos a quase 80% da rede sendo atendida com os novos prédios que estão sendo construídos. As escolas nesse modelo que tem sido adotado aqui no estado da Bahia são exemplo, não só para o Brasil, mas para o mundo.

Então, Sr. Presidente, sei que a gente não está, obviamente, satisfeito com os números da educação no nosso estado, mas é por isso que nós vemos o governador fazer todo esse esforço para poder investir na nossa educação e fazer com que a Bahia possa avançar ainda mais na questão educacional.

Hoje também vamos votar um empréstimo no valor de R\$ 400 milhões. Na verdade, vamos autorizar o governo a contratar um empréstimo de R\$ 400 milhões junto à Caixa Econômica Federal, no Finisa. O estado da Bahia reduziu drasticamente, significativamente, os números da sua capacidade de contratação e de endividamento. Na verdade, diminuiu o seu endividamento e, hoje, o endividamento do estado da Bahia chega...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tão somente a 0,26% da sua Receita Corrente Líquida (RCL).

Então o estado da Bahia pode e deve contrair, junto às instituições de crédito, esses empréstimos para ter a capacidade de manter o nível alto de investimento que vem sendo feito nos últimos anos. É importante para o estado da Bahia que esse investimento seja feito em infraestrutura e, não tenho dúvida nenhuma, de que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a Assembleia Legislativa mostrará, mais uma vez, aos Srs. Deputados e às Sr.^{as} Deputadas, a sua sensibilidade para aprovar esse projeto na noite de hoje.

Muito obrigado e boa noite a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Quem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Oh, desculpa, Leandro. O deputado Sandro está na frente. Desculpa!

Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, eu fico aqui imaginando como o meu amigo, um dos deputados mais preparados da Casa, o deputado Vitor Bonfim, pode defender a educação da Bahia.

A Bahia é um estado que lidera o analfabetismo do país. A Bahia lidera os piores índices da educação. E hoje, para fechar com chave de ouro, a Assembleia dá uma apunhalada nas costas dos professores do nosso estado.

(As galerias se manifestam.)

E o deputado Vitor Bonfim, deputado Penalva, vem dizer que a Bahia tem uma grande educação! Em que estado este rapaz está vivendo?

A Bahia lidera os piores índices do ensino médio do país! A Bahia teve, como atual governador, hoje, o pior secretário da Educação do Brasil!

(As galerias se manifestam.)

Deve ser por isso, deputado Marquinho, deve ser por isso que os estados como Ceará e Pernambuco cumpriram os 60% do valor integral!

Mas, na Bahia, a educação não é o forte do governo PT! O governo do PT, ao longo dos seus 16 anos, não melhorou o índice da educação do estado! Quem fala isso não é o deputado Sandro Régis, quem fala isso são os institutos e os órgãos registrados nacionalmente.

Aí V. Ex.^{as} vêm me dizer que a educação aqui está às mil maravilhas, que a educação aqui é em tempo integral agora! Só se for tempo integral da bandidagem na rua, onde baiano soteropolitano não tem mais o poder de sair para andar!

A única forma, deputado Cafu, V. Ex.^a foi um grande prefeito em seu município, V. Ex.^a sabe, a única forma de se avançar socialmente, a única forma de se combater a violência, a única forma de se ter um equilíbrio socioeconômico é investindo na educação. Mas investir na educação não é fazer colégio, investir na educação não é reformar a sala de aula. Investir na educação é investir em quem está ensinando o futuro do país!

(As galerias se manifestam.)

Investir em educação é investir na mão de obra! Digo isso porque fazer colégio é muito fácil! Fazer obra física para botar em propaganda é a melhor coisa do mundo! Mas cuidar dos professores que cuidam do futuro, aí é difícil!

Por isso, este estado, vergonhosamente, vem liderando, ao longo dos governos PT, os piores índices da educação em nosso país.

Aí eu fico a pensar o seguinte: o que deve imaginar deste Parlamento quem liga na TV ALBA agora?

Há dois projetos aqui! Um projeto de lei é de empréstimo que, de qualquer forma, atinge a vida das pessoas. O outro projeto de lei atinge as categorias profissionais, ou seja, os professores. Quanto a esse último, os professores não o querem, os sindicatos não o querem, a educação não o quer. Só quem quer é o governador e a sua bancada!

Aí eu imagino você, um cidadão normal que liga a sua televisão e pergunta: “Os deputados reunidos, na quinta-feira, exatamente, às 20 horas, à noite, com certeza não estão votando nada em favor da Bahia e em favor dos baianos!”

Então, eu quero dizer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(As galerias se manifestam.)

Então eu quero dizer aos deputados que aqui vieram defender o governador: “Pelo menos, estudem o que vão falar! Não venham falar de educação, porque a Bahia lidera hoje um dos piores índices de ensino médio do Brasil!”

(As galerias se manifestam.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pedro. Vai falar, não?

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Pedro Tavares: Não, presidente.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Boa noite, senhoras e senhores.

Agradeço aos Srs. Professores a quem, inclusive, eu devo muito.

(As galerias se manifestam.)

Devo muito aos senhores a minha formação desde criancinha até a minha vida adulta, até chegar à faculdade. Muito obrigado por tudo que os senhores fizeram pela minha vida.

(As galerias se manifestam.)

Mas eu quero destacar o seguinte. Além da educação que nós recebemos, a formação que os senhores dedicam a sua vida às crianças, aos jovens, muitas vezes, enfrentando até certos riscos em algumas localidades, nós sabemos que estão em um grande risco na Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Em casa, o meu pai e a minha mãe sempre me ensinaram: “Meu filho, nunca pegue o que é de ninguém.” Na minha casa, o meu pai e a minha mãe sempre me ensinaram o seguinte: “Meu filho, se você chegar em casa com aquilo que não é seu, você vai tomar uma correção.” Justo. Mas parece que o governador da Bahia não teve essa informação e essa orientação, porque está metendo a mão no dinheiro que não é dele!

(As galerias se manifestam.)

Essa é uma educação que vem de berço! Essa é uma orientação que vem de casa! Nós estamos falando de um direito daqueles que suaram diariamente, trabalhando para receber os seus salários, para receber o que lhes é direito.

E eu tenho dito, senhoras e senhores, um ladrão, escutem isso, um ladrão que mete a mão no bolso de alguém, repito, um ladrão que mete a mão no bolso de alguém para roubar a carteira e a rouba, depois pode discutir de quem é aquele dinheiro que está na carteira? É claro que não! Ele roubou a carteira!

(As galerias se manifestam.)

Agora vejam o que o governo está fazendo com vocês! Vejam o que o PT, na Bahia, está fazendo com vocês!

(As galerias se manifestam.)

Receberam o dinheiro que não é de Jerônimo, receberam o dinheiro que não é do PT, e não querem repassar a quem é de direito!

(As galerias se manifestam.)

Como podemos aceitar uma discussão dessas?

(As galerias se manifestam.)

Na realidade, não era nem para a gente estar aqui! Não era para estarmos aqui! O dinheiro já era para estar na conta de vocês.

(As galerias se manifestam.)

O dinheiro é de vocês!

(As galerias se manifestam.)

Isso é uma vergonha! É uma vergonha!

(As galerias se manifestam.)

E digo mais! Submeter os senhores a estar aqui a uma hora dessas, num estado jogado à violência, eu me pergunto: como este estado submete os senhores a saírem daqui tarde da noite, após esta sessão, num estado mergulhado na violência?! Eles sequer pensaram na segurança de vocês!

(As galerias se manifestam.)

Olha... (risos), falem mais alto! Vocês podem! Olha, aqueles que estão aí, porventura, me xingando, vocês podem me xingar do que vocês quiserem, mas eu voto a favor de vocês.

Podem xingar!

(As galerias se manifestam com vaias.)

Olha aqui (risos), eu voto porque eu tenho consciência! Podem xingar à vontade. Eu voto pela minha consciência, tranquilamente, tranquilamente.

(As galerias se manifestam.)

Agora, olha que incoerência, olha que incoerência. O governo que eles apoiaram e seguem apoiando, o PT, está metendo a mão nos seus bolsos!

(As galerias se manifestam.)

Aplaudam, aplaudam, aplaudam o governo e a base governista que está metendo a mão no seu bolso!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(As galerias se manifestam.)

Mas eu prefiro votar com a minha consciência! Eu prefiro votar pela justiça!

Olha, eu nem precisaria estar hoje aqui, mas eu estou aqui por essas pessoas que são dignas, repito, são dignas!

Eu vou ficar até a madrugada, se for necessário, defendendo o direito de vocês.
Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com vaias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, subo a esta tribuna, porque não poderia, primeiro, deixar de parabenizar a garra dessas professoras e desses professores que sempre fizeram desta Assembleia Legislativa um espaço de luta pela conquista dos seus direitos mais legítimos.

(As galerias se manifestam.)

Eu quero tratar disso agora, nesta tribuna... Aliás, os professores estão se mantendo com a cabeça erguida. Eu falei com o coronel ali, perguntei a ele se ele nunca teve professor. Eu estendo a mesma pergunta à Mesa Diretora, porque colocar a tropa de choque de prontidão contra as professoras é algo extremamente cruel a meu ver.

(As galerias se manifestam.)

Isso é uma violência simbólica. Não é um problema da violência física, porque elas estão aqui e precisam dizer que estão insatisfeitas, sim! Senão, não tem democracia. É aquela ideia: *“paz sem voz não é paz, é medo”*.

Então, as pessoas têm de exercer o seu direito democrático, sim, e não devem ficar acuadas pela presença da polícia de choque.

(As galerias se manifestam.)

Os policiais aqui, que eu fico olhando de baixo, têm escudos quase do tamanho deles! Para que isso com as professoras? É este o retorno que se dá para esta categoria que teve uma importância para a vida de cada um de nós? Porque, se nós puxarmos pela nossa memória – depois eu vou falar sobre isso –, ninguém aqui deixa de ter, em sua memória, o papel de um educador ou de uma educadora, pois esse profissional foi fundamental em sua vida. Por isso, o que elas querem é respeito!

Bom, sobre o tema do PL dos precatórios que chegou à nossa Casa, primeira coisa que eu quero dizer é o seguinte: olha, quanto ao projeto dos precatórios, oriundos do Fudef, sem juros de mora, não tem o meu voto!

(As galerias se manifestam.)

E não adianta conversinha de que votou contra projeto que ia beneficiar os trabalhadores!

(As galerias se manifestam.)

Este é um projeto que garfa, garfa os recursos das nossas professoras!

E este vai ser um voto de protesto. Se vocês levarem, até o final, este absurdo, o absurdo desta sessão, este projeto não terá o meu voto. Eu vou dizer isso aos quatro

cantos por que eu não votei. Direi isso porque os professores tiveram o seu bolso assaltado pelo governo estadual.

(As galerias se manifestam.)

Por que eu digo isso? Porque o governo está levantando uma polêmica ao dizer que ele cumpriu, ele conseguiu segurar as consequências durante o trajeto da negação dos recursos pelo governo federal e que, por isso, os profissionais não teriam direito aos juros de mora!

Ora, a emenda constitucional é transparente. Ela diz que as receitas vindas dos precatórios do Fundef, em 60%, devem ser repassadas para os educadores. (Palmas) Não há diferença entre o valor principal e os juros, entre os juros de mora. Não há diferença nenhuma! Essas são as receitas.

E eu quero falar sobre o conceito de receita, porque os legisladores, a começar pela Base do Governo, mais pela assessoria do Jerônimo, parece que ela não sabe o que é receita. O governo desaprendeu. Mas eu vou lembrar o que é a receita! Primeiro, falo da emenda constitucional.

Eu quero ler aqui. (Lê) *“Art. 5º As receitas que os Estados e os Municípios receberem a título de pagamentos da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela desta no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)...”* Então, não há dúvida de que a emenda constitucional está falando de receita.

(Lê) *“Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanço da União...”* Isso diz, de maneira muito evidente, que (lê) *“são receitas correntes as receitas tributárias, tributações, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços e outros ainda provenientes de recursos financeiros e outras.”*

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Há ainda. (Lê) *“Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.”*

Onde estão os juros de mora?

(As galerias se manifestam.)

Então não tem dúvida! Se a gente for ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, isso está mesma forma. (Lê) *“(...) Tendo em vista que as receitas de multas e juros de mora constituem receitas correntes...”* Este é o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público que orienta toda a máquina pública do Brasil.

(As galerias se manifestam.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por fim, só para concluir, Sr. Presidente, eu quero frisar que o orçamento do governo, a Lei Orçamentária Anual 2023, ou seja, deste ano, nas tabelas descritivas, diz: (lê) *“...orçamento fiscal e da seguridade social, recursos de todas as fontes. Receitas transferências decorrentes de decisão judicial, precatórios do Fundef, juros de mora...”*

(As galerias se manifestam.)

Onde está a confusão do governo para desrespeitar o direito das educadoras e dos educadores?

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Por isso, eu vou volto a dizer: o governo está metendo a mão no dinheiro das professoras e dos professores do estado da Bahia!

(As galerias se manifestam.)

Para isso, não contará com o nosso voto!

(As galerias se manifestam.)

E nós vamos ocupar esta tribuna incessantemente. Por nós, esta sessão vai cair!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Se não cair, deve ser porque a maioria mudou de posição ou o governo estadual mandou uma outra posição para esta Casa que, de fato, venha a respeitar os educadores, as educadoras e a educação na Bahia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Deputado Hilton, vai falar novamente? No Horário das Representações Partidárias, V. Ex.^a tem mais 2 minutos, ou quer deixar para depois?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, é agora! Tem de falar agora.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton. Contando o tempo.

O Sr. HILTON COELHO: Eu falei aqui, Sr. Presidente, do conceito de receita, como eu disse ao final, o governo adota esse conceito, mas, é óbvio, a legislação tributária nacional, orçamentária e o manual definem dessa forma.

Agora eu quero ler aqui os nomes dos estados que obedecem à Constituição do Brasil: (Lê) “O estado de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Amazonas e do Piauí”, ou seja, todos! Todos, menos a Bahia, pagaram os juros de mora.

Ora, o argumento do ex-governador Rui Costa, que parece falar muito aos ouvidos do governador Jerônimo, se é que fala menos, o argumento era que ele não tinha amparo legal para fazer o pagamento dos juros de mora, isso na primeira parcela. Veja, aquele foi o momento em que os outros estados estavam se definindo, apesar de nós nunca termos dúvida, nós falamos aqui que a Constituição Federal não deixou dúvida.

Essa polêmica, se devia pagar ou não pagar os juros de mora, não começou aqui. Pelo amor de Deus! Essa polêmica foi do STF, circulou no STF, circulou nos estados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nos municípios e foi para o Congresso Nacional. E a Emenda Constitucional, ou seja, a alteração realizada na Constituição foi feita para não deixar nenhuma dúvida de que a integralidade dos recursos deveria ser repassada aos professores. E foi isso que todos os outros os estados usaram e estão seguindo.

A Bahia, se aprovar esse projeto, e eu espero que os deputados e deputadas não façam isso porque, se fizerem, eles, juntos com esse projeto, vão entrar no mural da vergonha nacional, o mural que bota cinco estados de um lado e o estado da Bahia do outro...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com um governador que finge que não vê os outros cinco estados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e os deputados que fizeram o mesmo.

Não vamos passar essa vergonha! Não vamos fazer esta Casa passar esse vexame hoje! Vamos respeitar a educação, gente! Rebelião! Vamos negar esse projeto e obrigar o governo a mandar um outro que pague os juros de mora para os professores e professoras do estado da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Veja bem, Sr. Presidente. Eu acho que teve um equívoco da Presidência, nós tivemos o Pequeno Expediente. Depois do Pequeno Expediente, tinha de ter um orador inscrito no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu chamei, Rosemberg mandou...

O Sr. Alan Sanches: Eu... Não, não, não é Rosemberg. Quem estava inscrito era eu. Eu me inscrevi... Deputado, hoje não há rodízio, hoje é uma sessão extraordinária. Na sessão extraordinária, está claro, é o orador que estiver inscrito. Eu fui o primeiro a se inscrever...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Você não estava quando ele chamou.

O Sr. Alan Sanches: Eu... eu estou aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan. Pronto. V. Ex.^a está com a palavra por 25 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Vitor Bonfim, V. Ex.^a, que, sentado aí, tenta me ironizar, deveria ter vergonha do que está fazendo porque eu estou aqui defendendo o direito legítimo dessa categoria, eu não estou aqui fazendo palhaçada, sentado aí querendo me ironizar. Do mesmo jeito que eu trato V. Ex.^a, eu peço que me trate, com respeito, porque eu sei também tratar uma pessoa com falta de respeito. Então me respeite.

(As galerias se manifestam.)

Sr. Presidente, veja bem. O que eu falo aqui? Do que se tratam os precatórios? Eu não tenho dúvida de que tem deputado da Base do Governo que, por causa dessa forma açodada, não sabe nem do que a gente está falando. Esse recurso... Vamos pensar que V. Ex.^{as}... V. Ex.^a, deputado Vitor, que quer ser presidente da Casa, V. Ex.^a, deputado Vitor, que me ironiza aí porque eu estou defendendo o direito legítimo da categoria, V. Ex.^a, deputado Vitor, pense, pense que V. Ex.^a tinha de receber um recurso há anos, mas V. Ex.^a não o recebeu naquela época. Esse recurso foi judicializado e, com o tempo, correram juros, porque V. Ex.^a não é besta – da mesma forma que V. Ex.^a estava me ironizando aí, não é besta – então V. Ex.^a iria querer a correção monetária e os juros. É isso que a categoria dos professores quer: juros e correção monetária, Vitor. É só isso que a gente está debatendo aqui.

Mas V. Ex.^a, deputado Vitor, que sabe muito bem dizer “amém”, “amém” a tudo que o governo pede, V. Ex.^a, V. Ex.^a é quem deveria ter vergonha, rapaz, de estar se submetendo a isso...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas, presidente, não é de hoje que o deputado Vitor vem me tratando dessa forma, eu preciso... eu falo na cara, Vitor, não falo por trás. Eu falo na cara.

Presidente, nós tratamos aqui, nesta noite, é sobre um direito legítimo dos professores. Poderia ser médico, poderia ser policial, poderia ser qualquer categoria, e eu estaria aqui com essa bandeira defendendo a justiça porque, se eu estou no meu quarto mandato, é para defender o que eu acredito, deputado Vitor, não é para dizer “amém” ao governo do estado.

(As galerias se manifestam.)

Então, amigos e amigas, o que nós queremos aqui hoje é sensibilizar a razão de cada um de V. Ex.^{as}, eu quero saber com que cara os deputados estarão em suas bases ouvindo: “Você votou contra a gente, um recurso que era nosso”.

Estávamos hoje aqui e, na sessão passada, o deputado Rosemberg disse em alto e bom som ali, na nossa bancada, com os deputados, disse em alto e bom som, deputado Rosemberg... Nós apelamos, só um parêntese, nós apelamos para que V. Ex.^a, como líder, não convocasse esta sessão para hoje, que ela fosse na segunda-feira para que as pessoas pudessem sensibilizar o governo, e não foi isso o que aconteceu.

O que acontece hoje é que não há acordo. Os professores, os professores não estão de acordo com esse projeto. Nós, da Oposição, estamos defendendo o direito legítimo dos professores.

(As galerias se manifestam.)

Por isso mesmo, deputado Rosemberg, que nós não podemos concordar com esse projeto.

Achavam, os deputados da base, que nós, por sermos minoria – somos 20 deputados, alguns já estavam com seus compromissos, viajando –, não iríamos comparecer a esse debate. “Ah! Vocês vão fazer isso?” Vou até abrir aqui para vocês, que é o que a gente escuta dos deputados da base no corredor. Eles dizem o seguinte: “Não, vocês estão fazendo isso tudo e...”, gozando a gente, hein, “(...) Vocês estão fazendo isso tudo, e na hora eles não vão votar com vocês”. Mas não se trata de voto hoje, deputados, se trata de justiça.

(As galerias se manifestam.)

Não é justo, não é justo o que o governo do estado faz com os professores! Esses recursos não cabem ao governo, esses recursos não saíram dos cofres do governo. Este governo os recebeu do governo federal com juros, correção, mas não quer pagar. Ele acha que um simples abono – é claro que tudo vai ajudar – vai se comparar aos juros e correção a que vocês têm direito. Nós não vamos, em hipótese alguma, concordar.

Hoje preparem o lombo porque hoje a gente não sai daqui tão cedo.

(As galerias se manifestam.)

Essa é a disposição da Oposição.

Deputado Rosemberg, nós fazemos...

A Sr^a Fátima Nunes (fora do microfone): Aqui não tem nenhum animal para ter lombo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Como?

A Sr^a Fátima Nunes (fora do microfone): Aqui não tem nenhum animal para ter lombo.

O Sr. ALAN SANCHES: Para ter o quê?

A Sr^a Fátima Nunes (fora do microfone): Para ter lombo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Lombo?

A deputada Fátima está me corrigindo dizendo que aqui não tem nenhum animal para ter lombo, mas me perdoe se eu ofendi a deputada Fátima, tentando compará-la com algum animal. Longe de mim, eu não citei nem o nome dela, mas é o meu lombo, eu vou dizer “o meu lombo”, eu posso porque eu aceito. Então o meu lombo está aqui curtido para que a gente possa debater a noite toda com V. Ex.^{as}.

Então, vamos preparar...

(As galerias se manifestam.)

(...) Vamos preparar o bumbum, que vai estar assentado nas cadeiras, aí fica melhor.

Mas eu quero saber como a deputada Neusa vai chegar lá em Pintadas e dizer: “Eu votei contra vocês porque eu acho que vocês não têm que receber juros, não. Eu acho que vocês não têm que receber correção monetária”.

Eu quero saber como a deputada Olívia, sempre, sempre combativa, sempre defendendo a APLB, eu quero saber como é que ela vai se posicionar hoje, como a deputada Olívia vai votar. Ela vai atender e defender os professores ou ela vai atender os mandamentos do governo do estado? É isso que a gente tem de ver. Na hora da votação, não será do governo do estado, será de vocês que ela vai correr atrás para receber votos.

Eu quero saber como o deputado Zé Raimundo não vai se somar aos nossos esforços para atender aos professores de Vitória da Conquista. Foi candidato a prefeito em Vitória da Conquista, agora será um outro companheiro dele, Waldenor Pereira. Como vai encarar os professores? Os dois, professores.

(O deputado Rosemberg Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Rosemberg, hoje eu vou usar a palavra como eu quiser, eu não estou ofendendo ninguém, eu não estou constrangendo ninguém.

(O deputado Rosemberg Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Não! V. Ex.^a me constrangeu quando me convocou para esta sessão, e eu lhe pedi. Então, não tem negócio de constrangimento, não. Não! Não venha com isso, não. Hoje não!

Deputado Rosemberg, eu sempre fui...

(O deputado Rosemberg Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Não aceitar é um direito de V. Ex.^a. Não aceitar é um direito de V. Ex.^a! É um direito de V. Ex.^a! Eu estou usando a palavra, se eu estiver... Eu não estou constrangendo ninguém, eu não estou, não! V. Ex.^a fale o que quiser no seu tempo. No meu tempo, eu falo o que eu quiser.

Deputado Rosemberg, V. Ex.^a sempre contou com todos os deputados desta Casa, todos, inclusive houve projetos do governo do estado que a Oposição votou a favor, mas este é um caso específico. Este é um caso de justiça e que V. Ex.^a hoje comete o maior equívoco da sua vida com a categoria dos professores.

Amigos e amigas, eu vejo que hoje todos os deputados e deputadas estão aqui porque foram ensinados por vocês, professores. Se existe policial, se existe médico, se existe professor, é porque, no nascedouro, a categoria mais importante são vocês. Nós passamos por um pleito eleitoral, nós tivemos uma eleição em que tinha um ex-prefeito, ACM Neto, e tinha o professor Jerônimo Rodrigues, e eu não tenho dúvida de que todos vocês, a família de vocês, os amigos de vocês, achavam que a sensibilidade do governador Jerônimo seria outra. Seria outra por quê? Porque ele é professor!

Então, deputado Rosemberg, quando a gente fala isso... V. Ex.^a, inclusive, na televisão, disse que o Supremo não permitia. Não, não tem isso. O governo do estado fez uma nota, não deu entrevista, mas fez uma nota, dizendo que o Supremo não permitia que fosse pago, que era para pagar apenas 60%. Mas ele não diz que a gente

não poderia pagar qualquer outra coisa, que é a correção desse dinheiro legítimo, que é dos professores.

O que se debate aqui,...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: (...) hoje, é se esse dinheiro pertence aos professores ou não pertence aos professores. Se esse dinheiro, deputado Vitor, pertence aos professores, por que o governo do estado quer segurar o recurso dos professores?

Jerônimo Rodrigues, o nosso governador, governador do estado da Bahia, é professor. Nós precisávamos e entendíamos que o governador do estado iria ter a maior sensibilidade, iria ter gratidão, gratidão a todos vocês por tudo que fizeram com ele, por ser a categoria dele. Mas, não, o governo do estado, por sua assessoria, disse: “Não”. O que eu ouço é que os professores já ganharam demais e não precisam dos juros. Essa é a desculpa que eles dão aqui pelos corredores da Assembleia.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: A Oposição vai até o final com isso.

Nós queríamos saber por que essa ânsia tão grande em pegar o dinheiro dos professores.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: E a gente começou a analisar meio mundo de coisa e vimos o desperdício, o desperdício que foi feito com o projeto da Ponte Salvador-Itaparica. Um sonho de muitos, amigos. Um sonho de muitos. Eu, que tenho uma militância grande do lado de lá, da ilha... a gente sonha com essa Ponte Salvador-Itaparica, mas não existe um prego, um prego nessa Baía de Todos-os-Santos, e já foram gastos mais de 300 milhões. Virou fumaça esse dinheiro de vocês, esse dinheiro nosso virou fumaça, virou fumaça! Porque depois de projeto, de estudos o que acontece? Nada. O que se diz agora é que também vai suspender, vai revogar essa licitação. E esse recurso de mais de 300 milhões, quem vai responder por esse recurso? Ninguém? Tem de buscar esse dinheiro em algum lugar. Estão querendo buscar de vocês.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: O VLT, pegaram de uma forma, assim, egoísta. Há mais de 160 anos existia o trem do subúrbio ferroviário em que se pagava R\$ 0,50. Cinquenta centavos para passar pela Suburbana toda. Hoje, é necessário pagar R\$ 4,90.

Em 2019, disseram que ia ser o Veículo Leve de Transporte (VLT) mais rápido possível a ser construído. Gastaram R\$ 56 milhões, e o que aconteceu? Revogaram essa licitação também.

(Intervenção fora do microfone.)

Quando eu for me referir a Vitor, eu vou dizer qual é o Vitor, não é o Azevedo, é Vitor Bonfim, porque foi o Vitor Bonfim que estava me ironizando quando eu comecei a usar a palavra.

Mas, amigos e amigas, voltando, a gente soma mais de R\$ 360 milhões jogados fora, que viraram fumaça nos projetos da Ponte Salvador-Itaparica e, também, do VLT.

Esse dinheiro eles vão ter que buscar de alguma forma. Mais uma vez, eu digo: é de vocês que eles querem retirar esse dinheiro.

Mas, queridos, eu queria dizer que nós ainda podemos sensibilizar o coração desses 43 deputados. Nós, da Oposição, colocamos uma emenda que se for aceita eu prometo a V. Ex.^{as}, deputado Eures, que acaba agora. Se a nossa emenda for aceita, deputado Adolfo, presidente, termina agora. Prometo isso, eu assumo o compromisso pela minha bancada, a Bancada da Minoria. Vou ler a emenda: "A Bancada da Minoria, com base no Regimento Interno desta Casa apresenta..." – na verdade, a gente já apresentou – "(...) a seguinte emenda aditiva ao projeto 25.003.", que é esse projeto. O art. 1º diz o seguinte: "O art. 2º desse projeto passa a ter a seguinte redação: aos profissionais do magistério da educação básica serão devidos 60% da parcela dos recursos totais, incluindo os juros e a correção monetária devidos pela União..." – não é governo do estado, é pela União – "(...) ao governo do estado, por meio de precatório judicial, a título de complementação do Fundef, a serem distribuídos conforme..." Aí, vocês sabem. Se a nossa emenda da Bancada da Minoria for aceita, eu prometo que a nossa bancada vota a favor e a sessão termina agora, porque é o que nós queremos.

(As galerias se manifestam.)

Essa é a proposta, o encaminhamento que estamos fazendo ao deputado Rosemberg e à bancada, que, se a emenda da nossa bancada for aceita, nós terminamos agora e vamos votar a favor desse projeto. Caso contrário, a gente vai levar até o final que a gente puder para sensibilizar o coração e as mentes dos professores.

Sr. Presidente, há muito tempo que nós não temos uma sessão com a presença de, praticamente... estão presentes 54 deputados. Eu acho que é a totalidade, praticamente, dos deputados do governo. Acho que só um deputado da Base do Governo não veio. Todos foram convocados pela Secretaria de Relações Institucionais, pelo líder do Governo, pelas secretarias afins para que se fizessem presentes.

Durante a semana, os deputados diziam que não viriam, que não estariam presentes, mas a mão pesada do governo falou mais forte. Não sei qual foi o tipo de conversa que tiveram, o constrangimento que fizeram aos deputados para que hoje, numa quinta-feira, às 20h30min, 42 deputados da Base do Governo estejam presentes aqui.

Alguma conversa teve ou, de alguma forma, fizeram alguma coisa para constranger ou até para ameaçar. Esse é um pensamento meu e não será o deputado Rosemberg que vai também querer até dizer o que eu posso pensar ou não posso pensar. O meu pensamento é que houve, sim, a mão pesada do governo do estado, convocando todos os deputados e deputadas para estarem presentes aqui, hoje. Isso não é comum, amigos e amigas. Os deputados não têm sessão nem quinta-feira pela manhã, que dirá quinta-feira à noite.

Então, vocês podem imaginar o trabalho hercúleo que foi feito pelo governo do estado para trazer todos os deputados aqui. Mas não tem problema. A nossa bancada é menor, é de minoria, mas é qualificada, e nós vamos defender o que nós acreditamos.

Aqui não se trata de uma campanha eleitoral, aqui se trata de se fazer justiça. São esses homens aí: Marcinho, Luciano Simões, Fabrício, Leandro, Emerson Penalva,

Pedro Tavares, Sandro Régis, Marcelinho Veiga, todos esses deputados que estão aqui, hoje, defendendo a categoria não para eleição, defendendo...

Samuel, nosso líder Samuel, como é que eu vou esquecer?

O Sr. Júnior Muniz (fora do microfone): Júnior Muniz...

O Sr. ALAN SANCHES: Não, Júnior Muniz, neste momento eu não posso, Júnior. V. Ex.^a está contra a gente. V. Ex.^a está contra os professores. Então, não posso lhe incluir nessa. Não que V. Ex.^a não seja um homem de bem, mas neste momento V. Ex.^a está contra a categoria. Então, não posso lhe incluir, porque são...

(As galerias se manifestam.)

Na verdade, o deputado Júnior fustigou a minha língua e eu tive que responder ao deputado Júnior à altura. Eu estou aqui para responder a qualquer deputado, no nível que quiser. No nível que quiser, eu vou saber responder ao deputado que, assim, quiser debater sobre qualquer assunto. Qualquer assunto.

Mas, Sr. Presidente, nesses minutos iniciais, porque ainda estamos no Grande Expediente, nós ainda vamos entrar nos tempos partidários para depois entrarmos na votação do primeiro projeto, que é o do empréstimo, quando teremos as 10 inscrições de 20 minutos para cada deputado para debater sobre o projeto também esdrúxulo, mais uma vez, que inaugura o governo do PT com um empréstimo de R\$ 400 milhões. Não quer pagar a vocês, mas já está pedindo mais um empréstimo, de R\$ 400 milhões. Imaginem essa bola de neve!

Então, Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, deputado Hilton, deputado Euclides, deputado Vitor Bonfim, Roberto Carlos, pedir, apelar para a consciência de V. Ex.^{as} para que a gente possa rever esse projeto, para que a gente possa aceitar a emenda da Oposição que paga os juros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e a correção monetária. Não é porque a gente quer, é porque é justiça, é um merecimento. É um recurso deles, não é do governo do estado, não é da Assembleia, é dos professores. Fizeram jus durante anos para estar merecendo. Isso não é bonificação, isso não é favor, isso é justiça, e eu estarei, aqui, defendendo junto com a nossa bancada a justiça para vocês.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, antes de passar a palavra ao próximo orador, tem um requerimento:

(Lê) “Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, requeiro, nos termos do art. 89, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 1.200 minutos com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2023.”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSD/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

O Sr. Samuel Junior: Deputado Leandro, chefe.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

O Sr. Samuel Junior: Deputado Leandro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador. Já foi, deputado. Chamei e já foi. Se foi no horário do PL, já foi.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder da União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de 14 minutos.

Pode ser agora ou faz um acordo.

O Sr. Samuel Junior: O deputado Marcinho Oliveira falará por 7 minutos; e o deputado Pedro Tavares, por 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, servidores da Casa, público aqui presente nas galerias, todos que nos assistem pela TV ALBA, venho aqui nesta noite, Sr. Presidente, não somente para ser solidário à classe dos professores, venho nesta noite como representante do povo da Bahia. Saí do sertão, da Região do Sisal, deputado Cafu Barreto, e tenho conhecimento do sofrimento dos professores, tenho conhecimento de quanto sofre essa classe que precisa, realmente, do pagamento com os juros pois é um direito adquirido por eles pela luta que enfrentaram para chegar a uma sala de aulas preparados para lecionar. Mas eu peço a atenção de todos os professores, como disse Albert Einstein: “Educar verdadeiramente não é ensinar fatos novos ou enumerar fórmulas prontas, mas, sim, preparar a mente para pensar.”

Eu quero, professores, neste momento em que todos vocês estão no Plenário ou estão em suas casas nos assistindo, que pensem, que observem este Plenário em uma quinta-feira, às 20h40min e percebam quantos deputados estão aqui, hoje, e que vocês analisem e pensem que é somente para votar o projeto 25.033/2023, que dá o direito do pagamento a vocês.

Eu gostaria de que vocês pensassem, pois existe outro projeto, o de nº 25.025/2023, que é do empréstimo que o governo pede, de R\$ 400 milhões, e esse empréstimo vai ser votado aqui nesta noite. Mas precisamos discutir projeto a projeto. Precisamos saber, líder Rosemberg, onde será empregado esse dinheiro desse

empréstimo. Precisamos saber pois na minha região existe uma estrada, e muitos deputados da região conhecem, como Luciano Simões, deputado Laerte, deputado Alex, que é a BA-120, no trecho de Queimadas a Monte Santo, que está deteriorada. Precisamos saber se com esse recurso desse empréstimo vai ser feita essa estrada, deputado Pedro. Precisamos saber se a BA-408, que liga Santa Luz a Araci, está dentro do valor desse empréstimo, deputado Alan Sanches. Precisamos saber se nesse valor está a tão sonhada adutora que vai abastecer a região semiárida do sisal, no distrito de Santo Ambrósio de Cansanção. Nós precisamos saber se a estrada que liga Quijingue a Cansanção está dentro do empréstimo desses R\$ 400 milhões. É isso que queremos saber. Iremos discutir ao longo desta noite, dessa madrugada, a importância desse projeto, pois é tão importante quanto é a votação dos precatórios.

Eu digo a vocês que sou totalmente a favor da emenda do nosso líder, deputado Alan Sanches, que concede o pagamento integral a todos os professores, com juros e correção. Mas tão importante quanto esse projeto é também, sim, importante analisar esse projeto desse empréstimo, pois queremos saber onde os recursos serão aplicados. E nós vemos as dificuldades por que os municípios vêm passando. Muitos gestores deixaram as suas cidades hoje para virem à Caravana da Cidadania, do governo federal, na expectativa de terem dias melhores.

E eu trago uma boa notícia para todos os prefeitos: na terça-feira próxima, será votada, na Câmara dos Deputados, uma emenda ao Projeto de Lei nº 334/2023, que irá reduzir a alíquota patronal paga ao INSS pelos municípios, que é de 22,5% e vai cair para 8%. Uma emenda do deputado federal Elmar Nascimento que será votada na terça-feira, que irá dar conforto aos prefeitos e prefeitas da Bahia nesse momento de grande dificuldade.

Mas vamos nos ater a esta noite... Eu peço que todos vocês, professores, professoras, analisem, vejam o posicionamento de cada bancada e vejam quem está faltando com vocês, quem está sendo correto nesta noite para poder votar a favor de todos vocês que lutaram e merecem esse pagamento mais que justo.

Amigos, amigas, deputadas, deputados, vamos nos sensibilizar e vamos votar a favor de quem ensina aos nossos filhos, de quem ensina à pessoa a ter uma vida melhor. E eu digo que vocês, como um exemplo, hoje, merecem o respeito de todos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os parlamentares e merecem o voto a favor do pagamento de todos os direitos que vocês têm.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Leandro de Jesus: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Leandro.

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, quando V. Ex.^a chamou o tempo partidário, aqui, do PL/Solidariedade, eu levantei a mão imediatamente. Portanto, eu quero reafirmar, aqui, o meu desejo de falar, exatamente, no meu tempo partidário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Leandro, o partido, que é o mesmo do deputado Luciano, está no campo da Maioria, por isso não cabe a V. Ex.^a... Está na Base da Maioria o partido.

O Sr. Leandro de Jesus: Mas eu sou o único aqui que está representando o partido. Estou falando em nome do partido. Cadê o deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a quer o quê? Os 5 minutos?

O Sr. Leandro de Jesus: Eu quero o meu tempo partidário. O deputado Luciano Araújo não está presente e o deputado Vitor também não está. Só estamos eu e Pancadinha, e eu estou pedindo o meu tempo partidário. Se ele estivesse aqui para negar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Depois do deputado Pedro Tavares, eu vou dar o tempo a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, plateia aqui presente, imprensa, hoje nós temos dois importantes projetos para serem votados aqui, neste Plenário. Um projeto sobre os precatórios dos professores. E de antemão, olhando para a plateia, eu queria dizer a todos vocês que eu sou a favor do projeto com o pagamento integral do que vocês têm direito – o pagamento integral, com juros e com a correção monetária. Também um projeto importante, que é um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, um empréstimo vultoso, um empréstimo de R\$ 400 milhões.

Eu queria começar falando sobre o empréstimo. Sempre fui a favor do desenvolvimento no nosso estado, sempre fui a favor de que o nosso estado possa se desenvolver, de que tenha investimentos importantes em infraestrutura, de poder ter um estado que possa ter uma infraestrutura de qualidade, um estado deste tamanho, um estado grande e complexo como o estado da Bahia.

E sempre que chegou um projeto aqui, a esta Casa, nos meus quatro mandatos como deputado estadual, eu sempre quis discutir sobre onde será empregado, para onde serão encaminhados esses recursos. Nesse projeto, infelizmente, a gente não tem nenhum tipo de posição sobre onde vão ser gastos esses R\$ 400 milhões, quais são as cidades que receberão esses investimentos, o que será feito com esse recurso, o que será feito com esse dinheiro que é, como eu disse, um recurso vultoso.

E eu vejo aqui meu grande amigo deputado Vitor Bonfim, que, assim como eu, é votado lá no município de Mansidão. Eu queria dizer a V. Ex.^a que se nesse projeto constasse fazer a importante estrada BA-351, eu votaria a favor. É uma estrada importante, que liga Buritirama a Mansidão, e Mansidão a Santa Rita de Cássia. Mansidão é uma cidade que não tem acesso asfaltado até hoje, e se dentro desse projeto houvesse o compromisso de que essa estrada fosse asfaltada, teria o meu voto.

Se dentro desse projeto estivesse o compromisso – eu vejo aqui o deputado Cafu, eu vejo aqui o deputado Ricardo Rodrigues, que são deputados da região de Irecê -, se dentro desse projeto tivessem recursos que iriam ser implementados na região de Irecê, logicamente que teria o meu voto.

Eu vejo aqui o deputado Patrick conversando ali com meu grande amigo deputado Sandro Régis. Se dentro desse projeto estivesse especificado que a região de Jequié, que V. Ex.^a, Patrick, que V. Ex.^a, deputado Sandro Régis, representam a região, tivessem os recursos para serem investidos nessa região, teria o meu voto.

Mas é um projeto que não diz nada. É um verdadeiro cheque em branco para o governo do estado. Como disse o deputado Marcinho, que falou das estradas da Região do Sisal, como bem falou V. Ex.^a, falou com propriedade, se dentro desse projeto estivessem especificados os recursos que seriam gastos em infraestrutura, levando a infraestrutura para sua região, V. Ex.^a também votaria a favor desse projeto.

É por isso que eu quero logo adiantar o meu voto em relação a esse projeto. Eu não tenho como votar em um projeto que não diz para onde serão destinados os recursos, às quais cidades serão destinados esses recursos. Eu quero, repito, o desenvolvimento do nosso estado. Eu quero que o nosso estado tenha uma infraestrutura de qualidade, eu quero que o nosso estado tenha, sim, projetos importantes na área da infraestrutura, mas o que a gente vê, aqui, é que não há nenhum detalhamento e para onde irão esses recursos.

E, agora, eu queria falar também sobre o projeto de lei dos professores, reafirmando o meu apoio e o meu voto a favor caso o governo acate essa emenda, a emenda apresentada pelo deputado Alan Sanches, que é líder da Oposição, e que cobra o pagamento integral do que vocês têm direito: o pagamento dos juros e da correção.

E se o deputado Rosemberg Pinto e a Bancada do Governo acatarem essa emenda, eu quero falar publicamente que terá o meu voto. Mas se não acatar, eu não tenho como votar num projeto que prejudica e que não faz justiça a vocês, professores, porque o que vocês querem não é favor, o que vocês querem é justiça, o que vocês querem é que vocês tenham pagos o que é de direito do professor, dessa categoria tão importante, dessa categoria fundamental para a sociedade. Todos que estão aqui, neste Plenário, passaram pelas mãos ou tiveram um professor. E falta esse compromisso, falta essa valorização. Eu juro que eu quero muito votar a favor desse projeto, que eu quero muito que o governo do estado acate essa emenda para que vocês possam ter o que lhe é de direito, o que é de direito dos professores estaduais baianos.

Eu queria fazer, mais uma vez, esse pedido para que a gente não fique discutindo aqui a noite inteira, para que a gente não fique cobrando aqui a noite inteira, para que a gente possa votar rapidamente, que o governo acate essa emenda e que pague os juros e a correção devida aos professores estaduais baianos.

(As galerias se manifestam.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, fica, aqui, o meu apelo. E fica, aqui, deputado Alan Sanches, também o meu apelo para que V. Ex.^a, como líder da Oposição, eu acato a orientação de V. Ex.^a, para que, se o governo não acatar essa emenda, a gente não tenha a obrigação de votar esse projeto. A gente não pode votar um projeto que vai de encontro ao que é de direito de todos vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Leandro.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem deputado Alan Sanches

O Sr. Alan Sanches: Eu queria pedir a verificação do quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu vou fazer a questão de ordem lá de baixo, se V. Ex.^a me permitir.

Presidente, atendendo à solicitação de verificação de quórum para a continuidade da sessão, queria que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental e que já ficasse registrado isso: toda questão de ordem para a verificação de quórum, seguindo o Regimento, tem que ter o tempo regimental de votação de 25 minutos. Já fica predefinido aqui.

Eu queria pedir aos deputados que estão nos gabinetes, estão no cafezinho para que se façam presentes aqui para atender à solicitação de verificação de quórum de continuidade da sessão feita pelo deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria de contraditar a questão de ordem do deputado Rosenberg. Só o seguinte...

O Sr. Rosenberg Pinto: O Regimento já diz...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Marquem o tempo de 15 minutos.

Srs. Deputados que estão nos seus gabinetes e outras dependências da Casa, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Por favor, compareçam ao Plenário.

Questão de ordem do deputado líder, Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente Adolfo, o que o deputado Rosenberg pediu não existe. Na verificação de quórum, V. Ex.^a apenas vai contabilizar se tem ou se não tem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, sem problema, 15 minutos. Se não tiver, eu encerro a sessão.

O Sr. Alan Sanches: Não, não, não. Os 15 minutos não são obrigatórios e ele já quer desde agora...

(O Sr. Rosenberg Pinto fala fora do microfone.)

Calma! Espere aí, deixe-me falar! Calma!

(As galerias se manifestam.)

Para que sejam contabilizados os 15 minutos, algum deputado tem que solicitar. Pronto! Ele, o deputado Rosenberg, para que ele não passe apertado, já quer deixar acordado com V. Ex.^a que sempre vai ter 15 minutos. E não, não é necessário isso. Se V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não, deputado. Todas as vezes que pedir verificação de quórum, há o tempo de os deputados comparecerem, é natural.

O Sr. Alan Sanches: Se for solicitado pelo deputado. Se não for, não há necessidade de V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, se pedir a presença dos deputados, sim.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, pronto. E não agora para ficar como lei, não é regra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputados, por favor, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão. Favor darem as presenças.

Deputado Cafu, deputado Zó, deputado Zé Raimundo, deputado Vitor, deputado Marcelinho, deputado Tiago, deputado Luciano, marcar a presença.

V. Ex.^a não está enxergando...

Deputado Ricardo...

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu queria aproveitar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) deputado Marquinho, deputado Laerte, deputado Angelo Coronel, deputada Fabíola.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputada Cláudia Oliveira, deputado Diego Castro, deputado Eduardo Alencar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fátima, deputada Neusa, deputado Paulo Rangel. Existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(As galerias se manifestam.)

Srs. Deputados...

O Sr. Rosemberg Pinto: Tem de pedir ao deputado Alan para registrar, senão cai a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, V. Ex.^a que pediu tem de dar a presença, senão cai a questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não! Quem pede tem de registrar logo. Se não registrar, cai a questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, o deputado Rosemberg, que é sempre tranquilo, está nervoso. Não há motivo para isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já mandei pingar suco de maracujá para todos ficarem calmos.

Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Favor comparecerem ao Plenário.

O Sr. Alan Sanches: Deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Ivana, deputado Niltinho.

(As galerias se manifestam.)

Srs. Deputados! Srs. Deputados que estão em outras dependências da Casa: a sessão vai cair, Srs. Deputados.

Srs. Deputados que estão no restaurante e em outras dependências, a sessão vai cair!

Deputado Paulo Rangel, deputado Raimundinho, deputado Rogério. Deputado Marquinho, já registrou a presença?

O Sr. Marquinho Viana (fora do microfone): Já.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, o tempo está acabando e a sessão vai cair.

(As galerias se manifestam.)

Deputados que estão em outras dependências da Casa, no restaurante, nos gabinetes, falta pouco tempo para a sessão cair.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deu quórum. Alan, já deu quórum!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alan, já existe quórum.

Concedo a palavra ao líder do Governo. Não há orador.

Ordem do Dia.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpa, desculpa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro, pelo tempo de 6 minutos.

Marquem o tempo de 6 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Obrigado, presidente. Falando aqui, mais uma vez, consternado com essa situação que estamos atravessando. Mas quero deixar aqui registrado ao líder do Governo, Rosemberg, Excelência, que o PL/Solidariedade, enquanto bloco, não está e nunca esteve na base governista. Então, por gentileza, o senhor se retrate porque isso não é uma verdade.

(As galerias se manifestam.)

Se V. Ex.^a tiver um documento que comprove isso e mostre aqui, então o senhor traga esse documento que a gente discute, mas não falte com a verdade aqui, por gentileza. Até porque eu estaria envergonhado pelo que os senhores estão fazendo com os professores, estaria envergonhado pela humilhação que o PT está impondo aos professores.

Eu estudei, senhoras e senhores, ali no bairro do Beiru/Tancredo Neves, no Colégio Estadual Edvaldo Fernandes, uma escola estadual. Eu estudei lá, no fim de linha do Beiru/Tancredo Neves, estava lá: Colégio Estadual Edvaldo Fernandes e, logo ao lado, Colégio Estadual Zumbi dos Palmares. E eu nunca esqueci daquelas professoras e professores que estavam ali dedicando as suas vidas a nos ensinar, a me ensinar. Eu nunca esqueci! Eu nunca esqueci de uma aula, porque todas aquelas aulas fazem parte da minha história.

E eu valorizo a dedicação desses professores, que dedicam seu dia a dia, suas vidas, a lecionar, a ajudar na formação dos sonhos de meninos, de meninas,

principalmente os senhores que lecionam na rede estadual, que lidam com crianças, com jovens da periferia que precisam exatamente dessa educação, dessa dedicação. Porque eu tenho certeza de que os senhores não estão aqui ou não são professores apenas por dinheiro. Não são! É por amor. É por amor!

(As galerias se manifestam com palmas.)

E ninguém vai me tirar esse amor que eu senti na sala de aula e que eu sinto aqui com vocês, ninguém vai me tirar. Ninguém! Nenhuma crítica ou nenhuma tentativa de pressão vai tirar ou pode tirar aquilo que é direito de vocês. E a Bancada da Minoria, à qual eu estou aliado e alinhado, já apresentou uma emenda. Fica aqui a disponibilidade inclusive para a base governista, cuja maioria se elegeu com voto de vocês: eu cedo o meu tempo! Venham fazer a defesa dos professores!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Bancada do PT, venha fazer a defesa dos professores! Ora, eles disseram que o amor venceu, disseram que cuidavam de pessoas. Essa é a propaganda, a propaganda diz que o amor venceu; a propaganda diz que cuida de pessoas. Mas cadê? Cadê o amor? Cadê o amor pelos professores? Cadê? Não existe! Cadê? É só isso que eu quero ouvir dos senhores, bancada governista, Bancada do PT, deputados que se elegeram com o voto do professor! Cadê a coerência agora? Os juro, a correção, são 60% do total de um dinheiro que é deles, um dinheiro... Olha, é até constrangedor discutir algo nesse sentido. Constrangedor! Calote nos professores, não, pelo amor de Deus! Calote, não! Calote, não!

(As galerias se manifestam.)

É simples! Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Excelências, eu peço que os senhores olhem para essas professoras e esses professores que estão aqui. Podem olhar, inclusive, para aqueles que me vaiaram, agora há pouco. Por trás de cada um deles, existe uma família, existem crianças, filhos, uma família. Existem sonhos. Nós estamos falando de famílias, de pessoas que têm os seus valores, que têm os seus sentimentos. Vamos olhar com humanidade para essas pessoas!

Será que hoje sairemos daqui como o dia da vergonha? Pelo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) amor de Deus! Não é isso que eles merecem! Humanidade!

Então, senhoras e senhores, eu estarei aqui até a hora que for: pode raiar o dia, pode nascer o sol, mas nós vamos lutar pelo direito dos professores e ponto final!

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 25.025/2023, procedente do Poder Executivo, o qual (lê) *“Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal, com garantia da União, e dá outras providências.”*

O projeto (lê) *“(...) objetiva obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa, o Poder Executivo, contratar em nome do Estado, junto à Caixa Econômica Federal, operação de crédito interna até o montante de quatrocentos milhões de reais, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA.”*

Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ROSEMBERG PINTO: (Lê) *“PARECER*

Das Comissões Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Saúde e Saneamento; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.025/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal, com garantia da União, e dá outras providências’.”

O projeto, Sr. Presidente, é de iniciativa do Ex.mo Governador Jerônimo Rodrigues e é um projeto de R\$ 400 milhões, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e Saneamento (Finisa), conforme registra a mensagem.

(Lê) *“(...) Trata-se, portanto, da captação de recursos para viabilizar importantes obras do governo nas áreas especificadas, todas de significativa importância para a economia e a melhoria da qualidade de vida dos baianos.*

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por inexistirem óbices quanto ao seu mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2023.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer que acaba de ser lido pelo nobre líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto.

(O deputado Tiago Correia se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não cabe discussão, deputado Tiago, no parecer. Cabe no projeto em votação...

O Sr. Alan Sanches: Espera aí...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, não cabe discussão ainda. Nas comissões, não; cabe no projeto.

O Sr. Alan Sanches: Calma! Calma, presidente, nem abri a boca ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Perdoe-me, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Eu nem abri a boca.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Já está lendo o meu pensamento.

Só para não perdermos tempo aqui, foi lido o parecer, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

O Sr. Alan Sanches: No âmbito das comissões?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a vai colher o voto e vai colher também, primeiro, a presença, no âmbito das comissões, que eu vou pedir?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Correto.

O Sr. Alan Sanches: Calma! Com isso, eu gostaria que minha bancada se retirasse, porque a verificação de quórum na comissão é visual, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

O Sr. Alan Sanches: Então, queria que a bancada saísse antes...

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas alguém vai ter de pedir verificação de quórum.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou pedindo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Ah, então você vai ficar?

O Sr. Alan Sanches: Claro!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro.

O Sr. Rosemberg Pinto: Você está em todas as comissões?

O Sr. Alan Sanches: Deixe-me falar uma coisa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não importa, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Não importa porque é conjunta, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele vai pedir verificação; nós vamos citar a Comissão de Constituição e Justiça; ele vai pedir quórum; se ele fizer parte, ele estará presente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Da Comissão de Constituição e Justiça. Mas alguém da Comissão de Infraestrutura tem de pedir. Se ele não é da Comissão de Infraestrutura, ele não pode pedir.

O Sr. Alan Sanches: Espera aí...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele está pedindo como líder. Pode, sim.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, deixe-me falar uma coisa...

O Sr. Rosemberg Pinto: Regimento é regimento; a gente tem de seguir o Regimento.

O Sr. Alan Sanches: Pronto! V. Ex.^a leu um parecer conjunto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou pedindo a verificação de quórum da mesma forma, conjunta, no âmbito das comissões. V. Ex.^a leu um parecer para todas as comissões; V. Ex.^a é uma pessoa, eu também sou. Da mesma forma que V. Ex.^a foi relator de todas as comissões, eu estou pedindo verificação de quórum em todas as comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado. Vamos lá?

O Sr. Alan Sanches: Solicito verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. Rosemberg Pinto: Como a gente tem quórum em todas, eu não vou questionar, mas depois eu vou ver o Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Primeira comissão: Comissão de Constituição e Justiça.

Deputada Maria del Carmen.

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Ausente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, queria chamar todos os...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os deputados sabem que tem votação, então eu vou chamar.

Deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a marcasse o tempo para a solicitação do deputado Alan, que é o tempo de 25 minutos, se é votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados que estão na Casa, nós estamos em processo de votação. Houve um pedido de verificação de quórum no âmbito das comissões. Por favor, dirijam-se ao Plenário. Marquem o tempo.

O Sr. Rosemberg Pinto: São 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou começar a chamar.

Deputada Maria del Carmen, ausente.

Deputado Alan Sanches, presente.

Deputado Euclides Fernandes...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Euclides está presente?

A Sr.^a Ivana Bastos: Está aí do seu lado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides Fernandes, do meu lado, presente.

Deputado Felipe Duarte, presente.

Deputado Vitor Bonfim, presente.

Deputado Matheus Ferreira, presente.

Então há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Próxima comissão: Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Deputado Eduardo Salles, presente.

Deputado Pedro Tavares, ausente.

Deputado Bobô, presente.

Deputada Cláudia Oliveira, presente.

Deputado Eures Ribeiro, presente.

Há quórum.

Deputado Raimundinho da JR... Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, V. Ex.^a chamou o deputado Bobô, que eu não estou conseguindo enxergar aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está aqui em cima.

O Sr. Alan Sanches: Ah... Quantos estão presentes, deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bobô, 1; deputada Cláudia, 2; deputado Eduardo, 3; deputado Eures, 4.

Já há quórum na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Próxima comissão: Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Deputada Olívia Santana, ausente.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, ela está presente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Penalva, ausente.

Deputado Felipe Duarte, presente.

Deputado Hilton Coelho, ausente.

Deputado Jurailton Santos, ausente.

Deputado Robinson Almeida, ausente.

Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Presente.

Deputada Soane Galvão, ausente.

Não há número suficiente na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputada Olívia está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então há quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, com a presença da deputada Olívia.

Próxima comissão: Comissão de Saúde e Saneamento.

Deputado Alex da Piatã, presente.

Deputado José de Arimateia, ausente.

Deputado Eduardo Alencar, ausente.

Deputada Fabíola Mansur, presente.

O Sr. Rosemberg Pinto: O deputado Arimateia está aqui... ah, saiu...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Arimatéia está na Casa?

Deputado Hassan, presente.

Deputada Ludmilla Fiscina, presente.

Então há quórum na Comissão de Saúde e Saneamento.

Por último: Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Deputado Vitor Bonfim, presente.

Deputado Tiago Correia, ausente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Olha o Tiago aqui!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, presente.

Deputado Angelo Coronel Filho, presente.

Deputado Bobô, presente.

Deputado Hassan, presente.

Deputado Zé Raimundo Fontes, presente.

Portanto, há quórum no âmbito das comissões.

Em votação, no âmbito das comissões, o parecer que acabou de ser lido pelo nobre deputado Rosemberg Pinto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O deputado Alan, líder da Oposição, vai encaminhar o voto. No âmbito das comissões, ainda?

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago.

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas pode haver uma questão de ordem no meio de votação?

O Sr. Tiago Correia: Uma questão de ordem, Sr. Presidente, só para dirimir uma dúvida. Nos arts. 177 e 178, que falam do requerimento de urgência, eles nos trazem que: (lê) “*Art. 177. Expirados os prazos previstos no artigo anterior, o Presidente incluirá a matéria na Ordem do Dia, observado o prazo previsto no parágrafo único do art. 175, para realização da sessão.*

Art. 178. Se não houver parecer, o Presidente da Assembleia designará Relator para que o emita oralmente em plenário, manifestando-se, de imediato, a Comissão.

§ 1º *O Relator designado poderá requerer prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para exame da matéria, que lhe será deferido...*” O senhor vai requerer as 24 horas, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Pinto: Meu querido, eu já li o parecer.

O Sr. Tiago Correia: Pronto. (Lê) “(...) § 2º *Se a Comissão, após o parecer do Relator, não puder deliberar, por falta de quorum, ou qualquer outro motivo, ainda assim a proposição será, de logo, submetida ao Plenário...*”, o que aconteceu.

(Lê) “(...) ART. 179. *As proposições urgentes não comportam adiamento de discussão nem de votação.*”

Eu queria discutir o relatório, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Como é que é?

O Sr. Tiago Correia: Art. 179.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não pode discutir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Não existe isso no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não pode discutir no âmbito das comissões, não, deputado Tiago.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não existe isso no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode discutir o projeto que a gente vai colocar logo a seguir, deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Art. 179, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não existe isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a está interpretando mal. No âmbito da votação, V. Ex.^a discute.

Em votação o Projeto de Lei nº 25.025/2023...

O Sr. Tiago Correia: Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para discutir, o primeiro orador, o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há tempo suficiente.

O Sr. Alan Sanches: Não. Calma, presidente. Mais uma vez, eu vou falar com V. Ex.^a com toda tranquilidade. Se eu tiver um tempo para utilizar, com todo respeito a V. Ex.^a, não vai ser V. Ex.^a que vai dizer se eu posso ou não. Isso não é questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Oh, Tiago, eu não entendi nada.

O Sr. Alan Sanches: Eu pedi para encaminhar a votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a...

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas já votou...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a tem 5 minutos para encaminhar.

O Sr. Alan Sanches: Pronto! Sr. Presidente, veja bem, quando o deputado Rosenberg falou que eu estava causando constrangimento a alguns colegas, eu acho que ele se equivocou. Eu acho que alguns colegas, que foram obrigados a estar aqui hoje, é que estão constrangidos.

Eu vejo colegas aqui entrando e saindo correndo, com medo da turma que está aqui pedindo, implorando a sensibilidade para votar os juro e a mora.

(As galerias se manifestam.)

Então, deputado Rosenberg, não sou eu que estou constrangendo qualquer colega. Longe de mim! V. Ex.^a me conhece. Eu tenho atitude, tenho postura, tenho tudo, mas eu jamais vou constranger colega nenhum.

Os colegas – é nítido, é nítido – estão constrangidos de votarem esse projeto, porque é uma votação contra os professores. Os colegas votarão contra os professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É disso que se trata aqui.

Agora, não vou me calar quando eu tenho a opinião de que o constrangimento, deputado Rosenberg, é forçar que esses deputados valorosos, homens e mulheres, votem contra os professores. Porque eu quero desafiar qualquer deputado a subir nesta tribuna por 1 minuto, por 1 minuto, e dizer: “Eu vou votar contra vocês!” “Eu vou votar...”

(As galerias se manifestam.)

Eu quero que os deputados digam isso! Existem os deputados aqui que, nos momentos eleitorais, fazem reunião com a categoria, querem representar toda a categoria, mas, agora, deputado Rosenberg, quem precisa da categoria são eles. Precisam agora do deputado que eles apoiaram. Eles estão querendo o apoio, a retribuição do voto que deram na eleição passada. É isso que está constrangendo a sua bancada, deputado Rosenberg. A sua bancada não está constrangida pela minha fala. A sua bancada está constrangida pelo que vai fazer com os professores.

(As galerias se manifestam.)

Vai tirar esse recurso legítimo da categoria dos educadores, que estão lutando, esperando por tanto tempo. Isso é fruto do suor do trabalho deles. E o que eles pedem, neste momento, é que, principalmente o Partido dos Trabalhadores e o PCdoB, salvo alguns deputados que não militam na área, retribuam, retribuam todo o apoio que receberam em diversas eleições.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É o que eles pedem! Mas agora, o constrangimento que V. Ex.^a falou que eu estava colocando nos deputados, esse constrangimento é pessoal. Eu aprendi muito cedo que cada cabeça é seu juiz. Então as pessoas... o próprio deputado, ele mesmo, está se julgando e está dizendo: “Meu Deus, eu vou votar contra a minha categoria que sempre me estendeu a mão?”

(As galerias se manifestam.)

Esse é o constrangimento!

Então o governo, hoje...

Participantes das galerias cantam: “*Você pagou com traição/ A quem sempre lhe deu a mão*”...

O Sr. Alan Sanches (canta): “*Você pagou com traição/ A quem sempre lhe deu a mão/ Você pagou com traição/ A quem sempre lhe deu a mão*”...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente! Presidente!

O Sr. Alan Sanches: Para concluir o meu encaminhamento, eu queria, primeiro, tê-lo contextualizado. Por isso que eu apelei para a consciência e para a gratidão, se algum dos deputados e deputadas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tiverem gratidão com os professores, para que votem a favor dos juros e da correção monetária. Fora isso...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

(...) do jeito que o projeto está e foi lido o parecer pelo deputado Rosemberg, nós, da Oposição, estamos encaminhando voto contrário nas comissões.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou encaminhar, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para discussão... Para discussão... Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares: Deputado Zé Raimundo, eu vou fazer uma permuta do meu tempo com o grande deputado e, assim como o seu pai, grande orador, deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Luciano não está inscrito aqui.

O Sr. Rosemberg Pinto: Ele não está inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Desculpe-me. Está, está.

O Sr. Rosemberg Pinto: V. Ex.^a está trocando, mas não pode.

O Sr. Pedro Tavares: A permuta sempre pôde, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: A permuta pode ser feita se ele estiver inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ele está inscrito.

O Sr. Pedro Tavares: O deputado Luciano está inscrito.

O Sr. Rosemberg Pinto: Está inscrito?

O Sr. Pedro Tavares: Está inscrito!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu entendi que vai encaminhar. Estava no encaminhamento da votação o deputado Alan...

O Sr. Pedro Tavares: Presidente! Não, não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) que já votou. Ele já votou, mas o presidente deu a ele o direito de encaminhamento para...

O Sr. Pedro Tavares: Não...

O Sr. Rosemberg Pinto: Ele já encaminhou para o Plenário agora.

O Sr. Pedro Tavares (fora do microfone): Não!

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas ele já votou!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A rigor, a rigor...

O Sr. Rosemberg Pinto: No âmbito das comissões, ele tinha votado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A rigor, o encaminhamento só é feito para a votação.

O Sr. Alan Sanches: No âmbito das comissões...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para votação!

O Sr. Alan Sanches: Espere aí, presidente

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não caberia, inclusive, o...

O Sr. Alan Sanches: Eu queria então chamar o presidente que estava aqui, porque foi ele que me concedeu o encaminhamento!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma! Tenha calma...

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a tem de ter calma!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tenha calma! Eu estou dizendo: tenha calma!

Para discussão...

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Se foi votado...

O Sr. Alan Sanches: No âmbito das comissões...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em seguida, houve a discussão...

O Sr. Alan Sanches: (...) ele pulou o meu encaminhamento, ele estava nervoso, alguém falou alguma coisa, e eu disse: “V. Ex.^a esqueceu que eu estava ao seu lado e pedi para encaminhar”. Aí, ele disse assim: “No âmbito das comissões?” Eu: “Sim.” Ele disse: “V. Ex.^a tem 5 minutos”. Agora, o Rosemberg,...

O Sr. Rosemberg Pinto: Então vou encaminhar...

O Sr. Alan Sanches: (...) tem de pegar o Regimento e escrever na casa dele como ele quiser, aí ele vota como ele quiser, mas o Regimento daqui é claro, não vai ser assim...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os dois líderes poderiam encaminhar nas comissões antes da votação.

O Sr. Alan Sanches: Eu encaminhei...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já que foi votado, em discussão.

O Sr. Alan Sanches: Não, não, espere aí!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já votou! Agora, em discussão.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, em discussão. Quem está inscrito agora vai começar a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pedro Tavares, para discutir a matéria, por 20 minutos.

O Sr. Pedro Tavares: Eu fiz a permuta com o deputado Luciano Simões, que está inscrito também, entendeu? É só fazer a permuta.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em permuta com o deputado Pedro Tavares, com a palavra o nobre deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa noite a todos e a todas, nesta noite agitada nesta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Meus amigos, esta é uma sessão extraordinária, que só pelo seu nome já fala que não é comum, uma convocação que se iniciou às 19h20min. Isto aqui é consequência de uma votação que aconteceu na segunda ou na terça-feira... Foi quando a urgência, Hilton?

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Segunda-feira.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Na segunda-feira, às 19h17min. Uma sessão que quase ia cair, mas a tropa do governo chegou, segurou a sessão, prorrogou por mais um tempo, eles fizeram valer a força do Plenário, porque eles têm a grande maioria desta Casa, e foi aprovado com facilidade o regime de urgência.

Regime de urgência esse que está no art. 173 do nosso Regimento Interno. (Lê) “*ART. 173. Urgência é a dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja, de logo, considerada até o seu termo.*”

Parágrafo único. O regime de urgência não dispensa, contudo:

I - número legal;

II - parecer de Comissão ou de Relator especial... ” Isso já foi feito aqui.

(Lê) “ART. 174. O requerimento de urgência será formulado:

I - pela Mesa;

II - por Líder de Partido;

III - por 1/3 (um terço) dos Deputados.”

Essa aqui não é uma sessão normal dada a importância da matéria. Foi deflagrada uma greve dos professores estaduais com a justificativa clara de uma luta antiga, cujo debate já antecede, inclusive, a eleição estadual do ano passado. Todo mundo sabia que esse dinheiro chegaria aos cofres do governo do estado. Todo mundo sabia o dia em que entrou o dinheiro. Começou-se uma discussão, desde o governo Rui Costa, de como seria feito esse pagamento.

E o Partido dos Trabalhadores já governa o nosso estado há mais 16 anos, não é isso? São dois governos de Wagner e dois governos de Rui. E lá se vai o início do governo Jerônimo, eleito legitimamente, na Bahia, pelo Partido dos Trabalhadores.

Quanto ao deputado Hilton, eu acho que ele já fez parte, antigamente, antes de estar no Psol.

(As galerias se manifestam.)

O PT é um partido que, historicamente, tem a sua origem nas discussões dos trabalhadores. E, por aí, vai. Eles atuaram na construção civil, rural. Quanto aos servidores públicos, principalmente, depois do governo Lula, houve uma força forte do Partido dos Trabalhadores nos sindicatos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Há uma figura, deputado Angelo Coronel Filho, que já é muito conhecida da política da Bahia: o Sr. Rui Oliveira, presidente, há anos e anos e anos, da APLB-BA.

(As galerias se manifestam.)

Em toda eleição, ele é candidato a deputado estadual ou federal ou vereador, pelo Partido Comunista do Brasil.

(As galerias se manifestam.)

Ele está aqui. Ele nos afirmou, em reunião, com o deputado Sandro Régis, que não houve acordo nenhum com o governo; que ele está contrariado com a APLB-BA com este projeto de lei apresentado pelo governo do estado e colocado em regime de urgência pela tropa do governo com mais de 40 deputados.

(O Sr. Deputado Nelson Leal adentra ao Plenário.)

O ex-presidente e deputado Nelson Leal está sempre presente em todos os governos. E ele é retado! (Risos) Ele está sempre presente: Nelson Leal.

Cabe aqui e foi falado. Eu vou reprisar mais uma vez. A nossa Bancada da Oposição, deputada Maria del Carmen, apresentou uma emenda modificativa ao Projeto de Lei 25.033/2023, a qual irei ler agora com muita calma.

(Lê) *“O líder da bancada da Minoria, na condição de deputado estadual, com base no regimento interno desta Casa, apresenta a seguinte emenda aditiva ao Projeto de Lei 25.033/2023, encaminhado pelo Poder Executivo, alterando o artigo 2º, do referido projeto...”*

Vejamos, a nossa alteração ao art. 2º do projeto vindo da Governadoria: (lê) *“(...) Aos profissionais do magistério da educação básica serão devidos 60% da parcela dos recursos totais, incluindo juros e cargos moratórios, devidos pela União ao estado da Bahia por meio de precatório judicial, a título de complementação do Fundef a serem distribuídos em conformidade com as diretrizes fixadas no artigo 47, à Lei Federal 14.113, acrescidos pela Lei Federal 14.325 de 2022...”*

Cabe, aqui, a importante justificativa desse projeto de lei. (Lê) *“(...) O Projeto de Lei nº 25.028/23, encaminhado pelo governo do estado, disciplina o estabelecido na Lei Federal 14.325/2022, que fixou caber aos profissionais da educação o rateio no mínimo de 60% dos recursos oriundos do precatório do Fundef.*

No entanto, o referido projeto em sua redação original...” – o que está aqui, na Casa, hoje, para ser votado – *“(...) cria limitações não inclusas na lei federal, imputando aos profissionais relevante perda financeira, porquanto a lei federal que disciplina o rateio não retira do montante os juros e a mora...”*

O que a Bancada da Oposição deste estado, na Assembleia Legislativa, apresenta é, simplesmente, uma coisa que já era discussão há muito tempo, que é incluir no pagamento desses precatórios o valor dos juros e da mora, porque há um princípio no Direito que diz que o acessório segue o principal.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Se os juros da mora são acessórios, esses têm de seguir o principal. E o que é o principal? Como se deu a origem disso? O repasse que veio a menor do governo do estado. E, por sua vez, houve também o repasse a menor para os profissionais da educação.

Professor José Raimundo, o acessório segue o principal. Siga o pleito da nossa bancada aguerrida que está aqui falando e coloque os cálculos dos juros e da mora para o pagamento dos professores do estado da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É só isso que a gente quer.

Reforçando a figura do comunista Rui Oliveira que diz que não tem acordo com o governo, que é contra este projeto de lei, sabendo que a comunidade dos professores, ativos e aposentados, são, em sua grande maioria, pessoas que se dedicam, como o deputado Leandro de Jesus falou, por muito amor à causa.

Aqui, a gente não está pedindo nada extraordinário. A gente está apresentando uma emenda modificativa dentro do Regimento da nossa Casa que pode, sim, com muita tranquilidade, ser aceito pela bancada dos Srs. Deputados e das Sr.as Deputadas deste estado.

Na ALBA, a Bancada do Partido dos Trabalhadores é composta de nove ou dez deputados, Neusa? Neusa, vocês são dez ou nove no PT?

A Sr.^a Neusa Cadore (fora do microfone): São nove deputados.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: São nove deputados. O PCdoB tem mais três. Não vou falar dos outros partidos, pois eles são meio que um centrão. Mas o PT e o PCdoB têm, na sua origem, a luta de classes.

Foi assim que eles cresceram, que eles nasceram, levando à frente todo esse discurso.

(As galerias se manifestam.)

E eles têm, agora, Lula, de novo, como presidente da República. O PT está com 17 anos de mandato na Bahia. Quando eles têm as condições de olhar por aqueles que, lá atrás, votaram neles...

E há outra coisa, Leandro. Leandro é deputado bolsonarista, do PL raiz, e está defendendo o princípio dele, qual seja, quando o PT chega ao poder, a primeira coisa que ele faz é virar as costas para as pessoas que sustentaram eles por tanto tempo.

(As galerias se manifestam.)

E, ali, hoje, e todas essas semanas e dias de discussão neste processo, eu tenho a certeza de que a maioria dos professores votou em Jerônimo! A maioria votou! Mais uma vez, a maioria votou!

(As galerias se manifestam.)

A maioria não acompanhou ACM Neto, nosso candidato. Mas isso não é levado em conta, com certeza. Isso não é levado em consideração.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Leandro de Jesus: Deputado...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Quanto à extensão da nossa discussão, eu tenho a certeza de que a bancada, melhor, os meus colegas de bancada não irão se cansar até convencer a bancada dos deputados estaduais do governo...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Leandro de Jesus: Colega, colega...

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: (...) de que nossa emenda modificativa é justa e legal, repito, justa e legal!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Leandro de Jesus: Colega...

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Com a palavra, para um aparte, o deputado Leandro de Jesus.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Leandro de Jesus: Eu agradeço, colega, o aparte.

(As galerias se manifestam.)

Como o Ex.mo Deputado, meu colega, colocou aqui, lembrando, inclusive, o meu apoio irrestrito ao presidente Jair Messias Bolsonaro... Inclusive, o ex-presidente aprovou o reajuste de 33% aos professores, durante o seu governo. E isso muito me orgulha.

Agora, para além dessas questões, deputado, como V. Ex.^a muito bem colocou aí, esquecendo essas questões, inclusive, ideológicas, que o senhor falou muito bem, nós estamos falando de um direito adquirido. Trata-se de trabalho. Como o senhor bem salientou: o acessório acompanha o principal, não há o que se discutir. Realmente, isso cabe, como V. Ex.^a muito bem colocou.

O PT, Partido dos Trabalhadores, se elege, exatamente, com esta bandeira que se diz defensor dos trabalhadores. E quando o PT chega ao poder, usando esta propaganda, esta bandeira, parece que a conversa muda e muda bastante.

(As galerias se manifestam.)

E, aí, eu faço questão de lembrar, repito, faço questão de lembrar. Olha, não foi Bolsonaro quem acabou com o Planserv de vocês, não foi! Quem está acabando com o Plaserv dos senhores?

(As galerias se manifestam.)

A Bancada da Oposição ou a Bancada da Minoria defendeu o direito dos senhores sobre o Planserv e defendeu o direito dos servidores sobre o reajuste. Aliás,

não houve reajuste salarial, não é? Houve o reajuste linear que não contempla, sequer, a inflação.

(As galerias se manifestam.)

Então, deputado, parabéns a V. Ex.^a pela explanação brilhante!

(As galerias se manifestam com palmas.)

É isso. Seguiremos lutando e pleiteando por juros da mora e correções. Isso é direito dos professores.

Obrigado, deputado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, deputado Leandro de Jesus.

Volto a dizer: não é uma questão ideológica. Não é! Leandro está ali e é bolsonarista. Sandro Régis, o líder da nossa bancada ruralista, está ali e forte nesta trincheira. Não é o caso.

A gente está aqui na letra da lei. Há uma discussão importante em nosso estado, uma discussão que perpassa por vários estados da Federação. Vários estados pagaram os juros da multa e da mora aos professores. E esses são estados, inclusive, mais pobres que a Bahia. Mas governadores empenhados foram lá e cumpriram a lei.

(As galerias se manifestam.)

Hoje, nesta sessão extraordinária, está, também, na pauta, outra causa.

E a gente vai votar, primeiro, pelo que eu estou sabendo, na Ordem do Dia, o empréstimo dos R\$ 400 milhões para, depois, votar a questão dos precatórios dos professores. E fica, também, como informação, que é um empréstimo de R\$ 400 milhões!

(As galerias se manifestam.)

Vejam, a presente proposição, também, vem do Executivo para contratar, em nome do Estado da Bahia, a operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito da Finisa, que é o Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, voltado ao setor público.

Este é um financiamento que vários prefeitos do nosso estado fazem. É uma coisa que está se tornando, até, usual. Não tem nada de mais. Muito pelo contrário. Isso é dinheiro vindo e que seja muito bem gasto.

Mas a nossa Bancada da Oposição, também, firmou uma posição que a gente só quer mais transparência. Esses R\$ 400 milhões vão para quê? Para quais obras? Quais são as prioridades?

(As galerias se manifestam.)

Essas respostas são as únicas coisas que a gente pede. E dará tempo para os deputados subirem à tribuna para explicar para onde irão esses R\$ 400 milhões. Esse dinheiro irá para o Programa Minha Casa, Minha Vida, na Bahia? Esse dinheiro irá para a recuperação das estradas ou construção de novas estradas?

(As galerias se manifestam.)

Está dada a oportunidade. A gente não tem pressa nenhuma que a sessão acabe, a fim de que algum deputado da Base do Governo venha a esta tribuna para explicar, exatamente, como serão investidos esses R\$ 400 milhões, ou seja, se em Salvador ou na Região Metropolitana ou no Oeste ou no Extremo Sul, e de que forma vão ser gastos.

(As galerias se manifestam.)

Eu peço que vocês não saiam desta sessão.

A gente está, aqui, firme e forte na tentativa de convencer estes deputados e estas deputadas da Base do Governo.

(As galerias se manifestam.)

O que a gente está pleiteando, através da nossa emenda modificativa, nada mais é do que dar ciência de um princípio básico do direito de qualquer parte do mundo: o acessório segue o principal. O pagamento dos juros e o pagamento da mora são direitos dos professores da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Muito obrigado. Boa noite.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Feita a permuta, eu convoco o inscrito anterior, o permutado. Não está? (Pausa)

Seguindo as inscrições para a discussão, eu convido o deputado Penalva.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PENALVA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, esta é a quase última semana do mês de agosto. Esta semana ficará registrada como uma semana inusitada neste Parlamento baiano. Tivemos, na segunda-feira, a surpresa do encaminhamento do projeto, substituindo o projeto anterior, que é, justamente, o pagamento dos precatórios dos guerreiros e valentes professores da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Inicialmente, o projeto, pedido para ser votado em regime de urgência nesta Casa, foi apelidado como projeto fantasma, porque, no encaminhamento do requerimento à Mesa, nem sequer tinha a publicação no Diário Oficial. O rito após a aprovação da urgência para a votação, que prevê, no mínimo, a espera de 72 horas, foi seguido. Foram rigorosamente cumpridas as 72 horas de espera, açodadamente, deste projeto, para que, nesta noite de quinta-feira, pudesse ser votado um projeto para ofender a classe dos professores da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Acho que o projeto, inicialmente batizado como projeto fantasma, pode ser encerrado como “Projeto Fantasma Extraordinário”. O culpado desta catástrofe com os professores tem nome e sobrenome. O nome é Jerônimo; e o sobrenome é Rodrigues.

(As galerias se manifestam.)

Fui vereador da cidade de Salvador. Fui membro da Comissão de Educação naquela Casa, qual seja, a Câmara de Vereadores. Conheço a luta dos professores da

cidade de Salvador, conheço o empenho diário dessa classe, conheço a sua dedicação para formar as crianças, jovens, adolescentes e adultos da cidade de Salvador. Eu pude acompanhar, de perto, o dia a dia de cada profissional.

Na minha caminhada de campanha para deputado estadual, conheci várias cidades do estado da Bahia, onde a classe dos professores tem uma força perante a sociedade e a população de cada município pela sua importância que tem na sociedade baiana.

Com a bênção de Deus e o apoio do povo da Bahia, fui legitimado a assumir uma cadeira que muito me orgulha nesta Casa. Fui escolhido pelos meus colegas para ser membro da Comissão de Educação desta Casa, da qual tenho a honra de ser vice-presidente ao lado da deputada Olívia Santana, que preside a comissão e defende a bandeira da educação,...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PENALVA: (...) juntamente com outros membros que fazem parte daquela comissão que se fazem presentes, como o meu querido deputado Felipe Duarte, o meu amigo e deputado Robinson Almeida, o querido deputado Hilton Coelho, a deputada Fabíola Mansur e mais outros participantes da referida comissão.

Semanalmente, recebíamos, nas comissões, os representantes da classe dos professores. As duas representações sempre estão presentes e pedindo que aquela comissão e mais outros deputados fossem fazer um apelo ao governador Jerônimo para encaminhar, o mais rápido possível, o projeto de pagamento dos precatórios, incluindo os juros da mora, tão merecidos desta classe.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Houve o empenho dos nobres colegas da comissão. Houve o empenho de outros deputados da Casa, tanto da Base do Governo quanto da Base da Oposição, em tentar, o mais rápido possível, uma audiência com a PGE, porque a PGE não encontrava um entendimento para que fosse pago, legalmente, os juros da mora dos precatórios.

Mas, os professores, através dos seus representantes legais, nos trouxeram a Emenda Constitucional nº 114 que determina que os precatórios sejam pagos na integralidade à classe dos professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Aí, eu pergunto à PGE da Bahia. Esta emenda é inconstitucional?

(As galerias se manifestam.)

Aí, eu pergunto ao secretário Manoel Vitório que, ontem, abriu a boca para dizer que os recursos não eram do governador, que ele não poderia sair distribuindo. Então, secretário, os outros governadores dos outros estados estão cometendo improbidade administrativa? Os outros governadores estão cometendo um crime?

(As galerias se manifestam.)

Eu acho que faltou, aqui, boa vontade do governador Jerônimo em fazer mais consultas. Sugeri, na comissão, que se a PGE tivesse dúvidas com relação à legalidade, que contratasse uma banca de advogados especialistas na causa. Assim como foi feito com os representantes da classe, que têm advogados e advogadas que estão com um

entendimento profundo em relação a esse pagamento. Mas assim não foi feito. Eu não sei o porquê, repito, não sei o porquê.

(As galerias se manifestam.)

O projeto tão esperado chegou aqui. O primeiro filho chegou na semana passada, sem o direito legal do pagamento dos juros de mora aos professores.

Meus amigos e minhas amigas, como já foi dito e lido pelos colegas que me antecederam, a Bancada da Oposição está unida a favor da classe dos professores, a favor do pagamento integral dos precatórios com juros e multa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Tanto isso é verdade que encaminhamos uma emenda ao projeto que eu tenho certeza de que essa emenda será apreciada, com muito carinho, por cada parlamentar que está aqui.

Como disse um colega anteriormente, nós ouvíamos, nos corredores dos gabinetes e nos corredores desta Casa, algumas pessoas dizendo: “Eles não estão ligando para o projeto, não estão ligando para o que estão dizendo, porque, na hora ‘h’ da eleição, a classe dos professores só vota com a gente.”

(As galerias se manifestam.)

Eu respondi que, aqui, não é palanque eleitoral! Aqui são homens e mulheres com a responsabilidade que o povo da Bahia outorgou e legitimou cada um para que pudesse desarmar os palanques, a fim de vir aqui para lutar pela melhoria do povo da Bahia e, principalmente, daquele prestador de serviço e funcionários públicos que são aguerridos.

E dada maior e uma justiça seja feita, que esses professores tenham este recebimento tão justo, que são o pagamento desses precatórios com juros e multa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Antes desta sessão, tivemos uma reunião com Rui Oliveira e com alguns deputados da Oposição. Rui Oliveira disse que não tem nenhum acordo com o Governo e com nenhum líder do Governo em relação a esta aprovação.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O que diziam aqui é que a APLB-BA estava exigindo a votação com urgência para que encerrasse a paralisação dos professores.

(As galerias se manifestam.)

Se isso for verdade, a paralisação acaba. Se não for, não vai acabar. Digo assim porque isso não é moeda de troca. Se fosse uma moeda de troca, até a Bancada da Oposição não iria estar a favor de nenhum tipo de teatro.

Então, tenho certeza de que a responsabilidade dos representantes da classe dos professores não iria colocar em xeque esta classe tão grande e numerosa que é a dos professores e das professoras da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Mas, meus amigos, não ficou só na surpresa do “Projeto Fantasma Extraordinário” na segunda-feira, aqui, na Assembleia.

Foi apresentado um requerimento de urgência para a votação de um projeto de empréstimo no valor de R\$ 400 milhões para o governo da Bahia.

Aí, eu pergunto. O que mais se ouve falar, na Base do Governo, nas comissões e nas propagandas, é que bilhões e bilhões e bilhões de recursos vão ser encaminhados pelo governo federal para a Bahia.

Antigamente, há anos, eu ouvi dizer que era na ordem de bilhões de dólares que seriam encaminhados para a Bahia. E, hoje, a Bahia, com esses bilhões de dólares encaminhados, continua tendo 52% da sua população abaixo da linha de pobreza!

(As galerias se manifestam.)

O estado da Bahia tem o segundo maior número de pessoas que recebem o Bolsa Família! Triste de um estado, repito, triste de um estado em que o povo precisa de um auxílio para comer! Triste de um estado em que o povo precisa de um auxílio para sobreviver. E a Bahia, há 17 anos governada pelo PT, reflete, hoje, este abismo social em que nós vivemos.

Aí, eu pergunto. Quanto a esses R\$ 400 milhões, esse dinheiro será destinado para tapar o buraco dos projetos da Ponte Salvador-Itaparica, que já gastaram? Eu disse, nesta semana, na Comissão de Infraestrutura, que não existe mais a novela da Ponte Salvador-Itaparica!

(As galerias se manifestam.)

Já podemos transformar numa série da Netflix. O episódio 1: Governador Jaques Wagner disse ser viável a ponte. O episódio 2: Governador Rui Costa marcou data de inauguração da Ponte Salvador-Itaparica. O episódio 3: O perdão de Jerônimo Rodrigues. Eu poderia, até, perdoar Jerônimo Rodrigues. Digo isso porque ele tem, apenas, 9 meses de governo. Mas ele, na sua campanha, disse: “Rui vai iniciar, e eu vou inaugurar!” E o que está se vendo agora, aí, é acabar com o contrato, desfazer o contrato da licitação, e não ter a ponte!

Então, nós temos três episódios. Podemos fazer uma série Netflix. Espero que o quarto episódio venha, de fato, a ser a inauguração da Ponte Salvador-Itaparica. Mas não podemos mais, minha gente, acreditar nessa novela. Essa novela virou um filme da Netflix!

Não podemos apenas confiar nessa desculpa de que o valor saiu de 6 bilhões ou 8 bilhões para 13 bilhões. Inclusive, o deputado federal João Leão, ex-vice-governador da Bahia, anunciou, ontem, que ele tem a planilha corrigida do valor da Ponte Salvador-Itaparica e que daria algo em torno de R\$ 9 bilhões.

Então, precisa dar ouvido ao deputado federal João Leão para saber onde está a verdade, ou seja, se realmente essa invenção de 13 bilhões é para rescindir o contrato ou se é para não cumprir com a palavra que já tem três episódios de três governadores do PT da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Meus amigos e minhas amigas, tivemos, também, uma surpresa com relação ao contrato do VLT no Subúrbio Ferroviário. Eu sou representante daquele Subúrbio desde quando eu fui vereador e, hoje, como deputado estadual.

Para quem não sabe, o subúrbio tinha um trem que ligava Paripe até o Comércio, com custo de passagem de R\$ 0,50. Esse era o custo que a população do Subúrbio pagava num trem antigo e que merecia um modal mais moderno.

O governo da Bahia, há alguns anos, licitou o tal do VLP. Tivemos acesso ao contrato; tivemos acesso aos equipamentos; denunciemos que era um equipamento antigo e retrógrado que não iria resolver o problema daquela população. Fomos debochados pela soberba do governo do PT, pois estávamos falando besteira, que não tínhamos conhecimento, que estávamos fazendo oposição barata. Fizemos várias reuniões com lideranças políticas, lideranças comunitárias, representantes do Subúrbio que, com a suspensão do transporte do trem antigo que pagava R\$ 0,50, começou a pagar ônibus com valor 10 vezes mais.

Na semana passada, o governador Jerônimo Rodrigues, atendendo a uma recomendação da PGE, rescindiu o contrato do modal do VLT no Subúrbio Ferroviário.

Então, vocês vejam bem, como eu sempre disse, fui eleito pela Oposição da Bahia. Farei oposição com responsabilidade, uma oposição construtiva. E pergunto a todos vocês, inclusive, aos profissionais da imprensa. Qual foi a incoerência que este deputado já disse, nesta tribuna desta Casa ou nas comissões, com relação ao governo do estado?

Todas as minhas críticas são fundamentadas e comprovadas, visivelmente, por todos os órgãos fiscalizadores, pela população da Bahia, principalmente, nesses dois tocantes de VLT e Ponte Salvador-Itaparica, pelos moradores de Salvador.

Então, fica o meu registro aqui. Fica a minha indignação com relação a esse pedido de empréstimo de R\$ 400 milhões que sequer diz para onde será o destino desse recurso.

A Bancada da Oposição vai votar contra esse empréstimo, não vamos dar esse cheque em branco ao governador da Bahia, até porque o que mais se vê e o que mais se ouve, nesses 9 meses de governo do PT e de Lula, é que a Bahia vai ter não sei quantos bilhões do governo federal.

Nesta semana, o meu nobre colega Bobô nos alertou que, na segunda-feira, o governo anunciou que a Bahia vai ser contemplada com R\$ 130 bilhões pelo PAC, mas que precisávamos nos sentar com o secretário de Infraestrutura e da Casa Civil para saber para onde vai esse dinheiro.

Aí eu pergunto: R\$ 130 bilhões de dinheiro entrando para a infraestrutura deste estado, e ainda precisa tomar R\$ 400 milhões, anunciando que vem mais um empréstimo de R\$ 1,7 bilhão? Eu pergunto a vocês, meus nobres colegas, vocês que vão votar hoje um empréstimo de R\$ 400 milhões, sabem qual o destino desse dinheiro? E aí se negam a pagar aos nobres professores e professoras do estado da Bahia os juros de mora, que são de recursos do governo federal. (Palmas)

Como disse o deputado Alan Sanches, a estrutura física de qualidade tem de existir, tem de existir, mas ela não pode se sobrepor à valorização dos professores. Porque ele disse, como médico, que o médico salva uma vida e medica até embaixo de uma árvore, e o professor ensina em qualquer lugar, mas ele precisa ser valorizado.

Eu tenho certeza de que este deputado, Emerson Penalva, juntamente com a Bancada da Oposição desta Casa, pede que os nobres colegas da Bancada do Governo apreciem essa emenda em que solicitamos a inclusão do pagamento dos juros de mora.

E vamos contemplar, pois, independentemente de partido político, vocês têm independência...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) vocês têm o voto, vocês têm a consciência, vamos defender os professores de cada cidade deste estado! Não podemos nos curvar ao capricho de um governo que quer recursos para fazer propaganda e enganar o povo mais necessitado deste estado.

Meu muito obrigado, meus amigos e minhas amigas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o nobre deputado Sandro Régis para utilizar o tempo de discussão do projeto da Caixa Econômica.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, professores que ocupam as Galerias Paulo Jackson, Srs. Parlamentares que se fazem presentes nesta noite de quinta-feira, exatamente às 22 horas, colaboradores da Casa, hoje a Assembleia bota, no seu currículo, uma mancha, uma mancha que será lembrada por toda a categoria da educação do estado da Bahia.

Esta Casa poderia muito bem ter evitado esta votação constrangedora, uma votação em que teremos dois projetos, deputado Marcinho, dois projetos que mereciam um debate mais aprofundado, mereciam uma discussão nas comissões, mereciam a segurança para que o parlamentar fosse proferir seu voto. Esta Casa hoje vota um empréstimo de R\$ 400 milhões, e aqui, deputado Alan, eu quero perguntar qual é o deputado ou Bancada do Governo que sabe me explicar onde vai ser empregado esse dinheiro? Eu quero perguntar qual deputado da bancada governista que, pelo menos, leu este projeto dos R\$ 400 milhões.

Mas a bancada, no afã de servir ao senhor, a bancada, no afã de servir ao governador, muitas vezes, esquece a prerrogativa que a população lhe concedeu, esquece que, antes de ser deputado de governo ou deputado de oposição, cabe-lhe defender os interesses da sociedade baiana. E aí se vota, na noite de segunda-feira, de uma forma abrupta, de uma forma, Pancadinha, tratorando dois requerimentos de urgência, o requerimento do empréstimo e o requerimento do projeto dos precatórios.

Regimentalmente, poderia se votar hoje, como já está se votando, a partir das 19 horas, mas será que o “legal” desta sessão é moral? Não é moral. Esta sessão que está acontecendo hoje é uma sessão imoral com o povo da Bahia. Nós não estamos aqui discutindo a legalidade porque a legalidade eles estão respeitando, mas estamos dizendo aqui da imoralidade. Você não pode votar dois projetos de tanta importância, como esses dois, no regime de urgência.

O projeto do empréstimo, se eu estiver enganado, líder, me corrija, não tramitou em nenhuma comissão. Esta Casa hoje abre mão da prerrogativa de ser um poder

independente para virar um puxadinho do governo do estado. Esta Casa hoje abre mão dos seus parlamentares para eles virarem secretários do governador. Porque aqui, deputado Penalva, aqui o debate da Oposição e do Governo é um debate legítimo, o Governo defende o que acredita e a Oposição defende o que acredita.

Só que hoje aqui não se pode defender nada, porque eles não sabem o que estão votando, não sabe o que se está votando! Os projetos foram atropelados para se atender à ordem do chefe. O Parlamento abriu sua mão! Eu até diria ao presidente que ele deveria fechar as comissões da Assembleia. Para que comissão? Porque, quando o governo quer, entra em regime de urgência, e os deputados perdem a capacidade de até saber o que está votando. Então, não existe comissão.

Qual é o objetivo de uma comissão? É tramitar os projetos para que os parlamentares possam conhecer o que está votando. Mesmo assim, deputado Marcinho, mesmo que não concorde muitas vezes, mas, para atender ao governador, o parlamentar vota favoravelmente, faz parte do jogo. Agora, você votar o que você não sabe o que está votando é, no mínimo, uma vergonha. É uma vergonha para este Parlamento!

Este Parlamento hoje, com certeza, este Parlamento hoje, com certeza, carimba na história da política da Bahia, deputado Leandro, de forma muito negativa. Poderíamos muito bem, como o líder da Oposição pediu, votar esse projeto na segunda-feira pela manhã. A Oposição não iria criar objeção, porque se ganharia mais tempo para que pudesse evoluir o diálogo com os professores, e nós parlamentares poderíamos ter a oportunidade de conhecer para onde vão os R\$ 400 milhões.

Meus amigos, eu vou falar a vocês uma coisa que me entristece, deputado Tiago, já foram gastos nesse projeto da Ponte Salvador-Itaparica alguns milhões de reais, e o Sr. Governador do estado deu entrevista dizendo que o problema da ponte é o mar e o vento. É um exemplo da falta de respeito conosco, cidadãos. O que foi gasto nesses projetos desde 2009 poderia ser revertido para a educação, a saúde, a segurança pública, que está um caos, a infraestrutura, mas não. De uma hora para outra, a ponte não vai ser construída por causa do vento e da maré. Mas, muitas vezes, esta Casa é culpada porque, na hora de mostrar o seu valor, de mostrar a sua independência, se curva à ordem vinda do outro lado da avenida. E, amanhã, se a imprensa perguntar à grande maioria dos parlamentares se eles sabem qual é o objeto desse empréstimo, vai todo mundo gaguejar porque o projeto não está amadurecido, o projeto não tramitou nas comissões, o projeto não fez o caminho que deveria ter feito, o projeto não foi debatido como deveria ser debatido. E aí, porque tem mais de 40 deputados, o governo se acha o dono da Casa.

O governo acha que esta Casa não pode ser um órgão independente, que a Assembleia tem de continuar sendo um puxadinho do Palácio de Ondina. Isso é muito ruim, Marcinho, não só para a gente, deputados da Oposição, não só para os deputados do Governo, mas para a imagem do Parlamento, porque, quando as pessoas votam nos deputados, votam nos vereadores, elas imaginam, Pancadinha, que, antes de ser governo ou oposição, o parlamentar tem compromisso com as pessoas e com o estado, mas esta Casa não tem feito esse papel. O papel desta Casa é sempre dizer “sim,

senhor” ao que vem do Palácio de Ondina, muitas vezes votando projetos e vindo depois o arrependimento.

Assim, esta noite, infelizmente, vai ser a noite, como fala o deputado Penalva, dos projetos fantasmas. “Projetos fantasmas” porque nós não conhecemos o que estamos votando, “projetos fantasmas” porque nenhum parlamentar que vai votar favoravelmente sabe o que eles significam.

Eu aqui não faço esse discurso como deputado de oposição, porque a sociedade lá fora enxerga todos nós como políticos, independentemente de ser governo, independentemente de ser oposição. É por atitudes como essa que, cada vez mais, a sociedade acredita menos na classe política, são atitudes como essa que, cada vez mais, nos leva, nós deputados, políticos de mandatos, a ter dificuldades de encarar as pessoas. Ficamos sem poder olhar no olho do cidadão porque nós, muitas vezes, não fazemos o nosso dever de casa, e o nosso dever de casa é, no mínimo, nos respeitar, e esta Casa não tem se respeitado.

É inadmissível se botar um projeto desse em regime de urgência. Na segunda-feira, meteram o regime de urgência aqui, atropelando a tudo e a todos. E hoje, para completar o circo, convocam uma sessão para a quinta-feira à noite para que a população baiana não fique sabendo o que está acontecendo.

Eu me sinto muito triste, neste momento, como parlamentar da Assembleia Legislativa da Bahia. Eu tenho seis mandatos nesta Casa, estou no sexto mandato, um mandato de governo e o quinto mandato de oposição, mas juro, em nome das pessoas que eu mais amo em minha vida, que são os meus filhos, meus pais e a minha esposa, hoje eu não estou feliz fazendo esse discurso de deputado de oposição, não estou feliz.

A Oposição e o Governo têm de fazer um embate político, sim. Cada um tem de discutir e defender o que acredita, mas esse projeto hoje vai muito além do embate político, essa votação hoje sai do campo do Plenário desta Casa. Nesta votação de hoje, fica explícito como a Assembleia está de quatro para a vontade do governador do estado. Essa é a verdade, essa é a verdade.

Votar o projeto dos precatórios, votar o projeto do empréstimo sem tramitá-los em uma comissão é uma vergonha para este Parlamento, é uma vergonha para qualquer parlamentar, seja ele de oposição, seja ele de governo, porque eles pensam que o posso, que o Reda, que o emprego resolve a vida. Só que as pessoas estão esquecendo que a população está cada vez mais atenta, a população está cada vez mais atenta à atitude dos políticos, à atitude dos mandatários eletivos.

E hoje, felizmente, hoje, felizmente, deputado Tiago Correia, hoje, felizmente...

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: (...) hoje, felizmente, a Oposição não irá contribuir para isso. Mas, como nós fazemos parte deste Parlamento, é muito triste fazer parte, deputado Samuel, desta sessão que envergonha a Casa, envergonha os baianos.

Com o aparte o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Sandro Régis, me associo inteiramente às palavras de V. Ex.^a na medida em que estamos apreciando um projeto que prevê um

empréstimo de R\$ 400 milhões, e, como bem V. Ex.^a colocou em seu discurso, não sabemos como esse recurso será utilizado.

Neste mês, tivemos notícias, e eu posso dizer, tristes notícias, de que muitos milhões de reais dos baianos foram jogados no ralo. O VLT do Subúrbio, equipamento importantíssimo que seria construído para recompor aquela linha férrea, o nosso saudoso trem do Subúrbio, que atendia uma população enorme... Foi anunciado, neste mês, que houve o distrato com a empresa que o construiria e foi informado, pela imprensa, que R\$ 57 milhões foram gastos, deputado Sandro Régis, apenas com os estudos do VLT do Subúrbio, R\$ 57 milhões.

E nós ouvimos, agora há pouco, ainda nesta semana, o governador Jerônimo Rodrigues dizer que, muito provavelmente, a ponte não mais existirá. Para aquela ponte que foi anunciada em 2009, que seria inaugurada em 2013 e que virou um episódio da Netflix, recentemente houve esse indicativo de que também, provavelmente, haverá o distrato. Sabe quanto já foi gasto com a ponte, deputado Sandro Régis? Mais de R\$ 316 milhões, que, somados aos R\$ 57 milhões, perfazem quase...

O Sr. SANDRO RÉGIS: Meio milhão.

O Sr. Tiago Correia: (...) a totalidade do empréstimo que o governo tenta tomar agora. E eu pergunto: para que será esse dinheiro? Não foi discriminado no projeto, não houve apresentação do secretário da Fazenda, não houve apresentação do secretário de Infraestrutura, nenhum secretário veio a esta Casa dizer a importância desses recursos. E o que dizer do montante oriundo dos juros e da correção monetária dos recursos que são dos professores?

Imagine, deputado Sandro Régis, você colocar o seu dinheiro na poupança, fazer uma aplicação financeira por muitos anos, e, de uma hora para outra, o governo falar: “Espere aí, Sandro, tome aqui o dinheiro que você botou, e o rendimento é meu. Você não vai ter nem os juros, nem a correção monetária porque eu entendo que existe aqui a alternativa de eu encaminhar um projeto de lei, na calada da noite, já passamos das 22h22min, eu vou conduzir a minha bancada para aprovar o projeto e vou me apropriar desse rendimento que é recurso dos professores, não é recurso do estado”.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então, deputado Sandro Régis, eu me associo inteiramente às vossas palavras, espero ter contribuído com o discurso de V. Ex.^a...

O Sr. SANDRO RÉGIS: Muito!

O Sr. Tiago Correia: (...) mas, realmente, a gente fica indignado quando, para uma coisa, o governo funciona de um jeito e, para outra, funciona de outro. Pede dinheiro emprestado, não diz para o que é, e o dinheiro que é dos professores ele não quer pagar.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: E o desperdício, deputado Tiago? E o desperdício do dinheiro? Vai pelo ralo! Infelizmente, esta Casa tinha oportunidade de pelo menos debater o empréstimo, de conhecer para onde vão esses recursos, deputado Penalva, mas não, a vontade de atender o governador é tão grande, a vontade de atender o

Palácio de Ondina é tão grande que, de Assembleia, infelizmente, hoje, nós viramos um puxadinho do Palácio de Ondina.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Ex.^a uma convocação de quórum para a continuidade da sessão.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há um pedido de convocação de quórum feito pelo deputado Sandro Régis, eu solicito à técnica que marque...

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem!

Não, não, não! O senhor não pode solicitar, quem tem que solicitar é o líder da Bancada do Governo! O líder da Bancada do Governo está ausente, se está ausente, a sessão caiu porque passou... Para solicitar os 15 minutos, tem de pedir verificação de quórum nominal...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma, rapaz.

O Sr. Sandro Régis: E ninguém pediu!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não... eu não...

O Sr. Sandro Régis: E ninguém pediu!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma, rapaz. Eu não encaminhei ainda. Há um pedido...

O Sr. Sandro Régis: Ninguém pediu!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) Há um pedido de...

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.^a pediu para contar o tempo, não tem tempo para contar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma, eu disse a V. Ex.^a que há um pedido de verificação de quórum, eu solicitei à técnica que marque o tempo regulamentar.

O Sr. Sandro Régis: Não! Se eu pedir...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É automático.

O Sr. Sandro Régis: Não, senhor! Seria, se eu pedisse uma verificação de quórum nominal, eu não pedi para V. Ex.^a a nominal, eu pedi uma verificação de quórum!...

O Sr. Matheus Ferreira: Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Matheus Ferreira: Questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis: (...) E já acabou o tempo!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, não, eu não encaminhei, eu não encaminhei ainda.

O Sr. Sandro Régis: Já acabou o tempo! A sessão tem de cair! A sessão tem de cair!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não encaminhei, eu não encaminhei.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não encaminhei.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não encaminhei.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, antes de o senhor assumir... O deputado Sandro tem o direito de fazer esse...

O Sr. Sandro Régis: O deputado Alan contestou e não concordou com essa questão de ordem, de serem automáticos os 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não é concordar, o Regimento da Casa...

O Sr. Sandro Régis: Não, senhor, cada questão de ordem é uma questão de ordem! Cada questão de ordem é uma questão de ordem!

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente.

O Sr. Sandro Régis: Não existe questão de ordem em continuidade.

O Sr. Rosemberg Pinto: Espera aí, rapaz, calma, tenha calma, tenha calma, Sandro.

Presidente, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma, calma, calma, calma, o Regimento dá o tempo.

O Sr. Sandro Régis: Eu estou certo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, a questão de ordem é da seguinte maneira, eu disse aqui, li, e o deputado presidente da sessão afirmou, está no Regimento, todo requerimento de pedido de verificação...

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) Não, não acertou, não. Está no Regimento, tem de marcar os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São 15 minutos para a chamada.

O Sr. Rosemberg Pinto: Tem de marcar os 15 minutos, eu peço a V. Ex.^a que marque os 15 minutos regimentais...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Porque, senão, eu poderia...

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) para que eu possa...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É verdade.

Nobres, atenção! Líderes... líderes, atenção! Atenção, líderes, veja bem, pela ordem, porque também eu poderia dizer o seguinte: “Vendo presentes aqui...”

O Sr. Rosemberg Pinto: Havia mais de 21 aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): “(...) Vendo presentes aqui mais de 21 deputados...”, eu podia ter dito isso.

O Sr. Alan Sanches: Mas não o fez.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Oh, meu querido, eu podia ter dito “Visualmente há número para continuar a sessão” e ter derrubado essa questão de quórum, mas eu preferi seguir a outra ordem, dar o tempo necessário para contar.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): O líder tem de requisitar.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não é o líder que tem de requisitar, não. Está no Regimento da Casa.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente... eu só...

O Sr. Rosemberg Pinto: Está no Regimento da Casa.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente, pela ordem, presidente, pela ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Está no Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem! Pela ordem, o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Rosemberg já fez, veja bem... V. Ex.^a...

O Sr. Rosemberg Pinto: São 15 minutos para a verificação de continuidade da sessão.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a... Calma, deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Presidente Zé Raimundo, quando V. Ex.^a se senta nessa cadeira, V. Ex.^a tem que agir como magistrado...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É o que eu estou sendo.

O Sr. Alan Sanches: Calma, calma, presidente. V. Ex.^a vai poder contraditar.

No momento em que V. Ex.^a se torna esse magistrado, a ausência do seu partido, a ausência da sua bancada, tem que assisti-lo, você desaparece e começa a ser apenas um magistrado...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A questão de ordem, a questão de ordem, nobre líder.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, V. Ex.^a, como regimentalista, sabe, eu tenho 5 minutos para formular a minha questão de ordem, eu tenho 5 minutos, certo?

Então, estou contextualizando mais uma vez para ficar fácil, para que V. Ex.^a faça o deferimento da minha questão de ordem.

Vamos lá, o deputado Rosemberg, quando estava presente, ele fez essa questão, o que ele quis dizer? Eu falei “Olha, ele está querendo garantir...”, e não é dessa forma. Quando você faz uma questão de ordem, se o outro lado não a contraditar, fica valendo a sua. O deputado apenas pediu a questão de ordem, não pediu que se abrissem os 15 minutos porque, quando se solicita, isso é facultado a ele ou não. Isso não foi... não está no Regimento, o Regimento diz: “quando o deputado solicitar...”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, não tem esse...

O Sr. Alan Sanches: “(...) abrem-se 15 minutos ou 25 minutos...”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) não tem esse detalhe.

O Sr. Alan Sanches: (...) se for em votação”. Então, dessa forma, a sessão não pode continuar, porque eles...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, não é isso, não.

O Sr. Alan Sanches: (...) eles não deram... Eu peço que V. Ex.^a declare encerrada a sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, aqui não vai... não é Alan que vai decidir.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O usual, o costumeiro nesta Casa, é, com a questão de ordem, se estabelecer automaticamente o tempo para...

O Sr. Alan Sanches: Não, não, não, não.

O Sr. Rosemberg Pinto: São 15 minutos, e foi falado aqui no início da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu solicito à técnica que marque os 15 minutos...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) 15 minutos, por favor.

O Sr. Alan Sanches: (...) dessa forma fica extremamente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Apague, desligue o painel, 15 minutos para a verificação de quórum.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados, há uma solicitação de quórum no Plenário, eu solicito aos Srs. Deputados que compareçam para dar presença para a continuidade da sessão. Por favor, zere o painel, a técnica, e marque os 15 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Ó, presidente, pela ordem.

Nós aqui, um pouco... Há uns minutos, perguntaram se nós, da Oposição...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, ele tem que dar presença para falar.

O Sr. Alan Sanches: Oh, para com isso.

O Sr. Rosemberg Pinto: Você tem que dar presença.

O Sr. Alan Sanches: Vou dar, vou dar, eu dou, eu já estou aqui, eu estou presente, se eu estou falando aqui, eu estou presente, não sou igual ao projeto fantasma, não.

(...) Mas, veja bem, deputado Rosemberg, o que aconteceu? Alguns minutos atrás, questionaram se nós, da Oposição, iríamos dar entrada, iríamos recorrer à Justiça de alguma forma. Eu disse, naquele momento, que foi a APLB que tinha sinalizado que iria dar entrada na Justiça, que sinalizou aqui fora, antes, caso o projeto fosse aprovado dessa forma. Mas, a partir de agora, que nós acompanhamos todo o rito legislativo da Casa, nós entraremos, sim, com mandado de segurança porque esta sessão caiu.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Alan Sanches: A sessão caiu! Está filmado e registrado. Dessa forma, nós vamos recorrer, esta sessão será invalidada, a sessão caiu, mas, se V. Ex.^{as} quiserem

dar continuidade a isso, nós estamos avisando, nós iremos recorrer. V. Ex.^{as} deviam ter vergonha, 43 deputados, e deixam uma sessão dessa cair.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Alan Sanches, V. Ex.^a, por favor, marcou presença? Alan Sanches, por favor, marcar presença.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, ele não tem que (inaudível)... então tem de retirar o que ele falou. Se ele não está presente, ele não poderia falar.

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. e Sr.^{as} Deputadas, há um pedido de quórum para a continuidade da sessão...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) por favor, marquem a presença para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu estou...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu não entendi o que acabou de ocorrer aqui, porque se estabeleceu uma polêmica no Plenário, e a observação do próprio líder do Governo é que a gente não poderia seguir o que estava ditando o líder da Oposição. Ou seja, o que rege esta Casa é o Regimento.

Então, nós precisamos observar no Regimento exatamente. Nós sabemos que é uma sessão importante, uma sessão tensa, e que a Oposição tem todo o direito de cobrar a aplicação do Regimento em stricto sensu, porque não é qualquer sessão. Nós temos aqui as educadoras do estado, que estão tensas a partir da possibilidade de uma perda enorme de direitos.

A Oposição está convencida de representar esse segmento. É óbvio que é legítimo para a Oposição que ela queira se referenciar no Regimento. Ela não está no espírito de um acordo com o bloco do Governo, não existe acordo com o bloco do Governo. A própria realização da sessão foi uma imposição.

Então, eu quero adendar, aqui, a satisfação da Oposição do amparo regimental para essa posição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} e Srs. Deputados, já foi restabelecido o quórum com 27 deputados.

Atenção, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um requerimento entregue a esta Mesa, de mais de 21 deputados, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 25.025/2023; e o Projeto de Lei nº 25.033/2023.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que aprovam o requerimento, por favor, se manifestem.

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Está aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deixe ser aprovado o requerimento aqui.

Os deputados e deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram; os contrários, se manifestem. (Pausa)

Aprovada a convocação de uma sessão extraordinária após o encerramento desta.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, outra sessão, não. Ele só votou uma sessão extraordinária. Não derrubou, não, amigo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, gostaria de que V. Ex.^a assegurasse a minha palavra. Assegurasse a minha palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, há um deputado solicitando a fala, Samuel Junior.

Questão de ordem, Samuel Junior

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, no meu entendimento, V. Ex.^a acabou de ler um requerimento solicitando uma sessão extraordinária. Se V. Ex.^a já está solicitando, então, V. Ex.^a está, exatamente, concordando com o que o deputado Sandro fez com V. Ex.^a, e V. Ex.^a deu o indeferimento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não!

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não, não, não!

O Sr. Samuel Junior: Eu confesso a V. Ex.^a que, no meu entendimento... Então, o que V. Ex.^a acabou de ler eu não compreendi.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, eu vou explicar.

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a fez o encaminhamento do requerimento para uma nova sessão. Então, nós encerramos a em que estávamos?

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu solicito aos colegas para entenderem a metodologia. Veja bem, a solicitação de sessão extraordinária é feita, é convocada pelo presidente ou por 1/3 dos deputados. Os deputados da Situação solicitaram, para calçar esta sessão, porque em havendo,...

O Sr. Rosemberg Pinto: Lógico.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) caso haja...

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a está exatamente concordando com o encaminhamento da questão de ordem que o deputado Sandro fez. O Regimento prevê o calçamento da sessão, mas desde que V. Ex.^a o tivesse feito antes da questão de ordem do deputado Sandro. Depois que foi solicitada a questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Perdoe-me, eu indeferi a questão de ordem do deputado Alan Sanches e pedi a verificação de quórum. O quórum foi restabelecido e a sessão também.

Neste momento...

O Sr. Samuel Junior: Então, V. Ex.^a agora já está...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Tiago Correia, para utilizar o tempo de 20 minutos, para discutir o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o Sr. Tiago Correia, deputado Tiago Correia, para continuar debatendo a matéria.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a calçou o que V. Ex.^a tinha descalçado.

Ele calçou o que ele tinha descalçado.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Tiago Correia para discutir a matéria, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Quantos minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Cinco minutos... 20 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, eu queria, por favor, a ementa do projeto.

Carlinhos, por favor, a ementa do projeto.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente! Presidente!...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há um orador.

Por favor, marquem o tempo do deputado Tiago, 20 minutos, para a discussão do projeto.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa noite, boa noite, nobres colegas, boa noite galerias, que nos acompanham até esta hora, nesta sessão de quinta-feira, em que temos em pauta dois projetos.

Mas é importante lembrar que o projeto em discussão, Sr. Presidente, é a Mensagem nº 5.386/2023, de 10 de agosto de 2023, que chegou a esta Casa há poucos dias, e visa autorizar o Poder Executivo a contratar, em nome do estado da Bahia, uma operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal, com a garantia da União, até o montante de R\$ 400 milhões, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Finisa.

Os recursos provenientes desta operação serão destinados à viabilização de projetos nas áreas de mobilidade urbana, infraestrutura urbana, infraestrutura urbana, infraestrutura viária, ratificando o compromisso do governo com crescimento econômico da Bahia, proporcionando avanço na qualidade de vida da população a partir do desenvolvimento regional, da atração de investimentos privados, observados os parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Ora, Sr. Presidente, um projeto com uma justificativa dessa que busca contrair um empréstimo de R\$ 400 milhões, com a justificativa pautada no crescimento econômico do nosso estado, no investimento em infraestrutura. Quando nós vimos, esta semana, o custo da Ponte Salvador/Itaparica sobe para 13 bilhões e o governo não

descarta destrato com consórcio. Sabe quanto foi gasto aqui, deputado Alex? 316 milhões jogados no lixo, na Baía de Todos os Santos. Na semana passada, chega outra informação, aí já há confirmação do destrato do VLT do Subúrbio, deixando o povo suburbano à míngua. Lá foram gastos mais R\$ 57 milhões jogados ao léu. Aí eu pergunto, será que esses 400 milhões que o governo quer buscar nesse projeto visam realmente o crescimento econômico do nosso estado? Afinal de contas são 16 anos e o que nós recebemos hoje, o que os baianos recebem essa semana?

Minas Gerais sobe e a Bahia despenca em *ranking* de competitividade. Os estados de Minas Gerais e Goiás atingiram suas melhores posições no *ranking* de competitividade elaborado pelos centros de liderança política, sendo que Minas saiu da 8ª e foi para a 6ª, Goiás saiu da 9ª e foi para a 7ª. No outro extremo, a Bahia teve a maior queda passou de 17º para 24º, à frente só de Roraima, lá longe Roraima, Amapá e Acre. É esse o desenvolvimento econômico que o governo quer fazer com nossos R\$ 400000? Porque isso é dinheiro do povo, vai ser pago com nossos impostos, vai ser pago com o dinheiro de vocês. O dinheiro dos juros e da correção monetária é para pagar esse empréstimo, para investimento no desenvolvimento econômico do nosso estado, e nós atingimos a marca de 24º. É isso que o governo entende como desenvolvimento econômico.

Aí, Sr. Presidente, nós vemos por que a Bahia cai em todos os indicadores, em todos, apenas em dois ela não regrida, por falta de alocação de recursos no lugar certo. Coloca na Baía Todos os Santos, enterra nos trilhos do Subúrbio, enterra na Educação, não para os professores, na construção de escolas, na contratação de... Hoje ainda o governador Jerônimo Rodrigues ele próprio colocou no Twitter dele, e eu vou ler aqui do jeito que ele colocou, uma mensagem acho que, talvez, para vocês.

“A conquista começa com reforço para educação tanto na capital, quanto no interior. Estamos convocando para contratação professores classificados no processo seletivo simplificado, edital SEC/SUDEPE nº 18/2022. Quantos professores concursados estão aguardando serem chamados, eu pergunto? E porque contratar Reda? É esse o investimento? Então, Sr. Presidente, são diversas contradições que nós vemos nos projetos aqui apresentados. É um empréstimo de R\$ 400 milhões quando quase 400 milhões já foram pelo ralo...

O Sr. Leandro de Jesus: Um aparte, meu amigo, se puder me conceder.

O Sr. TIAGO CORREIA: Com certeza, deputado Leandro.

O Sr. Leandro de Jesus: Eu quero chamar, aqui, a atenção dos senhores que estão presentes, porque o líder do Governo está querendo propor chamar a bancada governista para calar a Oposição, para não ter mais discussão.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Leandro de Jesus: Então, eu já vou denunciar logo, aqui, a situação, porque tanto este governo... este governo fala tanto de fascismo. Isso é fascismo! Isso é ser fascista, tentar calar as pessoas! Nós não vamos aceitar! Não vamos aceitar essa baderna! Não vamos

aceitar! Querem calar, querem votar aqui, agora, para acabar a discussão e atropelar de vez. Então, fica, aqui, a denúncia registrada. Não podemos aceitar! Não vamos aceitar, Rosenberg! Não vamos aceitar! Obrigado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Deputado Leandro, eu não entendi. Eu não entendi. Mas o que eu entendi foi que o governo, além de encaminhar um pedido de urgência e convocar uma sessão extraordinária para uma noite de quinta-feira, que é um dia em que não há sessão, uma noite em que diversos deputados estão nas suas bases, inclusive num dia de visita de ministros de Estado ao nosso estado da Bahia...

Então, é proposta essa sessão no calar da noite, é feito todo tipo de manobra para proibir que nós possamos discutir o que não foi discutido, o que não foi dada a oportunidade à sociedade de discutir, o que não foi dada a oportunidade aos professores de discutirem, e nós, aqui, num movimento hercúleo, lutando, mantendo aqui a nossa dignidade.

Sabemos que seremos massacrados pelo rolo compressor do governo, mas estamos aqui firmes, pelo menos tentando colocar o nosso posicionamento, o nosso atendimento acerca desses projetos.

E, se não me falha, o que eu entendi foi que o governo quer suspender a discussão. Baseado em que, deputado Leandro?

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Um aparte, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Deputado Tiago, é muito importante que V. Ex.^a esteja nessa tribuna neste momento que, eu acho, é de um impasse institucional aqui. Eu, realmente, estou no meu segundo mandato e nunca presenciei uma atitude tão truculenta por parte da Maioria, do Governo, que sempre se estabeleceu aqui, nesta Casa. E o significado disso é que o governo, que aprova uma sessão que já foi tão contestada pela Oposição e virou uma polêmica social, porque acontece à noite, a partir das 19 horas, com todos já avisando que nós estamos perto de entrarmos na meia-noite, ou seja, nós vamos entrar na sexta-feira agora, e o governo simplesmente diz que, depois de aprovar a sessão dessa forma, em regime de urgência, vai calar a Oposição.

Os deputados não vão poder falar contra o projeto. Então, essa Casa está se transformando, de fato, em uma homologadora completa dos projetos do Executivo, seja qual for o projeto. (Palmas) Isso é melancólico para a Assembleia Legislativa. E eu acho que o Governo, a Base do Governo deve se insurgir quanto a essa posição, porque, a meu ver, é o fim do Parlamento.

Muito obrigado, deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Muito obrigado, deputado Hilton. Realmente, Hilton, esta Casa precisa se respeitar, nós precisamos nos respeitar. Deputado Alan, eu queria pedir licença a V. Ex.^a, já que eu estou com o uso da palavra, eu queria que meu tempo fosse interrompido, presidente, e eu queria pedir a suspensão da sessão até que o presidente desça aqui, para que a gente possa deliberar.

Eu queria encaminhar este pedido: que fosse suspensa a sessão por 10 ou 15 minutos para que o presidente retornasse a esta Casa e que meu tempo fosse restabelecido no reinício da sessão.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quem solicitou questão de ordem?
(As galerias se manifestam.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a sabe a admiração, o respeito que tenho por V. Ex.^a, mas, nesta sessão de hoje, V. Ex.^a tem demonstrado, claramente, a sua coloração, o que é normal, é normal. Anteriormente, eu solicitei a V. Ex.^a e, inclusive, contextualizei, que, quando se senta nesta cadeira, é um magistrado. V. Ex.^a não interrompeu, não encerrou a sessão, quando ela foi encerrada. V. Ex.^a não fez isso.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso não existe...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Permita-me, veja bem...

O Sr. Alan Sanches: Segundo, eu queria só solicitar a V. Ex.^a, porque nós temos um presidente, legitimamente eleito, que está na Casa e eu queria que ele voltasse para presidir esta sessão, porque o deputado Rosemberg quer se utilizar, mais uma vez – mais uma vez, porque ele está achando pouco convocar esta sessão para quinta à noite –, de atropelar, evitar que as pessoas falem, e ele quer agora suspender a voz da Minoria e calar os seus deputados aqui da Casa!

O Sr. Leandro de Jesus (fora do microfone): Isso é fascismo!

O Sr. Alan Sanches: Sendo assim...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre, qual é a questão de ordem?

O Sr. Alan Sanches: (...) eu estou solicitando a suspensão da sessão até o retorno do presidente legítimo da Casa. Só isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre líder, em primeiro lugar, a Mesa Diretora é composta de presidente, primeiro-vice-presidente, segundo, terceiro e quarto. Na ausência do presidente, quem dirige a Assembleia é o vice-presidente.

O Sr. Alan Sanches: Eu vou lhe mostrar que não é!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Me permita...

O Sr. Alan Sanches: Eu vou lhe mostrar que não é!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Me permita...

O Sr. Alan Sanches: Não continue. Você está travestido de PT! Não vai conduzir esta sessão do jeito que quer. Não vai! Não vai!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Nós não podemos...

O Sr. PRESIDENTE: (Zé Raimundo Fontes): Me permita...

O Sr. Rosemberg Pinto: Alan! Alan! Não pode ser assim, Alan!

O Sr. Leandro de Jesus: Isso é fascismo! É isso aí que é fascismo!

O Sr. Rosemberg Pinto: Tem que respeitar as pessoas aqui, rapaz!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE: (Zé Raimundo Fontes): Atenção...

O Sr. Leandro de Jesus: Isso que é fascismo! Isso é fascismo!

O Sr. PRESIDENTE: (Zé Raimundo Fontes): Calma, deputado!

O Sr. Leandro de Jesus: Isso que é fascismo! Calar os outros! Isso é fascismo!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Alan Sanches...

O Sr. Leandro de Jesus: PT fascista!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma, rapaz!

O Sr. Leandro de Jesus: PT fascista! PT fascista!

Participantes das galerias: Fascista! Fascista! Fascista!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu vou cassar a sua palavra.

Participantes das galerias: Fascista! Fascista! Fascista!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Alan Sanches, veja bem...

O Sr. Leandro de Jesus: PT fascista! PT fascista! PT fascista!

Participantes das galerias: Fascista! Fascista! Fascista!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Alan Sanches... Atenção! Eu gostaria que a plenária ouvisse os deputados. V. Ex.^a está querendo imputar a esta presidência a questão de ordem levantada pelo nosso deputado Sandro Régis, quando ele solicitou questão de ordem e eu, como presidente, disse e solicitei que marcasse o tempo de 15 minutos.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Contraditório, presidente! Contraditório!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu vou ler aqui para a imprensa, para todos ouvirem: (lê) “*ART. 227-A. A questão de ordem destinada a verificação de quorum para continuidade de Sessão somente poderá ser realizada respeitando-se o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos da última solicitação, contados do reinício da Sessão, salvo se por Acordo de Lideranças.*

Parágrafo único. Uma vez levantada questão de ordem para verificação de quorum, são fixados os seguintes prazos para comparecimento dos Deputados ao Plenário:

I - até 15 (quinze) minutos quando a verificação for solicitada para continuidade da sessão”.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Tem que ser nominal.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma! É o tempo. V. Ex.^a solicitou questão de ordem para continuidade da sessão. Está dito aqui: (lê) “(...) até 15 minutos quando a verificação for solicitada para continuidade da sessão”. Se esgotasse o tempo de 15 minutos e não houvesse 21 deputados, aí, sim, a sessão estaria derrubada. Isso é claro, é cristalino como o sol...

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, não, Sr. Presidente, é “até”...

O Sr. Rosemberg Pinto: Está no Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, com todo o respeito, eu não aceito. Eu não aceito, líder Alan Sanches, os adjetivos que V. Ex.^a quer imputar a este vice-presidente, não aceito!

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pode chamar o presidente, a qualquer momento que ele se dirigir até aqui ele assumirá a presidência, mas não com a tentativa de V. Ex.^a criar uma suspeita sobre este deputado. Não aceito e registro em ata. Não aceito!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então está esclarecida essa questão de ordem. Não há absolutamente nenhum tipo de subjetividade, gente. V. Ex.^a solicitou a questão de ordem e eu solicitei os 15 minutos. Está muito claro no Regimento. Não há outra interpretação possível.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Sua defensora quer me agredir aqui, a deputada Fátima, e eu não vou nem me defender de mulher, eu não vou me defender. Vou ficar até de costas para a senhora. Sr. Presidente, é legítimo que V. Ex.^a esteja na Mesa Diretora.

Eu quero, primeiro, que V. Ex.^a, com toda a autoridade que tem para estar sentado aí, me responda: quantas vezes V. Ex.^a deliberou alguma coisa nesta Casa administrativamente? Nenhuma. Quantas vezes V. Ex.^a se reuniu na Mesa Diretora este ano? Duas vezes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Três vezes.

O Sr. Alan Sanches: Duas vezes.

Então este simples deputado, líder da Oposição, numa sessão desta, tumultuada, nervosa, eu peço a V. Ex.^a, com toda tranquilidade, que traga novamente, que solicite a presença do deputado legitimamente eleito para estar aqui nessa função que V. Ex.^a...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Sim, mas ele também foi eleito. Ele foi eleito para vice-presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É só ele voltar. Cadê o presidente? Se ele estiver aqui, ele assume...

Parlamentar não identificado: Calma, deputado Rosemberg.

O Sr. Alan Sanches: Oh, Rosemberg, ele está nervoso...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, eu?

O Sr. Alan Sanches: Se V. Ex.^a quiser falar, use o seu tempo regimental. Deputado Rosemberg, se acalme.

O que eu quero dizer é que nós precisamos...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Chame o presidente V. Ex.^a, por favor, chame-o e traga-o até aqui!

O Sr. Alan Sanches: Pronto, eu estou convocando o presidente porque, num momento deste, eu queria, até para proteger V. Ex.^a, que não precisa de proteção, afastar a coloração partidária, que, hoje, infelizmente, está nítida, na condução dos trabalhos...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, por gentileza, tem um orador aí na tribuna...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Alan Sanches: (...) V. Ex.^a hoje conduz partidariamente. É normal, eu entendo. Então é por isso que eu solicito que o presidente Adolfo Menezes, que já tem aqui dois mandatos, retorne.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Líder Alan Sanches. Líder Alan Sanches, com todo respeito...

O Sr. Alan Sanches: Qual é a função do primeiro-vice-presidente? Qual é a função? Substituir o presidente na sua ausência. Ele está na Assembleia. Ele está na Assembleia. Eu solicito que ele retorne para o seu lugar.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Líder, eu não solicitei para vir para cá, o presidente é que me convocou para dirigir esta sessão, enquanto ele saía. Ele se retirou, não sei o que foi fazer, mas a ressalva de V. Ex.^a é com relação à questão de ordem que foi feita. Está aqui.

Eu volto a ler: (lê) “(...) *uma vez levantada questão de ordem para verificação de quorum, são fixados os seguintes prazos para comparecimento dos Deputados ao Plenário: (...) 15 (quinze) minutos.*” Foi isso.

O Sr. Alan Sanches: Não, não. Faltou a preposição aí: “Até”! “Até”.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): “Até”.

O Sr. Alan Sanches: É “até”! V. Ex.^a esperou porque é do PT. Se não fosse do PT, V. Ex.^a não iria esperar porque não teria quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Veja bem, o “até” é quando chegar a 15 minutos, não tendo número, a sessão se encerra.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, por gentileza, eu gostaria que V. Ex.^a desse continuidade, porque o orador está ali para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu retorno a palavra...

Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Alan Sanches: Eu só queria que V. Ex.^a... Eu ainda tenho 1 minuto e 38 segundos.

Eu só quero que V. Ex.^a, de uma forma muito tranquila, convoque o presidente da Assembleia, que está na Casa, só para deliberar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a o convoque, chame-o... eu não vou... eu estou dirigindo...

O Sr. Alan Sanches: A não ser que o presidente não queira compactuar com essa sessão ilegítima. Pode ser isso também. Pode ser que ele não queira compactuar com o que está acontecendo aqui hoje, com o que o deputado Rosemberg quer propor, de encerrar, de calar a Oposição, de não deixar a voz dos deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Alan Sanches, o presidente não apareceu. Se está havendo conversas aí, eu não sei, não chegou a esta Mesa.

Com a palavra o nobre deputado Paulo Rangel. Questão de ordem.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todo respeito aos reclamos da Oposição, sem querer, inclusive, adentrar mais no mérito da questão de ordem – que, para mim, está bem esclarecida – eu quero, neste momento, fazer um apelo para que o deputado Adolfo não desça. V. Ex.^a tem legitimidade total para conduzir esta sessão.

(As galerias se manifestam com vaias.)

V. Ex.^a é vice-presidente desta Casa. Eu já fui vice-presidente e sei que, uma vez o presidente ausente, o deputado que está à Mesa responderá com legitimidade pela presidência da sessão.

Então, portanto, eu peço que V. Ex.^a dê encaminhamento aos trabalhos e continue a sessão. V. Ex.^a tem legitimidade para conduzir, da forma como está conduzindo, até o final desta sessão.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Tiago Correia, pelo tempo complementar, para discutir o projeto.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, peço o restabelecimento do meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O tempo do Tiago Correia. São 10 minutos...

O Sr. TIAGO CORREIA: Eram 12 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São 12 minutos.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. TIAGO CORREIA: Então, Sr. Presidente, depois desse acalorado debate, eu quero reforçar que V. Ex.^a tem total legitimidade para conduzir esta sessão, afinal, V. Ex.^a, assim como o presidente e todos os membros da Mesa, foi eleito pela

maioria absoluta desta Casa. Eu entendo que o deputado Alan tem essa preocupação do envolvimento afetuosamente partidário, mas, de maneira alguma, ele quis desrespeitar V. Ex.^a ou colocar em dúvida a sua condução dos trabalhos.

Mas, como dizia, nobres colegas, estamos aqui analisando um empréstimo de R\$ 400 milhões. E eu falava a respeito de quantos milhões de reais, recentemente, em menos de 1 semana, foram pelo ralo e nós ficamos sabendo, deputado Hilton. R\$ 57 milhões com o VLT sem que as estruturas tivessem início. Em análise do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em um processo que pode culminar com a nulidade do contrato, que já houve entre o governo da Bahia e a concessionária Metrogreen Skyrail, o VLT do Subúrbio já teve ao menos R\$ 57 milhões de investimentos feitos pela gestão estadual e, até o momento, nenhuma estrutura para o novo modal foi montada. São R\$ 57 milhões, deputado Hilton!

Apenas houve a desinstalação dos equipamentos oriundos do antigo trem do Subúrbio, em fevereiro de 2017, após 161 anos de existência. E esses dados disponibilizados de maneira pública pelo governo do estado apontam que os quase R\$ 57 milhões foram pagos em três contratos diferentes. Porém, deputado Hilton, aqui não estão incluídos os custos com as desapropriações que aconteceram. Então esses valores ultrapassam os R\$ 57 milhões, que, somados aos R\$ 340 milhões, gastos com a ponte que não existe, perpassam os R\$ 400 milhões que o governo quer tomar de empréstimo.

E, aí, V. Ex.^{as} perguntam: nós somos contra a antecipação de crédito? Nós somos contra a antecipação de investimentos? De maneira nenhuma. Nós somos contra dinheiro no lixo.

(As galerias se manifestam.)

E, aí, professores que se manifestam, na mais legítima expressão de repúdio ao projeto que nós vamos apreciar depois desse, chegou mais uma notícia esta semana: (lê) “*Embasa propõe reajuste de 8,3% na tarifa de água e esgoto*”. Não deveria valer esse aumento para vocês, professores, porque isso aqui é para cobrir juros e correção monetária. Quer dizer, nas taxas cobradas pelas concessionárias públicas, o governo aplica a correção; no dinheiro de vocês que estava aplicado no banco, ele pega para fazer não sei o quê.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então é este o governo que nós temos, são essas incongruências que nos fazem refletir e entender que esse projeto não é bom. Ele não é bom, não apenas porque deixa os professores sem receber o que lhes é de direito, deputado Hilton, mas ele não é bom porque cria toda uma concepção de que se pode tudo na Bahia, de que na Bahia tudo vale, de que o governo passa com rolo compressor e faz o que quer: pauta sessão na madrugada; pauta sessão no fim de semana; pede urgência para um projeto de lei sem esclarecer onde será investido o recurso. E tudo fica bem.

(As galerias se manifestam.)

E você sabe o que isso causa, deputado Hilton? Sabe o que causa na população, não só na população política, no meio político, no nosso meio, mas em toda população?

(As galerias se manifestam.)

Isso causa um senso de que está tudo normal, de que é normal a Bahia ser o estado mais violento do país; de que é normal as pessoas serem assassinadas ao meio-dia em uma das avenidas mais movimentadas da nossa cidade; de que é normal a Bahia matar mais do que a guerra da Ucrânia; de que é normal a Bahia ter o maior número de assassinatos do público LGBT, deputado Hilton; de que é normal a Bahia ter o maior número de crianças que sofrem violência infantil no Brasil, deputado Hilton; de que é normal ter o maior número de idosos violentados no país; de que é normal tudo isso e tudo está normal. E tudo vai acontecendo.

(As galerias se manifestam.)

Passa a ser normal que empresas, como a Viabahia, que a gente vem combatendo, chega e faz a esculhambação que faz. Isso é normal. Tudo pode! Tudo, aqui, pode!

Eu falei, na semana passada, sobre as companhias aéreas em nosso estado. Elas estão deixando de fazer os voos diretos. Para Conquista, tínhamos três. Dois já fazem escala em Guarulhos. Agora, um voo fará escala em Confins, a partir de outubro. Não tem mais voo direto para Conquista. Quanto ao voo para Ilhéus, o ex-deputado Jânio Natal, hoje, prefeito de Porto Seguro, comenta o cancelamento de voos diretos para Salvador. Isso é lamentável e triste! Ilhéus vai ter voo cancelado! Porto Seguro já está anunciado em breve.

E, aí, tudo pode! É a terra da esculhambação! Está normal. Ninguém liga, porque fazem o que quer. Esta é a cultura que a gente passa para o nosso povo, para o meio político, para a população. Ou seja, pode chegar e fazer o que quer, que não dá em nada.

A Viabahia começou a cobrar pedágio, e poucos sabem, antes de executar as obras obrigatórias, deputado Hilton. Sabe como? Com a concordância da ANTT. Isso é fruto de uma ação civil, inclusive, do Ministério Público Federal, que ingressou, logo, no primeiro ano. Nem as obras obrigatórias foram feitas. E, aí, as obras, condicionadas a partir de um determinado gatilho de um volume de trânsito, todas foram atingidas em 2012. E nenhuma obra foi realizada até hoje. E tudo pode! Está normal.

(As galerias se manifestam.)

Por isso, a Bahia, hoje, cai, no índice de competitividade: de 17º para 24º lugar. Para quem a gente perde? Para alguns estados do Nordeste? Não! Nós perdemos para todos, todos! Só estamos à frente de Roraima, Amapá e Acre, estados pequenos, não menos importantes do que a Bahia, mas longe de ser o que a Bahia já foi um dia.

E, a título de curiosidade, deputado Hilton, pegamos uma passagem de Salvador para Brasília e de Brasília para Salvador, saindo daqui no voo da Latam, em 7 de setembro, às 14h15min, e retornando às 11 horas, de 9 de setembro. E sabe qual o preço da passagem, deputado Hilton? O custo foi de R\$ 13.030! E está tudo normal.

As empresas aéreas continuam tendo a isenção do imposto do combustível da aviação, porque elas estão chegando ao nosso estado, estão acochando os consumidores que precisam voar. Como eu falei, o aeroporto de Vitória da Conquista, ele não atende só à cidade Vitória da Conquista, ele atende a toda uma região.

Conversava, agora, há pouco, com o deputado Felipe, sobre o Aeroporto Municipal de Guanambi. Ele estava me dizendo sobre os voos cheios. Quantas pessoas dos municípios de

Minas Gerais utilizam aquele aeroporto, deputado Felipe? Quantas pessoas de toda aquela região utilizam esse aeroporto? Não é só o Guanambi, é toda uma região. Não é só Conquista, é a Chapada Diamantina.

Então não podemos ficar passivos a tudo o que acontece em nosso estado. Não podemos ficar passivos a essas manobras que o governo impõe. Como eu disse, isso reflete em toda sociedade, deputada Fabíola, não só nesta Casa. Isso começa a ser reproduzido pela sociedade.

As crianças estão na rua. Nós somos o estado com maior número de analfabetos adultos. E este quadro não muda, porque está tudo normal. Ninguém se indigna. Nós somos o estado que tem a penúltima educação. Somos o estado mais violento.

E, aí, pergunto: será que o secretário da Segurança vai conseguir combater a violência? Nunca! Ele não é mágico. Ele está enxugando gelo. O problema é muito além. O problema está no oferecimento de emprego. O problema está na educação de qualidade para proporcionar, ao mercado, jovens qualificados. O problema está na infraestrutura para que as empresas possam vir. O problema está em melhorar o ambiente tributário do nosso estado, que acocha todo o setor produtivo. Aumentamos de 18% para 19% este ano. O problema está em oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento de novas tecnologias. Nós temos um parque tecnológico que está acabado.

Então, tudo isso culmina na violência.

Quanto ao secretário da Segurança Pública, ele é muito corajoso por assumir a pasta. Eu sempre digo que é uma secretaria que conta com total apoio da Bancada da Minoria por entender o enorme desafio que tem. Mas o problema não está lá. Lá é o fim do problema. O início do problema está muito antes. E nós não conseguimos combater.

Então, por isso, Sr. Presidente, nós nos manifestamos contrários a este mecanismo de aprovação de projetos de monta como este do empréstimo no valor de R\$ 400 milhões. Este projeto de lei chega a esta Casa sem a indicação de como esse recurso será utilizado.

E o nosso medo é que, mais uma vez, ele seja jogado no lixo, como foi com o VLT, como está sendo com a ponte em projetos que não saem do papel e consomem o dinheiro público!

Esse dinheiro deveria estar sendo aplicado na fila da Regulação; deveria estar sendo aplicado na educação dos nossos jovens; deveria estar sendo aplicado na alfabetização dos nossos adultos. Pasmem, somos o estado com o maior número de adultos analfabetos, em pleno ano de 2023. Imaginem que há pessoas que mal assinam o próprio nome! Nós não vemos nenhuma medida contra isso.

Então, isso é o que nos deixa indignados! Isso é o que nos faz subir e nos motiva a tentar trazer, a tentar esclarecer, a tentar despertar, nos colegas, esta mesma

indignação para podermos lutar, para podermos procurar construir um estado melhor, para podermos provocar, nos nossos governantes, esta vontade de lutar realmente, de trabalhar pelo nosso estado, de fazer algo mais, de buscar tirar a Bahia dos últimos lugares em todos os indicadores.

Eu poderia ficar, à noite, falando desde habitação a estradas. Nós somos o último estado do Nordeste em malha viária com condições de trafegar. Nós somos o estado que tem o maior número de habitações em situações precárias. Então, todos os índices são muito ruins. Isso, realmente, nos deixa indignados.

Quando vemos um projeto de empréstimo como este, encaminhado às pressas, e o projeto dos precatórios dos professores, para ser votado em regime de urgência, a gente fica revoltado.

Nós não podemos deixar de subir à tribuna para dar a nossa contribuição!

É isso o que eu trago.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Leandro de Jesus para discutir o projeto em pauta.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Senhoras e senhores, Sr. Presidente, excelências, o que me espanta, de um lado, nesta noite, mas, ao mesmo tempo, por outro lado, me alegra, é que as máscaras estão caindo!

(As galerias se manifestam.)

Me espanta e me entristece pelo que estão fazendo com os senhores e com as senhoras, pois não merecem. Mas, por outro lado, isso me alegra, porque as máscaras estão caindo!

(As galerias se manifestam.)

Digo isso porque nós somos... Fala-se tanto, senhoras e senhores, fala-se tanto de fascismo! Acusam-nos tanto de fascistas! Mas, agora, fica, assim, muito claro. Acusem-nos do que você faz! Chamem-nos do que você é! É isso que o PT está fazendo! É fascismo aqui dentro!

(As galerias se manifestam.)

O PT está cometendo um verdadeiro ato de fascismo neste dia! Isso está muito claro!

Participante das galerias: Isso é ditadura!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Querem calar as pessoas ao perseguir os colegas deputados! Como nós vimos aqui, nós fomos ameaçados de ser calados para não termos mais o direito de discutir, nesta Casa, o direito dos senhores. Digo isso porque quando eles nos calam, estão calando o direito dos senhores!

(As galerias se manifestam.)

E quantas vezes se fala de fascismo? Vi pessoas que não têm vergonha na cara, sobem à tribuna para falar de fascismo e acusar outros colegas, quando, hoje, estão cometendo, aqui, um verdadeiro ato ditatorial! Cadê? Vergonha! Vergonha! Vergonha!

(As galerias se manifestam.)

O que estão fazendo aqui e o que o PT está fazendo é uma vergonha!

(As galerias se manifestam.)

E ninguém vai me calar!

(As galerias se manifestam.)

Para além de tudo isso, para além desses atos ditatoriais, dessas manobras sujas que estão tentando fazer, estamos discutindo os absurdos que este governo maldito está querendo impor ao estado da Bahia, que este governo maldito está querendo impor aos professores!

Participante das galerias: Isso é ditadura!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Isso é uma verdadeira ditadura!

Eu peço ao deputado Rosemberg! Tenha, deputado, um mínimo de amor no coração! Convoque a sua bancada!

(As galerias se manifestam.)

Vamos chamar, novamente, uma verificação de quórum. Tenha um mínimo de amor no coração! Diga aos seus deputados para não voltar para esta sessão cair, pois esta é a sessão da vergonha!

(As galerias se manifestam.)

Repito, esta é a sessão da vergonha!

(As galerias se manifestam.)

Esta é uma sessão que entra e está entrando, para história da Bahia, como a sessão histórica da vergonha em que estão sendo retirados direitos dos professores!

(As galerias se manifestam.)

Muitos deputados estão constrangidos, não do PT, não do Pcdob, mas deputados estão constrangidos com esta situação vexatória!

(As galerias se manifestam.)

E, ainda, estamos aqui para discutir o empréstimo de R\$ 400 milhões!

(As galerias se manifestam.)

Esse dinheiro é para quê? Para onde? Para as obras fantasiosas de Jerônimo? Para as

obras fantasiosas de Rui Costa?

(As galerias se manifestam.)

Digo isso porque não tem um mísero prego batido na Ponte Salvador-Itaparica!

(As galerias se manifestam.)

Não tem um mísero prego batido no VLT do Subúrbio Ferroviário! Senhoras e senhores, quanto ao Subúrbio Ferroviário, eu conheço muito bem locais como Itacaranha, Paripe, Lobato. Eu conheço esses locais muito bem!

(As galerias se manifestam.)

São 160 anos dos nossos estreitos subúrbios jogados no lixo por esta ditadura do PT, pois não se conversa com o povo!

(As galerias se manifestam.)

Vejam, são R\$ 57 milhões do VLT jogados no lixo! No lixo!

(As galerias se manifestam.)

Toma vergonha!

(As galerias se manifestam.)

São R\$ 57 milhões, senhoras e senhores, para estudos de viabilidade!

(As galerias se manifestam.)

Eu quero saber quais são essas empresas que surrupiaram o nosso dinheiro para fazer estudos de viabilidade! São R\$ 57 milhões no VLT! Quem está levando esse dinheiro? Será que é o mesmo destino dos R\$ 400 milhões que estão tentando pegar emprestado? Quanto à Ponte Salvador-Itaparica, foram gastos mais de R\$ 300 milhões! Mais de R\$ 300 milhões! Isso não pode normalizar na nossa cabeça!

Onde está esse dinheiro, PT?! Onde está esse dinheiro?! Onde está esse dinheiro com tanta gente passando fome e com tanta gente sem ter acesso à saúde? Há a fila da Regulação que mata, mata e mata! Cadê o dinheiro?

Participantes das galerias: Cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro?

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Levaram! Estão levando o dinheiro do povo!

(As galerias se manifestam.)

Estão matando o povo baiano na fila da Regulação! Estão matando o servidor público, quando destroem o Planserv! Estão matando os professores quando roubam seu dinheiro!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Estão matando o nosso povo com a violência.

Participante das galerias: Seu hipócrita!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Quando vemos, aí, dezenas...

Participante das galerias: Bolsonarista hipócrita!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Sou bolsonarista, com muito orgulho! Eu tenho vergonha do PT!

(As galerias se manifestam.)

Eu tenho vergonha da ditadura do PT!

(As galerias se manifestam com vaias.)

Eu tenho vergonha do fascismo que está acontecendo aqui!

Participante das galerias: Bolsonarista!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Eu tenho muito orgulho de ser direita, conservador e bolsonarista!

Participante das galerias: Bolsonarista!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Mas essa vergonha, aqui, eu não passo!

(As galerias se manifestam.)

Quanto a esta vergonha imposta pelo PT, essa não é minha!

(As galerias se manifestam.)

Eu não vou carregar isso nas minhas costas.

Participante das galerias: Bolsonarista!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Com muito orgulho, estou aqui.

Participantes das galerias: Fascistas! Fascistas não passarão!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Fascista? PT, PT!

Participantes das galerias: Fascistas! Fascistas não passarão!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Vamos lá: PT, PT!

Participantes das galerias: Fascistas! Fascistas não passarão!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: PT fascista! Vamos lá! Continuem!

Participantes das galerias: Fascistas! Fascistas não passarão!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: PT fascista não passará! O PT fascista não passará. O PT maldito não passará! Esta é a verdade!

(As galerias se manifestam.)

E, dando continuidade, olhem no coraçãozinho de vocês! Olhem o coraçãozinho, ó!

Participantes das galerias: Genocidas! Genocidas!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Genocida é o PT que está matando o professor, que está roubando o professor!

(As galerias se manifestam.)

Isso é fascismo, repito, fascismo, de novo, fascismo.

(As galerias se manifestam.)

Fascismo é querer calar o opositor. Fascismo é querer usar de manobra para calar o opositor, para calar a Minoria, aqui. Isso é fascismo. Fascismo é matar o povo na fila da Regulação. Fascismo é matar o povo de fome, como está acontecendo na Bahia. Isso é fascismo.

(As galerias se manifestam.)

Mas, senhoras e senhores, nada como um dia após o outro!

(As galerias se manifestam cantando.)

Nada como um dia após o outro!

(As galerias se manifestam cantando.)

Hoje, nesta Casa, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, ficou muito claro onde está o fascismo, onde está a ditadura, onde está a perseguição, onde estão os facínoras. Ficou muito claro, e eu não tenho medo de falar, não vão me calar porque a verdade está aí exposta.

Eu desafio, eu desafio qualquer deputado do PT aqui, agora, a vir defender os professores. Estão desafiados aqui, agora, venham defender os professores para eles receberem os juro e correção.

(As galerias se manifestam.)

Atenção, petistas, estão desafiados, eu cedo o meu tempo, provem que eu estou errado, eu cedo o meu tempo aqui, agora. Defendam os professores para que eles recebam o que é deles de direito, provem que eu estou errado.

Cadê? Cadê? Cadê os deputados do PT (Partido dos Trabalhadores)?

(As galerias se manifestam.)

Cadê? Estou cedendo o meu tempo.

É só historinha, é só propaganda, é só pro-pa-gan-da, propaganda enganosa, é claro. Mas, nada oculto, nada oculto, que não venha a ser revelado.

São R\$ 400 milhões sem passar por discussão, regime de urgência, para quê? Queremos saber para onde vai, qual o destino desse dinheiro? Se nós estamos vendo aí a propaganda do PT, em que está tudo maravilhoso, em que o governador diz que “chegou chegando”, R\$ 400 milhões para quê? O povo quer saber por que nós vamos pagar essa conta.

(As galerias se manifestam.)

Os senhores vão pagar essa conta. O dinheiro não é de Jerônimo, o dinheiro é do pagador de impostos, e o povo precisa saber, R\$ 400 milhões para quê?

O que é interessante, senhoras e senhores, colegas deputados, o VLT não passa de uma utopia, R\$ 57 milhões; Ponte Salvador-Itaparica, mais uma grande enganação, R\$ 300 milhões; e, pasmem vocês, o governador anunciou que vai autorizar, ou já autorizou, os estudos de viabilidade para que haja um transporte rápido entre Salvador e Feira de Santana. (Risos) Quem vai acreditar nessa balela? Se não entregou o VLT, não entregou a ponte, ele já está anunciando o transporte rápido Salvador-Feira de Santana. Parece até piada, mas piada de mau gosto.

É perversidade, é perversidade, é “maltrato” com o povo, e nós não podemos nos calar. Não vou me calar.

(As galerias se manifestam.)

Ter medo de quê? Eu não tenho medo de nada, eu não tenho medo nem de morrer, meu jovem, sabe por quê? Eu amo muito mais a minha alma do que a minha vida. Eu amo muito mais a minha alma do que a minha vida! E vou morrer defendendo a verdade, não importa o que digam.

Quando eu vim a este mundo, eu não vim deputado, eu vim filho da periferia. Quando eu vim a este mundo, eu não era deputado e não vou morrer deputado, e não vou levar isso para lugar nenhum. Estou aqui para cumprir uma missão. “Mas, Leandro, você não tem medo de ser perseguido, de ser cassado, de não ser reeleito?” Eu não estou preocupado com isso. Estou preocupado em defender a verdade, defender direitos, defender verdadeiramente o meu povo, defender a Bahia para que possamos resgatar a dignidade deste povo tão sofrido.

O que nós vemos neste estado onde o povo passa fome, com o maior índice de desemprego, quando vamos a qualquer periferia, nós vemos crianças com as costelas aparecendo por causa da fome que impera na Bahia, a fome que faz uma criança chorar, a fome que faz uma mãe dizer: “Meu filho, vá dormir porque o sono alimenta, porque eu não tenho o que te dar para comer”. Essa é a Bahia atualmente!

E a culpa é de quem? São 17 anos de PT, aí quer dizer que a culpa é de Bolsonaro. Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus, vamos ter o mínimo de coerência, que o povo não é otário, o povo não é otário!

Daqui a pouco, senhoras e senhores, vão dizer que o fato de estarem usurpando o dinheiro dos senhores, daqui a pouco vão dizer que a culpa também é de Bolsonaro. Jerônimo metendo a mão, e vão dizer que a culpa é de Bolsonaro, só falta isso. Assumam...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) as suas responsabilidades, assumam as suas responsabilidades...

O presidente iria falar?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode concluir.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Estou no meu tempo.

(...) Voltando, eu solicito, mais uma vez, aos meus colegas deputados, inclusive os da Bancada do Governo, porque eu sei que tem muitos que estão constrangidos com isso, que não queriam estar aqui passando por isso, os senhores não precisam baixar a cabeça em tudo para este governo, não precisam.

Eu sei que os senhores têm família, assim como cada professor aqui tem família; eu sei que os senhores têm filhos, assim como cada professor tem filhos; eu sei o quanto vocês se importam com seus lares, assim como cada professor tem o seu lar, tem a sua casa, tem a sua família para sustentar.

Então, vamos ter amor, o mínimo de amor no coração, e dar um basta nesta tortura que estão fazendo com os professores, porque isso é tortura, isso é tortura, não vamos coadunar com isso. E nós não estamos fazendo nenhum favor, não é favor, que fique claro, é um direito adquirido. Que os professores recebam o que é de direito: o valor principal, juros, correção, tudo que é direito do professor. Chega dessa brincadeira, chega, chega!

E não me venham aqui dizer que eu não tenho direito de fala, porque, para tudo que se diz, falam: “Não, você não tem direito de fala, você tem que ser uma pessoa assim, assada, para ter direito de fala”. Pois eu tenho. Negro, da periferia, nasci e cresci no Beiru, na periferia de Salvador, e digo que o PT está matando o meu povo. Chega, chega e chega!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei nº 25.025/2023, de procedência do Poder Executivo.

Para encaminhar, o deputado Alan Sanches, líder da Minoria da Casa.

O Sr. ALAN SANCHES: Por quanto tempo, presidente? São 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O tempo que V. Ex.^a desejar.

O Sr. ALAN SANCHES: Falarei por 10 minutos.

Sr. Presidente, deputado José Raimundo, eu queria iniciar o meu discurso aqui, o meu encaminhamento dessa votação, esclarecendo um fato primeiro, Sr. Presidente, por isso eu solicitei a sua presença. De forma nenhuma, deputado Zé Raimundo... se eu fui desrespeitoso com V. Ex.^a, quero me retratar aqui publicamente, pedindo desculpa a V. Ex.^a. (Palmas)

O senhor sabe da atenção e carinho que tenho por V. Ex.^a, entendeu? Mas tinha o dispositivo que já estava tramitando nos bastidores, no Plenário, e era uma deliberação extremamente ruim para todos nós deputados, tanto da Base do Governo como da Oposição. Eu entendia que era melhor que o presidente da Casa deliberasse um assunto que nunca foi deliberado, apesar de concordar que regimentalmente o deputado Rosemberg estava correto.

Mas esse foi o meu intuito, e, por isso, eu peço aqui as minhas desculpas mais uma vez, deputado Zé Raimundo. (Palmas)

Feito esse esclarecimento...

O Sr. Rosemberg Pinto: Um aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: Concedo o aparte.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Alan, eu não esperava que fosse diferente por parte de V. Ex.^a, até porque nós aqui, nessa votação complexa... V. Ex.^a usou o Regimento, e eu, obviamente, também usaria, e acabou que este debate levou, talvez, a um debate acima dos limites com o nosso presidente Zé Raimundo, que é uma pessoa extremamente carinhosa com todos nós.

Quando V. Ex.^a faz aqui essa retratação, isso engrandece não só V. Ex.^a, mas o Parlamento como um todo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, nós estamos aqui, nesta noite, com diversos deputados de pensamentos diferentes, mas o pensamento de toda a Casa será sempre o de ajudar, ajudar quem quer que seja, melhorar a qualidade de vida de quem quer que seja.

Eu sinto que os deputados da Base do Governo são amigos, nós convivemos o tempo todo, já há anos, com alguns, outros mais novos, outros que foram e voltaram, como o deputado Eures, todos gostariam de votar a favor desse projeto. Esse é um sentimento meu.

Nós, da Oposição, tentamos desde a outra semana, e o deputado líder do Governo queria já votar a urgência, nós conseguimos postergar ao máximo, e no início desta semana, na segunda-feira, ele tinha quórum, ele conseguiu votar esta urgência.

Nós fizemos tudo isso, desde a semana passada, como o deputado Penalva falou, não por palanque eleitoral. V. Ex.^{as} sabem que não é a militância total dos deputados da Oposição, vocês todos sabem disso, mas aqui, hoje, esta semana e este projeto não tratam de palanque eleitoral, de base de eleitores. Tratam de uma coisa que o governo faz de uma forma equivocada.

Nós achamos, eu já falei e repeti, que ele é um homem bom, o governador Jerônimo é uma pessoa boa, mas, não sei se é porque está mal orientado, não sei por que motivo, ele não faz o pagamento integral dos professores. Não há motivo. É um recurso com o qual ele não iria contar, é um recurso que não veio para ele, mas, quando os secretários viram aquele montante de dinheiro, que não é do governo, é de vocês, eu acho que deu uma comichão, deu uma comichão tão grande na mão, que eles disseram: “Eu vou pegar esse dinheiro”, e pegou.

Pegou esse dinheiro com a autorização dos 43 deputados da Base do Governo que hoje vão votar neste projeto, constrangidos. Eu queria apelar mais uma vez para este colegiado, para que esta Casa seja independente, nós precisamos nos valorizar. Nós, presidente, deputado Niltinho, deputado Marcinho, todos vocês, nós acompanhamos a Câmara federal.

A Câmara federal, ela tem hoje um protagonismo que eu não vejo nesta Casa. Sabe por que, gente? Porque esta Casa não tem se dado o respeito. Os projetos encaminhados pelo governo são para a famosa “bancada do amém”, que vai dizer “sim”, “sim”, “sim”, balançando a cabeça o tempo todo. Sabe quando a Assembleia, presidente, vai ter um protagonismo? Nunca, porque a Assembleia, independentemente da base... Vocês, amigos e amigas, são deputados e deputadas eleitos legitimamente, mas por que dizer “amém” o tempo todo ao governo?

Será que se vocês, deputados e deputadas, não usarem a prerrogativa de votar com a consciência de vocês, legítima, vocês cometerão algum crime contra o governo? Amigos e amigas, presidente, nós precisamos ter aqui um protagonismo de deputado para não ficarmos passando a cuia, pedindo emenda ao governador.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. ALAN SANCHES: Amigos e amigas, se V. Ex.^{as} começarem... Eu digo independentemente desse projeto. Eu estou aproveitando o projeto pelo que está acontecendo, mas se V. Ex.^{as} começarem a se dar o respeito que a gente merece como um poder... tem o Poder Judiciário, tem o Poder Executivo e a gente é o Poder Legislativo, amigos e amigas. Não é possível que a gente não enxergue que a Oposição vai falar contra e a Situação não diga nada, e todos os projetos que o governo encaminhar não são discutidos, e vai dizer amém.

A gente tem que começar a mudar essa história. Mas a gente só muda essa história com coragem. O governador e os secretários não vão perseguir a Assembleia. Eles vão perseguir um deputado, uma deputada, isso eles vão. Mas se a gente, se a Casa estiver se defendendo conjuntamente, e com o presidente, que fala por todos nós, aí, sim, nós vamos começar a ter esse protagonismo.

Então, o meu encaminhamento final dessa matéria é que, por tudo que a gente passou, deputados e deputadas, em algum momento vocês possam ter um pouco de

sensibilidade. O que vai ser feito hoje, aqui, votando esse projeto, prejudica não só à categoria de professores, não são em torno de 150 mil, deputada Fabíola, que serão prejudicados, mas são famílias; famílias que esperam esse recurso, que para uns pode não ser muito, mas para outros vai resolver grande parte da vida.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o projeto de lei...

Vai encaminhar, deputado Hilton?

O Sr. HILTON COELHO: Para encaminhar o voto do Psol, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton para encaminhar.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, eu queria, aqui, encaminhar o voto do Psol, e lembrar que nós estamos numa noite aqui que, pelas características, pelo que foi feito aqui, esta noite, com os professores e professoras, obviamente que a Casa está mergulhada nessa polêmica e isso é o central da nossa noite. Daqui a pouco a gente vai ter a votação desse projeto. Mas o projeto em discussão agora é o projeto do empréstimo de R\$ 400 milhões.

Eu quero ser muito categórico no sentido de dizer que nós precisamos de uma Bahia que invista, de fato. A Bahia precisa, especialmente, ver as suas regiões ativadas, a vocação das suas regiões. Nós precisamos muito de infraestrutura. Por exemplo, um debate que nós precisamos fazer aqui é sobre a modernização do nosso trem. Esse último posicionamento do governo de suspender o contrato do chamado monotrilho com a empresa chinesa, um transporte sobre pneu – não é VLT, transporte sobre trilhos –, e abrir, portanto, a possibilidade de nós já discutirmos a nossa linha férrea, é muito importante.

Então, nós precisamos, de fato, de investimento em infraestrutura, mas não dá para ser dessa forma. A gente olha para o projeto e não sabe para onde vão R\$ 400 milhões.

Então, é aquela discussão sempre sobre o que nós vamos fazer do ponto de vista das prioridades do estado. A gente viu recentemente o posicionamento da PGE, que parece um posicionamento de responsabilidade com o recurso público, dizendo que o governo não deve aos professores, mas isso é uma forma de ver. Quem entende qual o valor da educação sabe que o verdadeiro posicionamento da PGE, em consonância com a emenda constitucional, seria dizer: governo pague aos professores, pague os juros de mora, porque, além de ser constitucional, a educação tem que ser prioridade.

Da mesma forma, não há transparência em relação à aplicação desses 400 milhões que são objeto do pedido de empréstimo do governo à Caixa Econômica Federal.

Então, por tudo isso, não dá para trabalhar com essa ideia de que vai ter investimento em mobilidade urbana e infraestrutura viária, infraestrutura urbana, definições completamente genéricas, e esta Casa se contentar.

Eu conversei com um deputado aqui que é uma referência para o Bloco do Governo e perguntei a ele: "Deputado, onde vão ser aplicados esses 400 milhões?" Ele me disse: "Está lá na ementa, está lá, olhe lá na ementa, olhe". Não é qualquer deputado, é um deputado que é referência. E quando a gente vai, deputada Fabíola, olhar a ementa, não tem nada, é só generalidade.

Então, qual o papel da Assembleia Legislativa no sentido de representar a população minimamente, deputado Samuel, no sentido de entender para onde vai o recurso público? Então, nós não podemos, de fato, entregar essa procuração para o governo do estado fazer o que quiser com o orçamento da Bahia, com o recurso público.

Por isso, o voto do Psol vai ser um voto em contrário a esse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o PL nº 25.025/2023, de procedência do Poder Executivo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.025/2023, em discussão única, com os votos contrários do Deputado Hilton Coelho e dos deputados da Bancada de Oposição presentes (página 84).

PROJETO DE LEI Nº 25.025/2023

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal, com garantia da União, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal, com a garantia da União, até o montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA, nos termos da Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022, e suas alterações, observada as condições legais em vigor para a contratação de operações de crédito junto à Instituição.

Parágrafo único – Os recursos de que trata o caput deste artigo destinam-se à viabilização de projetos nas áreas de mobilidade urbana, infraestrutura urbana e infraestrutura viária.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os artigos 157 e a alínea “a” do inciso I e inciso II, ambos do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º – Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos relativos ao contrato de financiamento a que se refere esta Lei.

Art. 4º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Com os votos contrários da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes. Do deputado Hilton Coelho também.

O Sr. Leandro de Jesus: Queria deixar expresso aqui o meu voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Votos da Oposição. Já foi constado, deputado.

Por último, o Projeto de Lei nº 25.033/2023, procedente do Poder Executivo, que dispõe sobre a destinação da segunda parcela recebida pelo estado da Bahia, em razão do precatório judicial, a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, aos profissionais do magistério da educação básica e dá outras providências.

Para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim. (Silêncio)

Deputado Rosemberg vai relatar o projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Finanças, Orçamento.

Ah, está aqui.

Estava só lendo, deputado Vitor.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) Deputado Vitor, para relatar.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, passo a relatar no âmbito:

(Lê) *“Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.033/2023, de autoria do Poder Executivo...”*

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Vitor...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Vitor. Deputado Vitor!

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Veja bem, nós estamos, com muita tranquilidade, deputado Vitor Bonfim, nós estamos aqui, hoje, num momento extremamente sério que define a vida de centenas de milhares de pessoas. A gente não pode permitir... Eu senti que o deputado Vitor está com problema na dicção. Então, eu queria solicitar, mais uma vez, ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai ser resolvido. Vai ser resolvido.

O Sr. Alan Sanches: (...) a V. Ex.^a para, até, trocar o relator, porque eu acho que ele não é assim. Ele é meu colega de anos aqui, e eu acho que ele está com problema na dicção. Então, se ele continuar assim, eu solicito a V. Ex.^a, para o entendimento de todos nós, para que possamos ouvir o parecer, que seja trocado o relator, porque ele está com um problema na dicção.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Vitor...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) Eu pediria aos professores...

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, vou retomar a leitura. Foi porque estava havendo um alarido que não permitia que eu pudesse ser compreendido da forma adequada pelos demais pares.

Dando sequência.

(Lê) *“Encaminha, à apreciação desta Casa, o Ex^{mo} Sr. Governador do Estado o projeto de lei que ora passo a relatar, que “dispõe sobre o pagamento, na forma de abono, aos profissionais do Magistério, da segunda parcela dos recursos advindos de precatório judicial, a título de complementação pela União do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, e constitui o resultado da luta do Estado da Bahia e dos profissionais do Magistério, por suas entidades representativas, pelo repasse adequado dos valores advindos da União”, conforme registra o Chefe do Poder Executivo na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, na qual ressalta ainda que a proposição “ratifica o empenho em garantir a continuidade das medidas de valorização dos*

profissionais da educação, compromisso do Governo do Estado com o Magistério Público e com a Educação.”

De acordo com o art. 2º do projeto, serão destinados aos profissionais do Magistério da Educação Básica 60% “da segunda parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF, a serem distribuídos em conformidade com as diretrizes fixadas no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 528-DF e no art. 47-A da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, acrescido pela Lei Federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022.”

Os pagamentos serão realizados na forma de abono, com caráter indenizatório, sendo vedada a sua incorporação na remuneração, na aposentadoria e na pensão, àqueles profissionais “do Magistério da Educação Básica que ocuparam cargo público efetivo, emprego público, cargo comissionado do Quadro do Magistério, professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, e que se encontravam em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado da Bahia, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2006.”

O projeto estabelece, também, as regras para os cálculos dos pagamentos, bem como para habilitação à percepção ao abono, instituindo ainda, em seu art. 13, o abono extraordinário, a ser pago exclusivamente no ano de 2023, calculado mediante rateio do valor equivalente ao montante de 30% da segunda parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia (precatórios do FUNDEF), destinado aos ocupantes de cargo público efetivo e cargo comissionado do Quadro do Magistério, e aos professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, que se encontrem em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado da Bahia na data de início de vigência da lei, estendendo-se ainda aos servidores inativos do quadro efetivo do Magistério Público da Educação Básica. Registre-se que o valor desse abono extraordinário referente aos professores inativos será custeado com recursos do Tesouro Estadual.

A proposição recebeu duas emendas, sendo a de nº 1 de autoria do Deputado Hilton Coelho e a nº 2 do Deputado Alan Sanches.

A emenda nº 1 propõe alterações no art. 2º do projeto, para que o percentual de 60% da segunda parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF, incida sobre a integralidade dos recursos extraordinários recebidos pelo Estado, incluindo o valor principal, da correção monetária e dos juros moratórios. Opino pela rejeição. Faz-se importante mencionar, nesta análise, que a questão da destinação dos valores oriundos do precatório do FUNDEF aos profissionais do magistério ganhou novos contornos a partir do julgamento da ADPF nº 528-DF - posterior ao título judicial específico do Estado da Bahia (ACO 648) e à própria edição da Emenda Constitucional nº 114/2021. O Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento da ADPF nº 528-DF, invocou jurisprudência da referida Corte no sentido de que os juros de mora possuem natureza autônoma e destacada do principal, reafirmando, inclusive, sua natureza indenizatória.

Desta forma, os recursos atinentes aos juros moratórios ingressam nos cofres públicos como receita pública, com vistas a indenizar o Estado da Bahia pela demora do repasse das verbas a cargo da União. Dessa forma, a presente emenda, ao ocultar a menção ao julgamento da ADPF nº 528-DF, incorre em atecnia jurídica, o que não obsta a aplicação do quanto decidido pela Suprema Corte no caso em tela.

Ainda, a presente emenda, ao prever a incidência de correção monetária e juros moratórios sobre a integralidade dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF, contraria o disposto no inciso VII do art. 77 e no inciso I do art. 78 da Constituição Estadual, que vedam emenda que contenha aumento de despesa em projetos de iniciativa do Governador do Estado.

A emenda nº 2 propõe, igualmente, que sejam incluídos no pagamento os juros e encargos moratórios. Opino também pela rejeição da emenda, invocando as mesmas razões apontadas na rejeição da emenda nº 1.

Por fim, venho, na condição de Relator, apresentar uma emenda, destinada a suprir uma lacuna na proposição original.

Emenda de Relator:

Acresça-se, ao Projeto de Lei nº 25.033/2023, o art. 18, com a seguinte redação:

‘Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.’

Justificativa: esta emenda vem incluir a cláusula de vigência da Lei, que por equívoco deixou de constar do projeto original.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de se tratar de matéria de grande mérito, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2023.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Alan Sanches: Só quero ver se eu tive o mesmo entendimento dos colegas. Significa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões...

O Sr. Alan Sanches: Então, mas o parecer do nobre relator Vitor Bonfim – não é Vitor Azevedo, é Vitor Bonfim – rejeitou a emenda que pagaria os juros e a correção monetária. Foi isso mesmo que eu ouvi?

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bem, todos os deputados estão aí ouvindo, não é?

O Sr. Alan Sanches: Deputado Vitor Bonfim, o relator...

O Sr. Rosemberg Pinto: É isso, é isso, é isso...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É isso. O líder está confirmando, é isso mesmo.

O Sr. Alan Sanches: Então o deputado Vitor Bonfim, como relator, rejeitou a emenda que pagaria os juros e a correção monetária.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

Pois não.

(As galerias se manifestam.)

Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Solicito a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., eu vou chamar as comissões e V. Ex.^a vai acompanhando se elas têm quórum ou não.

O Sr. Alan Sanches: Quero nominal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Primeira comissão: Comissão de Constituição e Justiça.

Maria del Carmen, presente.

Alan Sanches, presente.

Euclides Fernandes, presente.

Felipe Duarte, presente.

Ivana Bastos, presente.

Existe quórum.

Segunda comissão: Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Deputada Olívia Santana, presente.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

A deputada Olívia está aqui, Srs. Deputados.

Deputado Penalva, presente.

Deputado Felipe Duarte, presente.

Deputado Hilton Coelho, ausente.

Deputado Jurailton Santos, ausente.

Deputado Robinson Almeida, presente.

Deputado Rosemberg Pinto, presente.

Portanto, há quórum.

Terceira comissão: Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Deputado Eduardo Salles, ausente.

Deputado Pedro Tavares, ausente.

Deputado Bobô, presente.

Deputada Cláudia Oliveira, presente.

Deputado Eures Ribeiro, presente.

Deputado Marcinho Oliveira, presente

Deputado Raimundinho da JR, presente.

Há quórum.

Quarta comissão: Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Deputado Vitor Bonfim, presente.

Deputado Tiago Correia, presente.

Deputado Angelo Coronel Filho, presente.

Deputado Hassan, presente.

Deputado Bobô, presente.

Portanto, há quórum em todas as comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer lido pelo deputado Vitor Bonfim.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero registrar o voto contrário ao parecer de todos os membros da comissão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas, se estavam ausentes...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estão registrados os votos dos deputados da Oposição presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para discutir o projeto, o deputado Hilton Coelho.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. HILTON COELHO: Bem, chegamos à discussão do projeto que é a verdadeira razão de ser desta que tem sido uma sessão que vai manchar a história da Assembleia Legislativa da Bahia.

Inclusive, eu quero parabenizá-las e quero que vocês batam palmas para vocês mesmas, agora, com muita força, pela coragem com a qual vocês agiram até aqui.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu quero aqui dizer que a demonstração de covardia do governo em marcar essa sessão subterrânea é fruto da perda do debate na sociedade. O governo está acuado porque ele não consegue explicar a ninguém como é que se deve algo a alguém e esse mesmo alguém não tem direito aos juros dessa dívida. Todas as pessoas da sociedade baiana que abordaram o tema quando a discussão começou – eu sei porque eu conversei com as pessoas na rua – sempre questionaram assim: “Como é que o governo tem uma

dívida, mas os juros referentes a essa dívida não vão para os professores?” Não dá para entender.

(As galerias se manifestam.)

Isso é uma vitória de vocês! Isso é uma vitória de vocês. Jerônimo, o suposto governador, professor, está amargando um desgaste social imenso. E é a vergonha desse desgaste que faz com que essa bancada tenha que se esconder nesta noite de quinta-feira, na Assembleia Legislativa da Bahia, para votar esse projeto espúrio!

E eu quero começar dizendo isto: não me importam interpretações do projeto! Teve um deputado que me disse aqui: “Hilton, vai ter gente dizendo que você votou contra o projeto dos precatórios”. E eu disse ao deputado: “Nós vamos comprar essa briga, nós vamos fazer essa disputa de versões, mas, nesse projeto, eu não vou votar, porque ele é o símbolo da manipulação, da mesquinhez, do roubo do dinheiro dos professores da Bahia”.

(As galerias se manifestam.)

Então não vai contar com o nosso voto. Nosso voto vai ser contrário e nós vamos dizer às pessoas que era necessário. Eu acho que os deputados que quiserem devem fazer essa opção também, de dizer que foi necessário fazer um voto para chocar, para as pessoas se perguntarem por que é que teve voto contrário e, então, a gente poder dizer que, apesar de toda a luta, que não começou agora, vocês estão dando continuidade de cabeça erguida. Mas a luta começou há anos. Há quanto tempo essa categoria luta? Boa parte dessas professoras aqui são aposentadas, deputados. Uma parte delas estava na ativa quando começou a luta e agora elas estão chegando aqui nestas galerias para assistir à ameaça da maioria dos deputados de, simplesmente, cortarem a maior parte dos seus direitos. É uma luta que, como eu disse, não começou agora, então é em função do respeito a essa luta que o nosso voto é límpido, é cristalino: sem juros de mora o nosso voto vai ser “não” a esse projeto!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu quero começar dizendo que todos os deputados aqui vão ter que dormir com a consciência pesada. Mas não apenas isso, que, por si só, já seria algo muito significativo. Não é só porque essas professoras têm a ver com a história de vocês. Quem é que na sua trajetória de vida não se lembra de uma professora, de um professor que foi fundamental para a formação do seu caráter? Eu não estou falando nem de ciência, eu não estou nem falando de filosofia, eu estou falando de formação de caráter. Quem não se lembra de uma grande lição de uma professora, quando a gente era pequenininho? Então são essas professoras que estão aqui pedindo o seu respeito. Vocês todos, que são ex-alunos delas, devem estar envergonhados de votar dessa forma. Não em relação ao desrespeito a essas professoras, mas ao que elas sempre professaram para vocês: a dignidade, a seriedade, a ética que elas estão cobrando aqui, agora. Mas, mais do que isso, além desse, que é o maior dos absurdos, V. Ex.as correm o risco de dormir com a preocupação pelo fato de que essa votação é absolutamente inconstitucional.

Eu quero reforçar aqui esse argumento, começando a ler parte do art. 5º da Emenda Constitucional no 114/2021, que diz, de maneira cristalina, que (lê) “*Todas*

as receitas que os Estados e os Municípios receberem a título de pagamentos da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela desta no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)...” deverão ser partilhadas com todos os docentes. Lembrem: da receita! Eu acho que isso tem de ficar na memória de vocês. Está aqui a emenda constitucional, certo?

A Lei nº 4.320, de 17 março de 1964, que estabelece as normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, diz no seu art. 11: (lê) “A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º - *São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes”.*

Ou seja, é o conceito mais amplo que pode haver em relação às receitas. E, como reconhecimento disso, foi elaborado o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Esse manual diz que as receitas de multas e juros de mora constituem receitas correntes. É por isso que o Orçamento do governo do estado, por exemplo, de 2023, nas tabelas descritivas, estabelece que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social têm recursos de todas as fontes. Mais uma vez: receita; e, na relação das receitas, estão, simplesmente, os precatórios do Fundef, juros de mora e principal. Desse modo, não existe nenhuma dúvida de que a referência de receitas que é feita na Constituição federal encontra um equivalente, uma correspondência com os juros de mora que foram definidos como pagamento do Fundef.

Por tudo isso, nós não temos dúvida de que quem está inconstitucional é o governador, foi o ex-governador Rui Costa e, agora, o governador Jerônimo Rodrigues. Quando Rui Costa dizia que não tinha amparo institucional, já era uma grande mentira.

Mas outros estados poderiam seguir essa vanguarda horripilante da Bahia de negar direitos, não é verdade? Porque a Bahia é a segunda economia do Norte e Nordeste – era a primeira, depois caiu para segunda, enfim, mas é uma grande referência, do ponto de vista econômico – e poderia ter arrastado os outros estados, mas o que aconteceu? Um estado atrás do outro – e aqui eu quero ler os nomes dos estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas e Piauí – todos pagaram.

(As galerias se manifestam.)

Todos, então, “deram uma banana”, para a posição do ex-governador Rui Costa e disseram: “Nós vamos respeitar as nossas educadoras e educadores”. Vão lá para checar isso!

Vocês deveriam ter checado isso antes de vir para esta sessão, para chegar aqui, deputado Marquinho, se pronunciar na tribuna, e dizer: “Nós vamos votar; eu vou votar a favor dos juros de mora no projeto dos precatórios do Fundef”, um atrás do outro, entendendo que ser constitucional é respeitar esse direito das educadoras e educadores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então nós temos duas alternativas nesta noite: ou nós vamos nos lembrar da inconstitucionalidade e da perversidade da posição do ex-governador Rui Costa, nós vamos nos lembrar também da covardia do governador Jerônimo, que mandou para cá esse projeto horripilante; ou nós temos a possibilidade de mudar o curso da história em relação ao posicionamento dos deputados e das deputadas desta Casa.

(As galerias se manifestam.)

Ninguém precisa ser perverso como Rui Costa e ninguém precisa ser covarde como Jerônimo. Vamos tomar uma atitude corajosa, vamos olhar nos olhos dessas professoras e professores, vamos lembrar da nossa trajetória e dizer: “Eu respeito vocês, porque eu me respeito como gente”. E vamos, a partir disso, dar um voto à coerência, vamos dar um voto à constitucionalidade, vamos dar um voto à coragem, gente! Pelo amor de Deus!

Esta Assembleia Legislativa precisa se rebelar, ela não pode ser uma homologadora de posições terríveis do Executivo, de um Executivo que passa por cima do exemplo de todos os outros executivos do Brasil que se posicionaram. Por que nós, do Legislativo da Bahia não podemos ser rebeldes como a Assembleia Legislativa do Ceará? Porque lá, no Ceará, o governo aprovou, deputado Marquinho, um projeto que abriu a possibilidade de não pagar os precatórios. O que foi que os deputados e deputadas fizeram? Ato contínuo, aprovaram um projeto que obrigou o governo a pagar os precatórios, a pagar os juros de mora. Por que nós não podemos ter essa coragem? Por que é que o nosso símbolo vai ser o estigma da covardia, da perversidade com a educação da Bahia, que precisa tanto da nossa firmeza, do nosso destemor?

(As galerias se manifestam.)

Por isso, a esperança é a última que morre.

Eu quero ver os votos de todos os deputados e deputadas desta Casa. Os votos de todos os deputados e deputadas serão acompanhados por estas professoras, aqui, que, por si só, já têm autoridade, melhor, já teriam autoridade para dar um conselho incontornável a vocês. Mas, além deles e delas, milhares de outros professores e professoras estão acompanhando esta votação.

(As galerias se manifestam.)

Deputados e deputadas, pensem bem e pensem na sua trajetória. Botem a mão na consciência.

(As galerias se manifestam.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Respeitem a educação. Respeitem os seus mestres. Respeitem as suas mestras.

(As galerias se manifestam.)

Votem pela perspectiva de nós termos o respeito ao pagamento dos juros da mora do Fundef.

Esta é a posição séria. Se não foi a posição da maioria, o nosso voto será contrário a este projeto de lei.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Melancolicamente, nós vamos ter de participar desta campanha para dizer o que foi esta noite medonha na Assembleia Legislativa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Temos de cobrar justiça, pois, num determinado momento, esta terá de ser feita para com as educadoras e com os educadores.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para discutir, o deputado Alan Sanches.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, eu não ouvi quando V. Ex.^a me convocou.

(As galerias se manifestam.)

Presidente Adolfo, eu não escutei quando V. Ex.^a convocou. Existe mais algum orador depois de mim?

(As galerias se manifestam.)

V. Ex.^a falou que eu sou o último orador. Foi isso o que eu entendi?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos vocês são guerreiros e guerreiras que nos acompanham aqui. Como o deputado Hilton falou, vocês estão de parabéns. Resistiram. Mostraram que, durante todo este tempo, a insatisfação de toda categoria ao tentar, de alguma forma, em algum momento, sensibilizar o coração de um homem que comanda os destinos do nosso estado. Mas parece que a insensibilidade, também, tocou o coração dos 43 deputados e deputadas da Base do Governo.

(As galerias se manifestam.)

Nós, da Oposição, por justiça e por princípios, defendemos o direito legítimo de vocês. Vocês já ouviram, aqui, diversos discursos. Este dinheiro é de vocês. Não teria motivo para o governo do estado abocanhar este dinheiro. Eu não digo nem surrupiar para não ficar uma palavra feia.

Mas não disponibilizar, a quem de direito, o direito legítimo, o direito construído com o suor do trabalho, de horas e horas numa sala de aula, na educação, horas pensando em casa, preparando provas. Eu tenho certeza de que foi para os filhos, parentes e sobrinhos de V. Ex.^{as}.

Neste momento tão ímpar, quando vocês mais precisam do apoio dos seus deputados, eles, simplesmente...

(O Sr. Deputado Alan Sanches faz um giro em torno do próprio corpo.)

(...) viram as costas para vocês.

(As galerias se manifestam.)

Não pensem que a gente hoje, melhor, eu, sendo o último orador, que a gente vai conseguir a sensibilidade dos 43 deputados e deputadas da Base do Governo!

(As galerias se manifestam.)

Peço desculpa a todos vocês, em nome da nossa Bancada da Oposição, se nós não conseguimos proteger o direito legítimo de vocês! Tentamos, gente! Tentamos mesmo, de coração, com as forças que nós tínhamos!

(As galerias se manifestam.)

Eu, especificamente, hoje, saí de casa às 5 horas da manhã. De carro, fui a uma cidade com distância de 400 quilômetros de Salvador. Participei de um evento, lá, em Barra do Rocha. É o aniversário da cidade. Retornei. Retornei para estar aqui como se fosse o meu último suspiro para sensibilizar a cabeça e o coração dos 43 deputados e deputadas da Base do Governo.

(As galerias se manifestam.)

Mas a gente continuará, aqui, lutando e lutando por todos vocês, sempre, tentando fazer justiça; mas fazer justiça por princípios morais que nós temos. Todos os deputados aqui, os 63, tenho certeza disso. Conheço todos aqui: uns mais, outros menos.

Mas, neste momento, a insensibilidade toca o coração deles e eles têm de prestar o serviço ao governador!

(As galerias se manifestam.)

Também não é você, deputado Rosemberg, o culpado de tudo isso.

(As galerias se manifestam.)

V. Ex.^a, como líder do Governo, tentou até melhorar. Sou justo nisso.

Mas quem não sente as presenças de vocês, quem não está sentindo o calor de toda esta “confusão”, desta “guerra”, desta luta legítima pelos direitos de todos vocês é o governo do estado. O governo do estado, mais uma vez...

(As galerias se manifestam.)

Sinceramente, eu esperava que o governador Jerônimo, por ser professor, tivesse uma sensibilidade maior, até por gratidão, como eu já falei.

(As galerias se manifestam.)

Digo gratidão com a classe dele, com os amigos dele, com as pessoas com quem ele conviveu. Ele é do interior de Aiquara. Tenho certeza, quer dizer, eu sempre digo que, talvez, seja, aqui, sem medo de errar, lá, em Aiquara, tirando o servidor público, a maior categoria que tem é de professor. Eu não tenho dúvida disso.

(As galerias se manifestam.)

Ele, o governador, conviveu com isso, deputado Rosemberg. Ele conviveu, o tempo todo, com todos os professores em audiências e assembleias. E, no momento em que ele poderia ajudar a classe, os amigos, os professores, ele não fez. Bastava o desejo dele, bastava a vontade política dele para fazer como os outros estados fizeram. Mas ele não quis fazer.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Leandro de Jesus: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a tem o aparte, deputado Leandro.

O Sr. Leandro de Jesus: Líder, eu quero parabenizar V. Ex.^a, os professores e todos aqueles que estão presentes. Parabéns pela luta e pela persistência!

Eu quero dizer que a vida, sem um professor, seria uma vida sem cores, seria uma vida sem graça e seria uma vida com muitas dificuldades.

Então, apesar de tudo isso, obrigado, porque eu sei que vocês estarão de volta à sala de aula e por amor. Eu sei que é por amor.

Então, eu dedico toda a minha reverência às professoras, aos professores, às senhoras e aos senhores, pela luta, pois esta luta não acaba aqui.

Seguiremos lutando pelos seus direitos. Obviamente, como vimos muito claramente, o governo rejeitou, melhor, foi rejeitada a nossa emenda que visava a garantir o direito de vocês. E o que fica bastante claro é, exatamente, a vontade do governo do PT em atropelar os vossos direitos.

Mas, nada como um dia após o outro, não é verdade? O ano de 2026 é logo ali. Espero que a Bahia tome outro rumo.

(As galerias se manifestam.)

Então, em razão disso também em razão disso, fora, fora PT!

(As galerias se manifestam.)

Ninguém aguenta mais!

Obrigado, Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a, deputado Leandro.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Marcinho Oliveira: Deputado Alan, eu gostaria de ter um aparte.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Com a palavra o deputado Marcinho!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, aproveitando o aparte concedido pelo deputado Alan Sanches, eu gostaria de me expressar nesta triste noite, pois os queridos professores merecem o apreço.

Hoje é uma noite sombria, pois a emenda apresentada, deputado Alan, por V. Ex.^a, representando o Bloco da Oposição, não será aceita para o pagamento devido dos juros e da correção monetária que todos os professores têm direito.

E, nesta noite, eu não irei compactuar votando a favor de um projeto que não dá direito aos professores. Como também por uma promessa que eu fiz de nunca votar contra os professores, eu irei me abster da votação, deputado Alan, pois não irei compactuar com a condição que o governo e esta Casa estão fazendo ao não acatar a emenda.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Eu incorporo o aparte do deputado Marcinho.

Com a palavra, para um aparte, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Alan, eu ouvi as suas ponderações.

É bom que, hoje, ao final da votação, fiquem claras as diversas conversas que nós tivemos nesta Casa com relação a este projeto. Às vezes, a gente comete algumas injustiças.

(As galerias se manifestam.)

São injustas, repito, são injustas as palavras dirigidas a algumas deputadas e a alguns deputados aqui. A mim, eu tenho a responsabilidade de ser o líder do Governo e assumo o ônus de qualquer posição, mas não posso deixar de registrar aqui o papel da deputada Olívia, da deputada Fabíola, do deputado Robinson e do deputado Hilton Coelho.

(As galerias se manifestam com vaias.)

O deputado Hilton Coelho esteve comigo e com os deputados na PGE para discutir esse projeto.

Então, deputado Alan, a sua fala aqui sobre as tentativas de buscar... Se saiu... Pode não ser o desejo dos professores, o projeto inicialmente veio com 60% e 20% e foi aumentado para 60% e 30%, foi fruto dos deputados que foram discutir com o governo, porque nenhum dirigente de qualquer associação...

(As galerias se manifestam.)

(...) quis aumentar o percentual.

Eu quero deixar isso registrado porque são injustas as palavras estimuladas por algumas pessoas contra os deputados aqui. Deputado Hilton, quero deixar firmado, V. Ex.^a não tem o direito de chegar nessa tribuna e estimular uma posição de constrangimento aos colegas aqui dentro...

(As galerias se manifestam com vaias.)

(...) como V. Ex.^a falou aqui dessa tribuna.

Então, deputado Alan, é nesse sentido, e eu já encaminho aqui a votação no sentido de aprovarmos o projeto, que é o melhor que tem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

Para concluir, deputado Alan.

O Sr. Samuel Junior: Um aparte, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Um aparte ao deputado Samuel, depois ao deputado Hilton.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, demais colegas deputados, todos os funcionários desta Casa, os professores que estão aqui, já às 00h22min, lutando pelos seus direitos...

Eu quero, deputado Alan, fazer coro à Bancada da Oposição e o parabenizar. O senhor, como nosso líder, principalmente nesses últimos dias, de fato, tem sido um

guerreiro, tem mostrado a sua liderança com essa bancada, e, mesmo ela sendo menor, nós mostramos o nosso posicionamento, tivemos coragem de estar aqui. Hoje, em especial, V. Ex.^a já andou 800 quilômetros, mas veio aqui cumprir o seu papel como deputado, e eu não poderia deixar encerrar esta sessão sem parabenizá-lo.

Eu também fui aluno de escola pública, estudei ali no Pinto de Carvalho, no final de linha de São Caetano, e sei o papel que os professores têm na nossa vida. Se hoje nós estamos aqui como deputados, cada um dentro da sua formação, foi porque vários professores passaram pelas nossas vidas.

Então, parabéns, deputado Alan, pela sua luta, sou muito feliz e honrado de ter V. Ex.^a como o meu líder. Deus o abençoe!

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a e concedo o aparte agora ao último solicitado, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Eu queria, deputado Alan... Veja bem o que aconteceu aqui, eu quero falar para vocês... eu quero falar para vocês rapidamente... eu quero falar para vocês rapidamente, olhem só, o deputado Rosenberg relatou aqui uma reunião que aconteceu na PGE para discutir o projeto, eu estava com...

(As galerias se manifestam.)

Um momentinho, gente, um momentinho, eu queria contar com a compreensão de vocês.

(...) Eu estive realmente nessa reunião, aliás, nós estávamos juntos – não é, Marcos? – para discutir os argumentos da PGE, os quais eu contrapus nessa tribuna, mas ele disse que eu fui lá para fazer um acordo, ele insinuou que eu fui lá para participar do acordo. Eu queria saber quem é que acha que o deputado Rosenberg está mentindo nessa afirmação...

(As galerias se manifestam.)

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, deputado Hilton...

O Sr. Hilton Coelho: Eu queria dizer, Rosenberg...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) V. Ex.^a está...

O Sr. Hilton Coelho: (...) essa é a representatividade que você e o seu governo não têm.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosenberg.

O Sr. Hilton Coelho: Você e o seu governo não condizem com a representação da categoria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não polemiza mais, deputado Hilton.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado Hilton

O Sr. Hilton Coelho: (...) Essa é a representatividade que você e o seu governo não têm, porque estão o tempo todo se baseando – vocês, sim – na mentira. Eu não preciso me defender da categoria, ela sabe que eu estou na luta com ela.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado.

Eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) agradecer ao deputado José de Arimateia, deputado Luciano Simões, deputado Sandro Régis, deputado Marcinho Oliveira, deputado Emerson Penalva, deputado Fabrício Pancadinha, deputado Samuel, deputado Leandro, todos vocês, deputado Tiago Correia, para não fazer injustiça, deputado Marcelinho, agradecer a todos vocês, Bancada da Minoria, Bancada da Oposição, bancada com princípios de justiça, agradeço a vocês e a vocês também. E a nossa luta continua: não a esse projeto.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei no 25.033/2023, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados...

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, encaminhar voto!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Acabou a discussão, deputado. Acabou! V. Ex.^a já falou demais.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, questão de ordem, precisa encaminhar o voto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem de quê?

O Sr. Samuel Junior: Ele quer encaminhar o voto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Samuel Junior: Ele tem 5 minutos para encaminhar o voto dele.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a é o secretário, deputado?

O Sr. Samuel Junior: Sim, senhor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah! Não me informaram ainda.

Para encaminhar, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Nós queremos aqui encaminhar o voto do Psol, Sr. Presidente. Que não reste dúvida em relação ao que vai ser o nosso voto porque isso vai ser, e já tem sido, objeto de muita manipulação e vai seguir sendo uma disputa de versões. Mas quero dizer que, pelo que nós acompanhamos em relação a essa disputa, não existe nenhuma condição de votar a favor desse projeto, e nós queremos contar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, como encaminha, deputado Hilton?

O Sr. Hilton Coelho: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) queremos contar com o apoio dessa categoria para dizer que o nosso voto é um voto de protesto, é um voto contrário à retirada de parte dos recursos que era da categoria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está bom, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: (...) que é de direito da categoria.

O voto do Psol vai ser um voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton, registro o voto contrário, o deputado Hilton encaminha contra a votação do projeto.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Queria registrar o voto contrário da Oposição a esse projeto. Não aceitaram a nossa emenda para que fossem pagos os juros e a correção monetária, a Oposição vota contra esse projeto da forma como está.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto aprovado com os votos contrários do deputado Hilton e dos deputados da Oposição presentes, **em discussão única**.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 25.033/2023

Dispõe sobre a destinação da segunda parcela recebida pelo Estado da Bahia em razão de precatório judicial, a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF–, aos profissionais do Magistério da Educação Básica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a distribuição de valores aos profissionais do Magistério da Educação Básica em face do pagamento ao Estado da Bahia da segunda parcela do precatório judicial de que trata o inciso II do art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021, a título de complementação pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF –, instituído pela Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 2º - Aos profissionais do Magistério da Educação Básica serão destinados 60% (sessenta por cento) da segunda parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do

FUNDEF, a serem distribuídos em conformidade com as diretrizes fixadas no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental-ADPF nº 528-DF e no art. 47-A da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, acrescido pela Lei Federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022.

Art. 3º - Os valores de que trata o art. 2º, devidos aos profissionais do Magistério da Educação Básica, serão pagos na forma de abono, com caráter indenizatório, sendo vedada a sua incorporação na remuneração, na aposentadoria e na pensão.

Art. 4º - Encontram-se habilitados à percepção do abono previsto no art. 3º os profissionais do Magistério da Educação Básica que ocuparam cargo público efetivo, emprego público, cargo comissionado do Quadro do Magistério, professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA –, e que se encontravam em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado da Bahia, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2006.

§ 1º - Para efeito do disposto no caput consideram-se como de efetivo exercício os afastamentos remunerados em que o servidor se manteve na folha de pagamento da Secretaria da Educação - SEC.

§ 2º - Não perdem a condição de beneficiários do abono os profissionais do magistério indicados no caput deste artigo que estejam aposentados ou tenham se desligado do cargo, do emprego ou da função, desde que tenham atuado em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado da Bahia no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2006.

Art. 5º - O abono a ser pago a cada profissional será proporcional à carga horária e ao período de efetivo exercício na Educação Básica entre janeiro de 1998 e dezembro de 2006.

§ 1º - O abono será calculado com base no valor hora, fixado a partir da divisão do montante da verba a ser distribuída pelo quantitativo total de horas laboradas por todos os profissionais habilitados nos termos do art. 4º desta Lei, considerada, para efeito de identificação das horas laboradas, a carga horária de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Para o ocupante de cargo efetivo em exercício de cargo em comissão, deverá ser acrescida a jornada de trabalho pelo exercício do cargo comissionado, na hipótese de ter havido ampliação da carga horária.

§ 3º - Para os que acumularam legalmente 02 (dois) vínculos de magistério, o abono será devido pelo exercício de ambos, sendo calculado de forma individualizada.

§ 4º - Para os que acumularam legalmente 02 (dois) vínculos, sendo 01 (um) de magistério, o abono será devido apenas pelo seu exercício.

Art. 6º - Os profissionais do Magistério habilitados na forma do art. 4º desta Lei que estejam em atividade ou aposentados com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social perceberão o abono através da folha de pagamento, de crédito em

conta ou outra modalidade de pagamento que venha a ser definida, na forma e prazo a serem estabelecidos em regulamento.

Art. 7º - Os profissionais do Magistério habilitados na forma do art. 4º desta Lei que não possuam vínculo com o Estado da Bahia deverão requerer a percepção do abono na forma e prazo a serem definidos em regulamento.

Art. 8º - No caso de falecimento dos beneficiários previstos no art.4º desta Lei, farão jus ao abono os seus respectivos herdeiros.

§ 1º - Os herdeiros de que trata o caput deverão requerer a percepção do abono, mediante apresentação de alvará judicial contendo a indicação do respectivo valor ou do percentual devido a cada requerente, na forma e prazo a serem definidos em regulamento.

§ 2º - Na hipótese de apresentação de alvará judicial sem a indicação do valor ou percentual a ser levantado em favor de cada requerente, com a indicação de valor superior ao apurado pela Administração Pública, ou ainda, contendo inconsistência que gere incerteza quanto ao adequado pagamento do abono, o Estado da Bahia fica autorizado a realizar o depósito integral dos valores em juízo, na forma da legislação pertinente.

Art. 9º - Eventuais valores percebidos indevidamente pelo beneficiário ou seus herdeiros referentes à primeira parcela do precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF, prevista na Lei nº 14.485, de 21 de setembro de 2022, poderão ser compensados quando do pagamento da parcela de que trata a presente Lei.

Art. 10 - Eventuais valores percebidos indevidamente pelo beneficiário ou seus herdeiros referentes à parcela do precatório judicial de que trata esta Lei poderão ser compensados em parcelas futuras a esses destinadas em razão de precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF.

Art. 11 - Os valores remanescentes em razão da ausência de identificação ou de requerimento do respectivo beneficiário serão rateados com os demais profissionais do magistério indicados no art. 4º desta Lei, na forma e prazo estabelecidos em Regulamento.

Art. 12 - Fica vedado qualquer tipo de retenção ou desconto de valores referentes ao abono de que trata o art.3º desta Lei para pagamento de honorários advocatícios contratuais, bem como o pagamento a terceiros que não o beneficiário ou seu herdeiro.

Art. 13 - Fica criado abono extraordinário, exclusivamente no ano de 2023, destinado aos ocupantes de cargo público efetivo e cargo comissionado do Quadro do Magistério, e aos professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA –, que se encontrem em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado da Bahia na data de início de vigência desta Lei.

§ 1º - O abono extraordinário também será destinado, exclusivamente no ano de 2023, aos servidores inativos do quadro efetivo do Magistério Público da Educação Básica na data de início de vigência desta Lei.

§ 2º - Para efeito do disposto no caput, consideram-se como de efetivo exercício os afastamentos remunerados em que o servidor permaneceu na folha de pagamento da Secretaria da Educação - SEC.

§ 3º - O abono extraordinário será pago a título de valorização dos profissionais do Magistério sendo calculado mediante rateio do valor equivalente ao montante de 30% (trinta por cento) da segunda parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF.

§ 4º - Na apuração do percentual de que trata o §3º deste artigo, será considerada a mesma base de cálculo adotada para a aplicação do art.2º desta Lei, em conformidade com as diretrizes fixadas na ADPF nº 528-DF.

§ 5º - O abono extraordinário tem caráter indenizatório, sendo vedada a sua incorporação na remuneração, na aposentadoria e na pensão.

§ 6º - O abono extraordinário será calculado a partir da divisão do montante da verba a ser distribuída por todos os profissionais habilitados nos termos do caput e do §1º, considerada proporcionalmente a carga horária de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 7º - Aplica-se ao abono extraordinário os parágrafos 3º e 4º do art. 5º desta Lei.

Art. 14 - A Lei nº 14.485, de 21 de setembro de 2022, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“Art. 9º- No caso de falecimento dos beneficiários previstos no art.5º desta Lei, farão jus ao abono os seus respectivos herdeiros.

§1º- Os herdeiros de que trata o caput deverão requerer a percepção do abono, mediante apresentação de alvará judicial contendo a indicação do respectivo valor ou do percentual devido a cada requerente, na forma e prazo a serem definidos em Regulamento.

§2º- Na hipótese de apresentação de alvará judicial sem a indicação do valor ou percentual a ser levantado em favor de cada requerente, com a indicação de valor superior ao apurado pela Administração Pública, ou ainda, contendo inconsistência que gere incerteza quanto ao adequado pagamento do abono, o Estado da Bahia fica autorizado a realizar o depósito integral dos valores em juízo, na forma da legislação pertinente.” (NR)

“Art.9º- A - Eventuais valores percebidos indevidamente pelo beneficiário ou seus herdeiros referentes à parcela do precatório judicial de que trata esta Lei poderão ser compensados em parcelas futuras a esses destinadas em razão de precatório judicial, a título de complementação do FUNDEF.”

“Art. 11 - Fica vedado qualquer tipo de retenção ou desconto de valores referentes ao abono para pagamento de honorários advocatícios contratuais, bem como o pagamento a terceiros que não o beneficiário ou seu herdeiro.” (NR)

Art. 15 - A destinação dos recursos provenientes da terceira parcela indicada no inciso III do art.4º da Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021, devida pela União ao Estado, a título de complementação do FUNDEF, será objeto de Lei específica.

§ 1º - Para a parcela de que trata o caput fica vedado qualquer tipo de retenção ou desconto de valores para pagamento de honorários advocatícios contratuais, bem como o pagamento a terceiros que não o beneficiário ou seu herdeiro, salvo na hipótese de cessão de crédito para instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e registradas no cadastro central de consignatárias do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - A cessão de crédito autorizada no parágrafo §1º deste artigo fica limitada ao valor do abono de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do pagamento do abono extraordinário aos destinatários estabelecidos no §1º do art.13 desta Lei correrão à conta dos recursos ordinários do Tesouro.

Art. 17 - Fica revogado o §3º do art.5º da Lei nº 14.485, de 21 de setembro de 2022.

Art. 18 – Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2023.

Deputado VÍTOR BONFFIM
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, para encerrar, há dois requerimentos, rapidinho, para votarmos.

(Lê) “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex^a., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 3.155/2023, de autoria do Deputado Ângelo Coronel Filho, que concede o título honorífico de Cidadão Baiano a Ney de Barros Bello Filho.

Sala das Sessões, de agosto de 2023.

Dep. Rosemberg Pinto

Líder da Maioria

Dep. Alan Sanches

Líder da Minoria.”

Para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, me cabe relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Resolução 3.155/2023, de autoria do deputado Angelo Coronel Filho, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao desembargador federal do TRF1 Ney de Barros Bello Filho.

Por se tratar de um desembargador federal que tem a sua vida dedicada a servir à Justiça do nosso país, com mais de 20 anos, quase 30 anos, 28 anos no exercício da magistratura federal, bem como pelos relevantes serviços prestados ao TRF1, opino pela sua aprovação, também por se tratar de projeto constitucional e legal na forma apresentada pelo autor.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

Os Sr. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **o Projeto de Resolução nº 3.155/2023. (Publicado no DOEL do dia 19/08/2023)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo e último projeto, é o Projeto de Resolução nº 3.135/2023.

Para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Passo a relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Resolução no 3.135/2023, de autoria do deputado Marcelinho Veiga, que concede a Comenda Dois de Julho ao desembargador do TRF1 Dr. Carlos Augusto Pires Brandão.

Devido ao relevante trabalho prestado ao serviço público brasileiro e baiano, entendo fazer jus à comenda proposta pelo autor. E, por preencher os requisitos da constitucionalidade e legalidade, opino favoravelmente à aprovação do PR na forma originalmente apresentada pelo autor.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o parecer do nobre relator Vitor Bonfim no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o **Projeto de Resolução nº 3.135/2023. (Publicado no DOEL do dia 22/06/2026)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Dr. Diego Castro, Fabrício Falcão, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Luciano Araújo, Manuel Rocha, Pablo Roberto e Robinho. (09)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.